



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E QUALIDADE
DE VIDA**

WANDICLEIA LOPES DE SOUSA

Mulheres que pescam ou cultivam à margem do Lago do Maicá, Santarém,
Pará: aspectos socioeconômicos, ambientais e de qualidade de vida

Santarém-PA
2018

WANDICLEIA LOPES DE SOUSA

Mulheres que pescam ou cultivam à margem do Lago do Maicá, Santarém,
Pará: aspectos socioeconômicos, ambientais e de qualidade de vida

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestra em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida, na Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Diversidade e Desenvolvimento Amazônico, do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida do Centro de Formação Interdisciplinar da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIGI/UFOPA

S725m Sousa, Wandicleia Lopes de

Mulheres que pescam ou cultivam à margem do lago do Maicá, Santarém, Pará: aspectos socioeconômicos, ambientais e de qualidade de vida / Wandicleia Lopes de Sousa. – Santarém, 2018.

135 fls.: il.

Inclui bibliografias.

Orientador: Thiago Almeida Vieira

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida. Santarém, 2018.

1. Pesca Artesanal - Santarém, Pará. 2. Agricultura Familiar. 3. Protagonismo Feminino. I. Vieira, Thiago Almeida, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 639.2098115

Avaliação da Defesa de Mestrado apresentado ao Programa Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPSAQ) do Centro de Formação Interdisciplinar da Universidade Federal do Oeste do Pará para obtenção do título de Mestra em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida, elaborada por Wandicleia Lopes de Sousa, e orientada pelo Professor Doutor Thiago Almeida Vieira.

RESULTADO: Aprovada

Membros da Banca Examinadora:

Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira (PPGSAQ/UFOPA)
Presidente/Orientador

Prof. Dr. Diego Maia Zacardi (ICTA/UFOPA)
Examinador externo

Prof^a. Dr^a. Danielle Wagner Silva (IBEF/UFOPA)
Examinadora externa

Prof. Dr. Rubens Elias Silva (PPGSAQ/UFOPA)
Examinador interno

Santarém-PA, 28 de setembro de 2018.

À minha família, pela paciência e auxílio nos mais diversos momentos de construção dessa pesquisa. Às pescadoras artesanais e as agricultoras familiares dos Bairros Maicá e Pérola do Maicá por serem uma das maiores motivações para elaboração dessa fundamentação teórica.

AGRADECIMENTO

Sentimento de gratidão às pessoas especiais que fazem parte da minha vida pessoal e acadêmica.

Ao meu orientador, Professor Doutor Thiago Almeida Vieira, por ter escolhido meu projeto na seleção do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida, e por ter acreditado em minha proposta de pesquisa. Sua atitude me permitiu construir uma fundamentação teórica sobre a vida das pescadoras artesanais e agricultoras familiares. Saiba que cada palavra, expressão de carinho e orientação foram fundamentais no processo de construção desse conhecimento teórico. Em alguns momentos foi o tranquilizador do desespero e o incentivador para finalização desse processo, inclusive acreditando em mim, quando eu já não acreditava. Espero não ter decepcionado sua expectativa.

À amiga e Professora Dra. Antônia do Socorro Pena da Gama, pela motivação para meu ingresso na graduação e pós-graduação na UFOPA, bem como, pelo apoio, carinho e atenção expressada a cada momento de minha vida pessoal e acadêmica. O seu incentivo foi essencial para prosseguir a vida acadêmica e dialogar sobre uma temática tão importante para nós Amazônidas.

À Professora Doutoranda Zilda Joaquina Gama que desde a graduação vem discutindo comigo o embrião dessa pesquisa, bem como, pelas palavras de carinho, incentivos e textos enviados para aprimoramento da minha proposta teórica. As duas tornaram-se co-orientadoras indiretamente e diretamente.

À minha mãe, Maria de Oliveira Lopes, pela honra de ser gerada e criada por uma mulher que foi mãe e pai, diariamente, com quem aprendi os fundamentos principais para ser quem sou.

Aos meus amados irmãos, Wanderley, Walter, Adriana e Wanderly Lopes de Sousa, cunhadas Marissol Almeida e Elijanilma Corrêa, cunhado Cerezo Ramos, sobrinhos, Pietro Kaloan, Pierre e sobrinhas Vitória e Maria Clarice, pelo incentivo e presença incondicional na minha vida.

As minhas filhas de sangue e do coração, Ana Carolina Castro e Laurenice Viana, pelo incentivo e compreensão de minha ausência em suas vidas e pelo amor a mim expressado.

Ao meu companheiro de vida, Francivaldo Castro, pela paciência e companheirismo durante a construção e coleta de dados dessa pesquisa e minha vida acadêmica.

A amiga e parceira das madrugadas Adria Oliveira dos Santos, que nos momentos de angústia emprestou seu ombro para chorar e segurou firme em minha mão dando-me segurança, tranquilidade e equilíbrio para continuar na busca do conhecimento e conclusão dessa fase.

Gratidão pelo percurso acadêmico ter me proporcionado conhecimento e apresentado com novas amizades, como a mestre Elizabete de Matos Serrão, que dividiu comigo seu conhecimento e aprendizado de campo, além de ser uma pessoa presente em minha vida acadêmica.

Não posso deixar de mencionar Andria Linhares, que superou seus medos para me ajudar na construção de minhas ideias e expectativas acadêmica.

Ao Núcleo de Base do Bairro Pérola do Maicá da Colônia de Pescadores Z-20, em especial a todas pescadoras artesanais associadas que foram acolhedoras e abriram a porta de suas casas e vida para realização dessa pesquisa. Agradecimento que estendo a delegacia sindical do STTR, em nome das agricultoras familiares que se disponibilizaram em participar do processo de coleta de dados, sem as quais não teria alcançado meu objetivo acadêmico.

Minha gratidão aos mestrandos da primeira turma do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ), que partilharam comigo o conhecimento, os anseios, as angústias e as aventuras inesquecíveis vividas em nosso percurso acadêmico da UFOPA. Estendo esse agradecimento a todos os Docentes do PPGSAQ/UFOPA, em especial, ao Prof. Dr. Rubens Elias, Profa. Dra. Helionora Alves e Profa. Dra Iani Lauer que direta e indiretamente ajudaram no processo de minha pesquisa.

Agradeço ao apoio do Projeto CAPES Pro-Amazônia e CNPQ/ANA/MCTIC. Por fim, não menos importante, agradeço à SAPOPEMA, na pessoa do Prof. Dr. David McGrath e do colega Antônio José Mota Bentes, pela oportunidade de participar de grandes debates e construções importantes na temática da conservação dos recursos pesqueiros dentro do ecossistema amazônico.

Obrigada por terem dividido comigo esse sonho.

RESUMO

Este estudo aborda questões sociais, econômicas e ambientais que envolvem mulheres que desenvolvem a pesca artesanal e a agricultura familiar nos bairros do Maicá e Pérola do Maicá em Santarém, Pará. O trabalho tem como questão norteadora a seguinte pergunta: como é o modo e a qualidade de vida das pescadoras artesanais e agricultoras familiares que residem nos bairros Maicá e Pérola do Maicá? Para responder essas inquietações, objetivou-se compreender as condições socioeconômicas e a qualidade de vida a partir da percepção das pescadoras artesanais e agricultoras familiares tendo como recorte espacial os bairros do Maicá e Pérola do Maicá em Santarém. Os dados da pesquisa foram coletados entre março e maio de 2018. Trata-se de pesquisa quali-quantitativa, e teve como base de investigação o estudo de caso. O público-alvo das investigações foi composto por 11 pescadoras artesanais e sete agricultoras familiares residentes nos bairros lócus da pesquisa, todas sócias da Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-20 e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém. Os resultados apontam que a atividade da agricultura familiar e pesca artesanal possuem função essencial na produção de alimentos, assegurando a segurança alimentar e nutricional, geração de empregos diretos e indiretos e no auxílio no combate ao êxodo rural, isto é, garantindo a permanência das famílias nestas áreas. Os resultados contribuem para o reconhecimento da participação da mulher na agricultura familiar, nas atividades da pesca artesanal e seu desempenho na economia local. Ademais, foi evidente que aspectos ligados à saúde, família, trabalho, religião e relação comunitária influenciam as percepções sobre a qualidade de suas vidas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Pesca Artesanal. Protagonismo Feminino. Amazônia.

ABSTRACT

This study approaches social, economic and environmental issues involving women who develop artisanal fishing and family farming in the Maicá and Pérola do Maicá neighborhoods in Santarém, Pará. The work has as a guiding question the following question: how is the way and the quality of life of the artisanal fisherwomen and family farmers who live in the Maicá and Pérola do Maicá neighborhoods? For answering these concerns, the objective was to understand the socioeconomic conditions and the quality of life based on the perception of the artisanal fisherwomen and family farmers having as a spatial clipping the districts of Maicá and Pérola do Maicá in Santarém. The data research were collected between March and May 2018. This is a qualitative-quantitative research, and was based on a case study. The target audiences for the investigations were 11 artisanal fisherwomen and seven family farmers residing in the research neighborhoods, all members of the Z-20 Fishermen and Fishermen's Colony and the Union of Rural Workers, Farmers and Family Farmers of Santarém. The results show that the activities of family agriculture and artisanal fisheries have an essential role in food production, ensuring food and nutritional security, generating direct and indirect jobs, and helping to combat rural exodus, that is, ensuring the permanence of families in these areas. The results contribute to the recognition of women's participation in family farming, artisanal fishing activities and their performance in the local economy. In addition to, it was evident that aspects related to health, family, work, religion and community relations influence the perceptions about the quality of their lives.

Keywords: Family Agriculture. Artisanal Fishing. Female protagonism. Amazon.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental

CDS - Compra com Doação Simultânea

CPR - Cédula de Produto Rural

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

GGPAA - Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICSF - Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores

MOPEBAM - Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Oeste do Pará e Baixo Amazonas

OMS - Organização Mundial da Saúde

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAM - Produção Agrícola Municipal

PNAE - Programa Nacional da Alimentação Escolar

PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente

PPGSAQ - Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRÓVÁRZEA - Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea

QV - Qualidade de Vida

RGP - Registro Geral da Atividade Pesqueira

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

STTR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém

SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 01 - Perfil social das Pescadoras Artesanais e Agricultoras Familiares dos Bairros Maicá e Perola do Maicá, Santarém, Pará.....	63.
Tabela 02 - Perfil Econômico das Pescadoras Artesanais e Agricultoras Familiares dos Bairros Maicá e Perola do Maicá, Santarém, Pará.....	67.
Figura 01 - Mapa demonstrativo com <i>lócus</i> da pesquisa na Região do Maicá, Santarém, Pará.....	59.
Figura 02 - Nível de Escolaridade Familiar de pescadoras e agricultoras familiares dos Bairros Maicá e Perola do Maicá, Santarém, Pará.....	64.
Figura 03 - Situação habitacional de pescadoras e agricultoras familiares dos Bairros Maicá e Perola do Maicá, Santarém, Pará.....	72.
Figura 04 - Pescados capturados pelas pescadoras artesanais dos bairros Maicá e Pérola do Maicá, Santarém, Pará.....	80.
Figura 05 - Panorama da Produção das Agricultoras familiares dos bairros Maicá e Pérola do Maicá, Santarém, Pará.....	82.
Figura 6- Mapa com o <i>lócus</i> da pesquisa na região do Maicá, Santarém, Pará.....	101
Figura 7: Ciclo analítico com Análise Textual Discursiva	105
Figura 8. Rotina diária das pesquisadas	113

SUMÁRIO

RESUMO	8
1 INTRODUÇÃO	11
2 PESCADORAS E AGRICULTORAS: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, AMBIENTAIS E DE QUALIDADE DE VIDA	15
2.1 A Historicidade da Pesca Artesanal e da Agricultura Familiar	24
2.2 Pesca Artesanal.....	27
2.3 Agricultura Familiar	31
2.4 Qualidade de Vida das Mulheres que Desenvolvem a Pesca Artesanal e a Agricultura Familiar	37
2.5 Referências.....	43
3 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DE PESCADORAS ARTESANAIS E AGRICULTORAS FAMILIARES EM UM RECORTE ESPACIAL DA CIDADE DE SANTARÉM, PARÁ	48
3.1 Metodologia	52
3.2 Contextualização do espaço geográfico da pesquisa	53
3.2.1 Coleta de Dados	56
3.3 Resultados e discussões	58
3.3.1 Aspectos Sociais das Pescadoras Artesanais e Agricultoras Familiares	58
3.3.2 Cenário Econômico das Pescadoras Artesanais e Agricultoras Familiares	62
3.3.3 Moradia das pescadoras artesanais e agricultoras familiares.....	65
3.3.4 Percepção Ambiental das Pescadoras Artesanais e Agricultoras Familiares.....	69
3.3.5 Cenário Organizativo e Produtivo das Pescadoras Artesanais e Agricultoras Familiares	74
3.4 Considerações Finais	81
3.5 Referências.....	83
4. A PERCEPÇÃO FEMININA SOBRE QUALIDADE DE VIDA: MULHERES QUE PESCAM E CULTIVAM	92
4.1 Percurso metodológico da pesquisa	94
4.1.2 Coleta de dados.....	97
4.1.3 Análise de dados	99
4.2 Discussão acerca do tema.....	101
4.2.1 Percepção feminina da qualidade de vida	102
4.3 Resultados e Discussão	103
4.4 Considerações Finais	110
4.5 Referências	111
5. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	116
APÊNDICES.....	117
ANEXOS	127

1 INTRODUÇÃO

A pesca artesanal e a agricultura familiar são atividades praticadas pelo homem desde a era primitiva e utilizam os recursos de uso comum¹ para subsistência de sua família. São praticadas em regime familiar (pai, mãe e filhos), onde todos se envolvem na cadeia produtiva. A pesca artesanal é identificada como a ação de extrair, colher ou capturar o recurso pesqueiro e constitui-se como a mais importante fonte de proteína, tendo um consumo aproximado em 370 g/dia, correspondendo há 135 kg/ano, valor considerado elevado quanto ao consumo *per capita* de pescado a nível mundial (BARTHEM; FABRÉ 2004; BORCEM et al., 2011; VAZ et al., 2018).

A atividade da agricultura familiar é praticada utilizando técnicas de plantio rudimentares, consideradas de baixo impacto ambiental e importante para o uso equilibrado dos recursos naturais, contribuindo para a ocupação das famílias que vivem em áreas rurais ou com características rurais, auxiliando na geração de renda, segurança alimentar e no desenvolvimento regional. Possui diversidade cultural, social e econômica o que pode variar desde o modo do campesinato tradicional até a pequena produção modernizada (WANDERLEY, 2003).

Apesar da existência significativa de mulheres na prática da pesca artesanal e na agricultura familiar, até a década de 1970 os estudos realizados sobre essa atividade não levavam em consideração a questão do gênero (BRUSCHINI, 1994). Omitindo a existência cotidiana de mulheres, considerando sua mão de obra, como “uma categoria assexuada” (FASSARELA, 2008). Mesmo elas envolvidas direta e indiretamente em várias práticas cotidianas dessa atividade, elas assumem a responsabilidade de fazer a limpeza, o beneficiamento e comercialização do pescado, além de confeccionar e concertar os arreios usados na captura do produto (FIGUEIREDO; PROST, 2014, p.83). No caso da agricultura, a presença da mulher é marcante em toda a cadeia de produção e reprodução (SIMONIAN, 2001).

Tradicionalmente, no Brasil a figura feminina sempre esteve relacionada no processo produtivo e reprodutivo na mera posição de ajudante, caracterizadas por vezes como mero apêndice das ações desempenhadas pelos homens, invisíveis e alijadas de qualquer destaque social, as mulheres permaneceram na penumbra da história por vários séculos (SANTOS et al., 2017). A relação de gênero na pesca

¹Incluem-se os peixes, vida selvagem, águas superficiais, pastagens e florestas, como também recursos antrópicos utilizáveis (FEENY et al., 2001).

artesanal não se difere das demais atividades produtivas, pois, a figura masculina é descrita como único responsável pela produção e o sustento da família, ocultando assim a mão de obra feminina no processo produtivo e reprodutivo (KERGOART, 2003).

Essa realidade começa a sofrer mudanças, consequência da participação feminina nas lutas sociais, sindicais e recentemente do envolvimento nas decisões políticas em todo o país (LEONE; TEIXEIRA, 2010). Isto resulta na autoafirmação da figura feminina no ambiente familiar e na sociedade, culminando assim com o reconhecimento de seus esforços produtivos. Sendo assim, um dos principais marcos na valorização da mão de obra feminina nas atividades econômicas importantes, nos anos seguintes a participação da mulher nos processos produtivos, foi aumentando significativamente, especialmente, após a industrialização (HOFFMANN; LEONE, 2004).

Desde a década de 1990 a pesca artesanal e a agricultura familiar vêm conquistando avanços na implementação de políticas públicas que validaram o esforço das organizações representativas das classes. Entre eles, a inclusão de mulheres nos quadros sociais dos sindicatos e colônias de pescadores, garantindo, desta forma, o acesso a políticas sociais, assistência técnica e extensão rural, a regularização fundiária em áreas de assentamento coletivo, o auxílio maternidade, o seguro defeso, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), entre outros (MOURA; LOUREIRO; ANELLO, 2016).

Pesquisas científicas envolvendo as questões sobre o modo de vida, a visibilidade do esforço produtivo e análise das atividades cotidianas das pescadoras artesanais e das agricultoras familiares no Brasil e na Amazônia ainda são recentes, de modo especial os estudos sobre a qualidade de vida delas (MÜLLER, 2014). A mesma lacuna existe no acervo de pesquisas que busquem estudar as questões ligadas a qualidade de vida dessas categorias, levando em consideração a questão de gênero, com destaque aos trabalhos de Müller (2014), Alvares (2010), Neves e Medeiros (2013).

Na concepção de Martins e Alvim (2016), A ausência dos seus companheiros, desemprego e baixo rendimento familiar, ou ainda perda de seu espaço de trabalho, são alguns dos motivos que levam as mulheres a assumir um novo papel, sendo em alguns casos a única responsável pela garantia do sustento de sua unidade familiar.

Com as mudanças ocorridas inicia-se um novo cenário de reflexões no âmbito da pesquisa e dentro de sua própria categoria social. Recentemente, alguns estudos como de Pena et al. (2011), localizam sua área de investigação na região nordeste brasileira, onde as pesquisas têm construído fundamentação teórica relacionada apenas a saúde e a qualidade de vida da presença feminina no desenvolvimento dessas atividades produtivas. A temática sobre a qualidade de vida pode ser vista como complexa, apesar das pesquisas existirem desde a década de 1920. Foi a partir de 1980 que os estudos científicos se intensificaram em torno do referido tema, com isso, começaram a surgir as primeiras publicações abordando a questão.

Segundo Cezaretto (2015), com o passar dos tempos, o entendimento sobre a análise do IDH foi ampliado, sendo incorporado como fator de análise o desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e desenvolvimento sustentável. Assim, Minayo et al. (2000) destacam que o termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural.

Nesse sentido, segundo Sem (2000) os estudos que envolvem a temática de qualidade de vida precisam considerar a participação feminina, uma vez que elas exercem papel importante no processo de produção e reprodução econômica e social das famílias. Com as mudanças ocorridas no campo social e político, elas tornaram-se sujeitos sociais indispensáveis para a elaboração de estratégias que transformem a realidade em que vivem, garantindo qualidade de vida digna aos membros de sua família e a conservação dos recursos naturais, essenciais para sua sobrevivência.

Partindo desse pressuposto, os estudos sobre QV devem levar em considerações as questões subjetivas que envolvem fatores em âmbito social, ambiental, econômico, cultural e religioso. No caso das populações tradicionais (pescadores artesanais, agricultores familiares, quilombolas, indígenas, extrativistas, entre outros) deve ser considerada a percepção de seus membros em relação aos fatores que influenciam cotidianamente sua vida, em determinado momento, além disso, deve ser analisado o acesso a políticas públicas básicas, como o acesso à saúde, educação, assistência social, habitação e transporte, bem como, o envolvimento organizativo nos espaços de decisão (GONÇALVES; VILARTA, 2004; DIENER, 2006).

Compreender o modo e qualidade de vida na percepção das pescadoras artesanais e agricultoras familiares podem auxiliar no entendimento do cotidiano

dessas mulheres e das estratégias usada para garantir sua sobrevivência e sua compreensão sobre a própria qualidade de vida. Além disso, fomenta a reflexão no ambiente acadêmico sobre um tema presente no cotidiano local, bem como, serve de aporte teórico para as instituições de pesquisa e entidades sindicais em que a classe está ligada.

No encerramento dessa pesquisa pretende-se contribuir com o reconhecimento da participação da mulher nas atividades da pesca artesanal e agricultura e seu desempenho na economia local. Além disso, apresentar a diversidade produtiva existente nos bairros do Maicá e Perola do Maicá, socializando com setores interessados e comunidade acadêmica, com o intuito de fortalecer as referidas classes sociais e atividades econômicas.

O trabalho está organizado em formato de artigos, que por sua vez, seguem as normas da revista *Ambiente & Sociedade* (colocada nos anexos). O Capítulo I é denominado “Pescadoras e Agricultoras: aspectos socioeconômicos, ambientais e de qualidade de vida”, apresenta o aporte teórico que auxiliou nas discussões dessa pesquisa.

O Capítulo II é intitulado de “Condições socioeconômicas das pescadoras artesanais e agricultoras familiares de um recorte espacial da cidade de Santarém, Pará”, visa discutir o perfil socioeconômico, produtivo e percepção ambiental das pescadoras artesanais e agricultoras familiares do Bairro Maicá e Pérola do Maicá.

O Capítulo III denominado “Pescadoras e Agricultoras: Aspectos Socioeconômicos, Ambientais e de Qualidade de Vida”, teve objetivo de compreender e descrever a qualidade de vida na visão das mulheres que criam, pescam e produzem nos bairros do Maicá e Pérola do Maicá em Santarém, Pará. Por fim, apresenta-se algumas considerações gerais, relacionadas a este estudo.

2 PESCADORAS E AGRICULTORAS: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, AMBIENTAIS E DE QUALIDADE DE VIDA

A mulher vem lutando ao longo da história para conquistar o reconhecimento de seu esforço no processo produtivo e reprodutivo dentro da sociedade. Para entendermos como se deu a autoafirmação da mulher no cenário global é necessário mergulhar no contexto histórico e cultural que conduziu as conquistas vivenciadas no mundo contemporâneo, por isso, será descrita uma síntese dos avanços obtidos pelo movimento feminista no Brasil e no mundo.

Desde as sociedades primitivas agropastoris até as contemporâneas, o papel da mulher é percebido com menor ênfase ao exercido pelo homem, sendo assim, o sexo feminino é descrito com inferioridade. Conforme Simonian (2006, p. 24), “assim, como nas sociedades antigas, as contemporâneas caracterizam-se, em geral, por apresentar uma organização baseada no patriarcado”. Até pouco tempo as mulheres estiveram ocupando o espaço dentro da sociedade identificado como de menor importância, e os homens assumiam as atividades que exigiam maior responsabilidade e o uso da força, como o plantio, a caça e a pesca com a finalidade de garantir o sustento de sua família (OLIVEIRA; SAMPAIO, 2002).

A partir do início do movimento feminista essa realidade sofre transformações significativas, as mulheres começam a se envolver em movimentos de lutas sociais, sindicais e políticas em todo país, a classe feminina começa uma luta em busca da conquista de um lugar de destaque na sociedade (LEONE; TEIXEIRA, 2010). Nos anos seguintes começam a garantir espaço nas atividades econômicas, resultado da expansão provocada pela revolução industrial que culminou na abertura comercial e financeira do Brasil. A inclusão das mulheres nas atividades economicamente produtivas foi um divisor de águas na valorização da força feminina (HOFFMANN; LEONE 2004).

A inserção da mulher na atividade econômica se intensificou a partir da década de 70. No Brasil, este foi um momento de intensa expansão da economia, culminação de uma rápida industrialização e urbanização que ocorreu no Brasil desde os anos 40. Prosseguiu depois de 1980, sob situações econômicas adversas, como a da estagnação da atividade econômica da década de 80 e da reestruturação da economia com a liberalização comercial e financeira dos anos 90. A entrada da mulher no mercado de trabalho das cidades, começou então no ápice de um processo de desenvolvimento que mudou a economia e a sociedade no Brasil. Nesse processo as mulheres conseguiram disputar ocupações com os homens, dentro de um projeto pessoal que deu qualidade a

sua participação, rompendo inclusive tradicionais barreiras de entrada feminina na atividade econômica (LEONE; TEIXEIRA, 2010, p, 2).

O empoderamento feminino impulsionou a conquista de espaço no cenário socioeconômico e o conhecimento sobre seus direitos, deveres e obrigações. Para compreender melhor o termo empoderamento sua origem vem da palavra em inglês *empowerment*, que tem sentido de liderança ou ainda o exercício de liderança. A palavra começou a ser mais utilizada no mesmo período em que os movimentos organizados (feministas, camponeses, negros, indígenas) eclodiram na luta em defesa de seus direitos civis no país (ROMANO; ANTUNES, 2002; HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007). De acordo com Lorio (2002), como resultado do processo a questão de gênero aparece na pauta dos debates estratégicos, como forma de reconhecimento da figura feminina como sujeito produtivo, quebrando as desigualdades existentes entre homens e mulheres.

Na concepção de Gohn (2004), o significado da palavra empoderamento está ligado a ideologia que estimula os grupos ou comunidades organizadas a manter-se resistentes contra as amarras ideológicas de exclusão. O que dialoga com o entendimento de Horochovisk e Meirelles que destacam:

A definição de empoderamento é próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. Desse modo, trata-se de um atributo, mas também de um processo pelo qual se aquire poder e liberdades negativas e positivas. Pode-se, então, pensar o empoderamento como resultante de processos políticos no âmbito dos indivíduos e grupos (HOROCHOVISK; MEIRELLES, 2007, p. 486).

Sendo assim, o empoderamento pode ser entendido como meio pelo qual as pessoas individualmente ou organizadas de forma coletiva, obtém o domínio de sua capacidade e competência para realizar a gestão de seus projetos (COSTA, 2004). Assemelhando-se da definição dada por Batliwala (1994) em que considera ser um instrumento que impulsiona o indivíduo ou grupo a incomodar-se com as ideias opressoras e controladoras do poder patriarcal. Nesse mesmo sentido, Leon (2001) argumenta que é possível conhecer o indivíduo ou grupo empoderado pelo seu processo organizativo de luta em defesa da equidade entre os gêneros e da mudança de realidade onde vivem.

Na concepção de Maneschy (1995, p. 82), “rever, questionar e criticar o padrão de relações de gênero e o papel secundário das atribuições femininas é, portanto, tocar

em visões de mundo e em atitudes muito arraigadas”. Sendo assim, é essencial fomentar o debate e a pesquisa sobre essa temática para demonstrar o papel que a mulher possui dentro da sociedade. Os estudos científicos sobre a questão de gênero como categoria social iniciaram na Europa e nos Estados Unidos da América, no final do século XX. Período em que apareceram os grupos de pesquisas dentro das universidades que fomentaram a realização de estudos sobre a realidade feminina que culminou posteriormente na temática sobre gênero (MATOS, 2008).

A palavra *gênero* tornou-se um novo paradigma usado para distinguir as concepções feministas sobre a função da “mulher e do homem” no contexto social, econômico e político (VIEIRA, 2006, p. 26). Na concepção de Scott (1989, p. 19), o uso da palavra *gênero* é uma forma da mulher “reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar as desigualdades persistentes entre mulheres e homens”. O processo histórico que conduziu a essa mudança na descrição da realidade feminina é fundamental para caracterizar todo o contexto que envolve a luta das mulheres pelo seu reconhecimento perante a sociedade (MATOS, 2008).

A nova forma de identificação busca promover uma diferenciação entre homem e mulher, sendo possível fazer uma investigação categorizada e simbólica das questões relacionadas a gênero no contexto social, econômico, cultural e político (MATOS, 2008). Instiga-se a pesquisa a entender como a conquista emancipatória da mulher influencia na relação entre homem e mulher, bem como, investigar as questões que diferenciam o papel exercido pela mulher e pelo homem dentro das relações familiares, nas atividades produtivas, na escola e nas relações comunitárias (VIEIRA, 2006).

O recorte temporal dessa época ficou conhecido como a “Década da Mulher”, devido os movimentos feministas terem começado a participar de eventos internacionais decisivos e conquistar espaços nas arenas de debates. Como resultado desse esforço as mulheres colocam na pauta de discussão da “IV Conferência sobre Mulher, Desenvolvimento e Paz” os eixos temáticos: igualdade, desenvolvimento e paz, qualificando a participação feminina nesses espaços de debate.

A Década da Mulher, 1975-1985, instituída pela ONU, e o Ciclo Social de conferências das Nações Unidas, levados a cabo durante os anos 90, culminando com a *IV Conferência sobre Mulher, Desenvolvimento e Paz*, em Beijing, 1995. A esses espaços confluíam e neles conflitavam-se diferentes atores e discursos. Considero que nas disputas ao longo do *Ciclo Social* foi

crescentemente mais forte o discurso da justiça de gênero. As questões de gênero no discurso hegemônico foram, entretanto, crescentemente sendo absorvidas e articuladas apenas ao tema da pobreza e da participação política, mantendo-se os outros temas/problemas, como a violência e os direitos reprodutivos, ainda em um espaço de disputa acirrada, em especial questionada por setores fundamentalistas. No âmbito das organizações financeiras multilaterais, manteve-se a hegemonia do pensamento liberal, mesmo após Beijing, quando foi reforçada a ofensiva feminista contra as políticas de Ajuste Estrutural que vinham sendo efetivadas desde os anos 80 (CAMURÇA, 2002, p. 168-169).

Nesse mesmo período, a Organização das Nações Unidas criou o Instituto Internacional de Pesquisa e Capacitação para as Mulheres², com a responsabilidade de compreender a função que estas desempenham no processo de gerenciamento de políticas públicas ligadas a “gestão da água e do saneamento ambiental em países da África, da Ásia e da América Latina”, políticas essenciais para o desenvolvimento social das unidades familiares, por isso, a entidade começou a promover capacitação as mulheres para que possam desempenhar com êxito esse papel (CORTE BRILHO, 2015, p. 50). O Empoderamento feminino ajudou no processo de sua integração nas discussões de políticas públicas de desenvolvimento que versem sobre questões ligadas à terra, moradia, saúde, educação, lazer, geração de renda e meio ambiente (SILIPRANDI, 2009).

No Brasil a luta pela equidade de gênero não foi diferente do restante dos outros países, antes da década de 1970, a figura feminina sempre esteve ligada à condição de ser inferior e marcada pela exclusão ou assumindo a condição de coadjuvante nas relações do processo produtivo e reprodutivo, sendo consideradas “mero apêndice das ações desempenhadas pelos homens invisíveis e alijadas de qualquer destaque social, as mulheres permaneceram na penumbra da história por vários séculos” (SANTOS et al., 2017, p. 02). Após a intervenção dos movimentos feministas as primeiras conquistas foram surgindo com a promulgação das leis que regem o país.

Uma das primeiras lutas encampadas foi pelo direito a educação e ao voto, essa última bandeira foi alcançada por meio do Código Eleitoral, instituído pelo Decreto nº 21.076/1932, confirmado na promulgação da Constituição Federal de 1934, em seu

² Em inglês: *United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women* criado em 1976. Posteriormente fundiu-se com mais três organizações ligadas a ONU, sendo elas: Divisão da ONU pelo Avanço das Mulheres, o Escritório da Assessora Especial para Questões de Gênero e o Avanço das Mulheres, e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres criando a ONU Mulheres, com a finalidade de apoiar os Estados-membros da ONU no estabelecimento de padrões globais para alcançar a igualdade de gênero e trabalha junto aos governos e à sociedade civil para formular leis, políticas, programas e serviços necessários à implementação desses padrões. <https://nacoesunidas.org/agencia/onumulheres/>

artigo 109, “o direito à cidadania política – o direito ao voto – é alcançado pelas mulheres brasileiras em 1934, antes de vários países da Europa, como França e Itália” (DEL PRIORE, 2006, p. 644). A conquista do direito ao voto foi concedida devido a intensa pressão dos movimentos feministas que lutavam pelo reconhecimento da cidadania da mulher. A mesma constituição “tratou da inserção da mulher no mercado de trabalho, da necessária igualdade salarial entre homens e mulheres, além de assuntos como maternidade e infância” (LIMA; ARRUDA, 2015, p. 380).

Na edição da constituição de 1967, a luta encampada foi pela participação e livre arbítrio no processo democrático em debate na época, “buscou-se a promoção da igualdade substancial por meio da diferenciação jurídica e pretendeu a equiparação da mulher sem quaisquer discriminações” (PELLEGRINELLO, 2014, p. 38). Outro avanço significativo foi a promulgação do Decreto nº 89.460/1984, que absorveu a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a mulher, confirmando as normas contidas na Resolução 34/180 de 1979, promulgada pelo Decreto nº 4.377/2002, que dispõe em seu artigo 1º:

Para fins da presente Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou qualquer outro campo (BRASIL, 2002).

Sendo assim, a mulher conquista o direito de participar com equidade em todos os espaços de debates que visem construir o desenvolvimento na área econômica, social, cultural, ambiental e civil, inclusive, no artigo 7º é garantido o direito a ser votada para qualquer cargo ou função em âmbito público. Na última promulgação da Constituição em 1988, esse direito se fortalece no artigo 5º onde é definido que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição” (BRASIL, 1988).

Neste sentido, percebe-se que o empoderamento feminino se consolidou nos eixos jurídicos que norteiam as normas do país, como resultado as mulheres foram ocupando espaços importantes no âmbito público e privado que antes eram ocupados apenas pelos homens garantindo assim a sua emancipação na vida contemporânea. Conforme descreve D’Alonso (2008, p. 31):

As mulheres deixaram de ser apenas meras donas – de -casa e passaram a ser não somente mãe, esposa e também operária, enfermeira, professora e

mais tarde, arquiteta, juíza, motorista de ônibus, bancária entre outras das mais diversificadas profissões, ocupando um cenário que antes era masculino.

Apesar disso, a inclusão das mulheres nos espaços de poder onde são construídas as políticas públicas ainda é mínima, comprometendo com isso a efetiva participação feminina na arena de debate e a legitimidade da democracia brasileira (OLIVEIRA, 2013).

Na região Amazônica as atividades tradicionais como a pesca artesanal e agricultura familiar são desenvolvidas em todos os estados pelas unidades familiares, a questão de gênero segue o padrão adotado em toda sociedade e nas relações produtivas, devido a essa percepção a mulher sempre foi discriminada nas questões da divisão do trabalho, pois suas potencialidades são ignoradas (KERGOART, 2003). Apesar da mulher desempenhar papel importante nas comunidades contribuindo com o desenvolvimento sustentável e o equilíbrio do ecossistema, seu esforço produtivo é geralmente entendido apenas como uma auxiliar do trabalho desempenhado pelo homem da família, muitas vezes considerada uma expansão das atividades domésticas, como: cuidado com os filhos, com os pequenos animais, com a roça dentre outras ocupações reforçando a premissa que “o trabalho da mulher apenas complementa a renda” (OLIVEIRA, 2013, p. 02).

Na concepção de Oliveira (2013, p. 02):

O protagonismo da mulher tem sido explicitado através da diversidade de suas atividades fora da unidade de produção rural, como a pesca, a extração da goma nos seringais, a comercialização dos produtos cultivados, do artesanato produzido, dentre outros. Não é recente que a mulher desenvolve diversas atividades, no entanto, é com sua atuação em organizações coletivas nas comunidades, participando da tomada de decisão, que elas têm ganhado visibilidade e reconhecimento. A importância das mulheres nos diversos espaços em que elas conquistaram na sua trajetória, é uma questão de justiça a contribuição destas mulheres para a construção da sociedade.

A luta pelo reconhecimento dos direitos das mulheres também é presente na área rural, assim inicia-se uma mobilização em busca de garantir igualdade no acesso às políticas públicas de seguridade social e previdenciárias direcionadas a pesca artesanal e agricultura familiar. Esse esforço ajudou a minimizar as desigualdades históricas existentes na relação de gênero, com isso, proporcionou maior visibilidade para a mão de obra feminina dentro dessas atividades economicamente produtivas. O processo de conquistas dos direitos diferenciado às mulheres foi possível devido à movimentação das entidades sociais, sindicais, colônias de pescadores que ajudaram as mulheres a alcançar seu empoderamento social, político e econômico.

Os primeiros movimentos de reivindicação ocorreram em busca do reconhecimento da mulher como trabalhadora do campo ou trabalhadora rural, desmistificando a identificação de trabalhadora do lar (doméstica), depois, a luta seguiu para garantir seu direito em ser sindicalizada nas entidades sindicais de sua classe. Em seguida, pela garantia do salário maternidade, aposentadoria e auxílio à saúde para a pescadora artesanal e agricultora familiar.

Em 1991, as mulheres começam a envolver-se nas direções dos sindicatos e das colônias de pescadores, garantindo a presença feminina nos debates e lutas pelos direitos da classe trabalhadora. Nesse mesmo período os trabalhadores da pesca artesanal e da agricultura familiar são reconhecidos como segurados especiais da previdência social, por meio da Lei nº 8.213/91, no inciso VII, do art. 9º que descreve:

VII - como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de: a) produtor, seja ele proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: 1. agropecuária em área contínua ou não de até quatro módulos fiscais; ou 2. de seringueiro ou extrativista vegetal na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis, e faça dessas atividades o principal meio de vida; b) pescador artesanal ou a este assemelhado, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e, c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de dezesseis anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas “a” e “b” deste inciso, que, comprovadamente, tenham participação ativa nas atividades rurais do grupo familiar” (BRASIL, 1991).

A inclusão na categoria de segurado especial proporcionou às pescadoras artesanais e agricultoras familiares o direito ao acesso ao salário maternidade, aposentadoria e auxílio doença. Entre esses benefícios conquistados o salário maternidade assegurado no Art. 39, parágrafo único do Art. XX da Lei nº 8.861/1994, tem grande importância, por garantir que a mulher continue ajudando no sustento de sua família durante o período que não possui condições de exercer sua atividade produtiva. Conforme descrito:

Parágrafo único. Para a segurada especial fica garantida a concessão do salário-maternidade no valor de 1 (um) salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do início do benefício. (Incluído pela Lei nº 8.861, de 1994) (BRASIL, 1994).

Para Siqueira (2014, p. 38), “o empoderamento das mulheres é visto como instrumento para o desenvolvimento, para erradicar a pobreza, para inseri-las nos espaços produtivos, para levá-las a participar de diferentes atividades de interesse

coletivo, para a democracia”. Dessa forma, o empoderamento feminino foi construído por estratégias que garantam a conquista dos direitos na vida das pescadoras artesanais e agricultoras familiares.

Entre essas conquistas, destaca-se a implementação dentro do Programa Nacional de Agricultura Familiar de uma linha de crédito do PRONAF – Mulher, com a finalidade de contribuir com o fortalecimento das atividades agrícolas, facilitando o acesso das mulheres aos recursos disponíveis em uma linha de crédito, sendo um importante meio para superação das desigualdades de gênero existente no meio rural. De acordo com dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário, na safra de 2014/2015, aproximadamente 160 mil mulheres acessaram o crédito como meio de ajudar no aumento de sua produção (MDA, 2014).

Na concepção de Hernández (2009, p. 18),

Essa linha de crédito tem como objetivo aumentar a capacidade produtiva das mulheres e melhorar a sua qualidade de vida, ampliando o exercício de sua cidadania, a partir da ampliação de sua autonomia, como participação econômica e política, no contexto familiar e social.

Outro avanço significativo para autonomia econômica das mulheres foi a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA, que representa para as mulheres a garantia de um novo mercado institucional de comercialização de sua produção. Instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696/2003, como uma das estratégias dos eixos dentro do Programa Fome Zero. É um programa que faz parte do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, que tem como intuito fundamental promover o acesso a alimentação garantindo a segurança alimentar e nutricional.

Podem ser fornecedores do programa assentados da reforma agrária, silvicultores, agricultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que estejam dentro dos critérios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006; SANTOS, 2016).

A Resolução do GGPA n° 44/ 2011³ institui nos artigos 4º e 5º orientações que diferenciam o Programa das demais políticas públicas e garantem às mulheres uma cota específica, quais sejam:

³ Publicada em 2011, no Diário Oficial da União pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Programa de Aquisição de Alimentos, o qual discorre sobre o fomento ao acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em:

Art. 4º Nas operações realizadas nas modalidades de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea e de Formação de Estoques pela Agricultura Familiar, será exigida a participação de pelo menos, quarenta e trinta por cento de mulheres, respectivamente, do total de produtores fornecedores, respeitados os demais critérios para a participação no Programa.

Art. 5º Para as modalidades de Compra Direta Local com Doação Simultânea e de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, será exigida a participação de, pelo menos, quarenta e trinta por cento de mulheres, respectivamente do total de produtores fornecedores, respeitados os demais critérios para a participação no Programa.

No entendimento de Siliprandi e Cintrão (2011, p. 21), “a modalidade de Compra com Doação Simultânea tem um grande potencial de ser apropriada pelas mulheres rurais, seja individualmente ou através de grupos produtivos”. Sendo também um importante instrumento de consolidação da segurança alimentar das famílias partindo do pressuposto de que são as mulheres que acabam assumindo essa responsabilidade.

No campo da organização social e na relação de poder, historicamente as mulheres enfrentaram grandes dificuldades para ocuparem espaços na esfera sindical e política. De acordo com Castro (1995, p.30) existe uma “relativa exclusão das mulheres” dentro das estratégias de poder, excluindo por um longo período a sua participação em cargos direção nas entidades sindicais. No entanto, a partir da década de 1990 essa realidade começa a se modificar, pois estas começam a ocupar com poder de decisão os espaços de direção no movimento sindical, trazendo inclusive, discussão sobre as bandeiras de lutas específicas do movimento de mulheres (MOTA, 2009).

Segundo orientações da Central Única dos Trabalhadores – CUT, o movimento sindical deve garantir que entre os dirigentes das entidades sindicais, 30% devem contemplar a participação feminina, representando uma visibilidade da mulher em espaços de discussão do poder (DELGADO, 1996).

Resultado desse processo pode ser observado no município de Santarém, no Oeste Paraense onde no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém – STTR, as mulheres têm uma participação ativa dentro das instancias de direção sindical. Duas mulheres já assumiram a presidência da entidade e dentro da estrutura organizacional existem várias diretoras regionais ajudando na condução da instituição. Na colônia de Pescadores Z-20, desde o ano de

1982 começaram a assumir espaços de direção dentro da estrutura organizativa, tornando-se autoras de sua própria história e reforçando a concepção da importância feminina nas instâncias sindicais.

2.1 A Historicidade da Pesca Artesanal e da Agricultura Familiar

A região amazônica possui uma heterogeneidade cultural, social, ambiental e econômica, resultado das características das populações indígenas, pescadores artesanais, quilombolas, agricultores familiares, extrativistas entre outros exploram os recursos naturais desse ambiente para garantir suas necessidades básicas de sobrevivência, as quais podem influenciar de forma positiva ou negativa no equilíbrio ambiental das comunidades onde vivem. Na concepção de Alves, “os impactos socioambientais na região amazônica procedem do extrativismo predatório, expansão agropecuária, agricultura itinerante e a insustentável relação homem versus natureza” (2016, p. 13).

A dinâmica do território amazônico se diferencia do adotado em todo o país, tendo algumas particularidades, durante os seis primeiros meses do ano, a região vive um período intensamente chuvoso denominado de inverno, no restante do período do ano, o fenômeno ocorre de forma inversa, aproximando-se da foz do rio. A subsistência dos povos está interligada com a sua profunda afinidade com a natureza, seguindo os parâmetros de atividade conforme os períodos temporais da natureza (cheia e vazante) (DIEGUES, 2001).

Essa região teve seu processo de ocupação bastante acelerado a partir da abertura das rodovias BR 163 e Belém-Brasília, a partir da década de 1960, e, mais acentuadamente, na década de 1970. A estratégia adotada de inserir da região à esfera capitalista foi um dos fatores responsáveis por este acontecimento, pois a meta era usar os núcleos urbanos como pontos logísticos para um processo de ocupação efetiva (BECKER et al., 1990). A dinâmica de ocupação aconteceu lentamente nas margens dos rios mais importantes deste território, onde a população foi construindo seu próprio *habitat* e organizando-se nas comunidades ribeirinhas ou de várzea, locais que abrigam as populações tradicionais (quilombolas, agricultores familiares, indígenas e pescadores artesanais) (NASCIMENTO, 1996).

A partir desse processo de ocupação desordenado da região Amazônica ocorreu também a “degradação do ambiente e a falta de ordenamento territorial”, isto porque

grandes projetos foram implantados sem que fossem avaliadas suas consequências ao meio ambiente e às populações que dele dependem para sua sobrevivência (SANTOS, 2007, p. 83). Conforme destacam Isaac e Barthem (1995), “as diversas atividades exploratórias desenvolvidas na região não responderam a uma política planejada de desenvolvimento sustentado em longo prazo, mas a interesses que não se refletiram na conservação dos recursos naturais”. O modelo de ocupação provocou uma exploração desordenada dos recursos naturais em consequência disso, um desequilíbrio no ecossistema.

Entre as cidades que integram essa região, Santarém serviu como ponto estratégico de apoio no processo de ocupação da região Oeste do Pará, devido à localização privilegiada à margem direita do rio Tapajós na confluência com o Rio Amazonas, e à posição intermediária entre duas metrópoles amazônicas, Belém e Manaus. O que a fez torna-se local estratégico de fortalecimento e desenvolvimento das cidades do oeste paraense desenvolvendo uma série de atividades e funções que se solidificaram desde o período das missões religiosas da exploração da borracha, especialmente a de entreposto comercial (PEREIRA, 2004).

A cidade passou a desempenhar respeitável papel na região do Baixo Amazonas, devido concentrar a melhor estrutura na área da educação, saúde, aeroporto, rodoviária entre outras. Sua área territorial abrange “dezesseis municípios, o que tem se efetivado ainda mais nas últimas duas décadas, em virtude da alocação e melhoria de serviços e infraestrutura” (OLIVEIRA et al., 2010, p. 02). Características que impulsionaram a implantação de grandes empresas de insumos para agricultura, indústrias de beneficiamento de pescado, aumento do número de supermercado e construção de estrutura logística portuária para escoamento de grãos que ajudaram na consolidação da cidade no eixo econômico regional, estadual e nacional.

A atividade da pesca artesanal e a agricultura familiar na Região do Baixo Amazonas, desde a década de 1990, vêm conquistando avanços significativos. Destacam-se nestas conquistas a implementação de políticas públicas que validaram os acordos de pesca através das Instruções Normativas, emitidas pelos órgãos ambientais, a inclusão das mulheres pescadoras com a garantia de políticas sociais, assistência técnica e extensão rural na região da várzea, a regularização fundiária em áreas de assentamento coletivo, o auxílio maternidade, o seguro defeso, o Programa PAA, Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), entre outros. Essas são

atividades que utilizam os recursos de uso comum existentes dentro do território para garantia da subsistência de sua família (MOURA; LOUREIRO; ANELLO, 2016).

Nesse cenário de avanços e conquistas significativas, as atividades da pesca e da agricultura familiar desempenham papel de destaque na dinâmica economia do país. Essa importância pode ser confirmada com os dados apresentado na pesquisa Produção Agrícola Municipal - PAM 2015, que revelou que a agricultura familiar ocupa aproximadamente 76,8 milhões de hectares, alcançando um resultado expressivo de R\$ 265,5 bilhões, o que representa um aumento de 5,6% quando comparada com a produção do ano de 2014. Quanto a sua participação econômica, a nível nacional existem algumas culturas da atividade agrícola que possuem maior participação na dinâmica econômica, como: soja, o milho, a cana-de-açúcar e o feijão. Das quatro culturas que apresentam maior influência na economia do país, duas (milho e feijão) são bastante cultivadas na região amazônica (IBGE, 2015).

De acordo com dados do MPA (2011), em âmbito nacional, a atividade da pesca apresenta dados significativos para a dinâmica econômica do país e na produção de alimentos. A aquicultura continental e de marinha contribui com 44%, do pescado o que em termos absolutos representam 628.704.3 toneladas. Em seguida, vem a pesca extrativa marinha, que contribui com aproximadamente 38,7% da produção, representando em valores absolutos 553.670 toneladas (MPA, 2011). Esses dados demonstram a importância que agricultura familiar e a pesca artesanal desempenham na segurança alimentar e nutricional, na geração de empregos diretos e indiretos, auxiliando no combate ao êxodo rural e garantindo a permanência das famílias em suas unidades consumidoras (CAVALCANTE, 1989).

A pesca artesanal e agricultura familiar assumem função preponderante no fomento ao desenvolvimento econômico, social e ambiental, além disso, têm contribuição direta na garantia de uma melhor qualidade de vida e da segurança alimentar das populações que sobrevivem dessas atividades. Destaca-se, entre os setores econômicos, pois tem contribuído significativamente na garantia de alimentos para a população brasileira, além de ser uma das atividades que requer métodos adequados ao desenvolvimento sustentável dos ecossistemas amazônicos.

2.2 Pesca Artesanal

A atividade da pesca artesanal é praticada pelo homem desde as comunidades primitivas até os dias atuais, inclusive sendo parte do modo de vida das populações indígenas e tradicionais que ocupam o território brasileiro (LOPES, 2013). Na concepção de Diegues (1983, p. 183), o pescador artesanal tem o “controle de como pescar e do que pescar, em suma, o controle da arte da pesca”, ou seja, é aquele que domina plenamente todos os meios de produção (arreios, rotas e embarcações) da pesca.

Desde 1967, inúmeras normas jurídicas (leis, decretos, instruções normativas, portarias, entre outros) foram elaboradas com o intuito de ordenar a pesca artesanal. Apesar de uma variedade de regulamentação jurídica algumas não atendem a diversidade da realidade das regiões onde a pesca é realizada, pois, sua elaboração é feita sem a participação dos pescadores ou de suas entidades representativas. As normatizações tiveram como resultado a implementação de políticas públicas, ao passo que o primeiro instrumento legal foi o decreto foi Decreto Lei nº 221/1967, que criou o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), considerado um divisor de águas na história do pescador artesanal, pois, após a sua criação foi realizado o primeiro cadastro da categoria pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, criada no ano de 1962, dando reconhecimento à classe.

É através da aquisição da carteira do RGP que as pessoas que exercem a atividade da pesca em pequena ou grande escala são legalizadas, bem como, das embarcações usadas para exercer a referida atividade. Portanto, essa é uma exigência para sua realização, além disso, é por meio desse registro que o governo federal faz a gestão e ordenamento do uso dos recursos pesqueiros (BRASIL, 1967). Após o ano de 2015, com a extinção do ministério da Pesca e Aquicultura, ocorreram muitas mudanças no processo de emissão das carteiras, e atualmente, pararam de ser emitidas, prejudicando os pescadores que dependem dela para serem reconhecidos juntos aos diversos órgãos.

De acordo com a Lei nº 11.959/2009, que regulamenta a atividade de pescador publicada em substituição ao Decreto nº 221/1967, a atividade da pesca é dividida apenas em duas categorias, cada uma tendo sua subdivisão. Entretanto, a descrição da pesca de subsistência, artesanal e industrial (comercial) assemelham-se as

defendidas por Diegues (1995), conforme descrito no Capítulo IV, art. 8º, seção I da referida lei:

Art. 8º. Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como:

I - comercial:

a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;

b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;

II - não comercial:

a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;

b) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;

c) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica (BRASIL, 2009).

Dentro da lógica de Diegues (1995), a atividade da pesca possui três categorias: pesca de subsistência, artesanal e industrial, sendo que cada uma possui características distintas.

No Brasil, segundo dados da FAO (2010), a pesca artesanal de “baixo impacto ambiental” nos termos de Diegues (1995), é responsável pela garantia de emprego e renda de aproximadamente 35 milhões de pescadores, representando quase 90% do universo de pescadores existentes. Isso ocorre devido seu território ser propício, e possuir uma das “costas marítimas” com maior extensão em nível mundial, que corresponde a aproximadamente 8.400km de área litorânea, além disso, existem os “rios, lagos, lagoas e cursos d’água associados às principais bacias hidrográficas do continente”. Essa abundância existente proporciona ao país participar do *ranking* mundial e contribuir com a produção global de pescado (GASALLA; YKUT, 2015, p.2).

Fazendo uma análise do *ranking* da produção mundial, de acordo com dados do MPA (2012), a China assume o primeiro lugar há pelo menos cinco anos, contribuindo com 37,69% da produção mundial. Em seguida, ocupando o segundo lugar aparece a Indonésia (6,93% da produção pesqueira) e no terceiro lugar encontra-se a Índia (5,55% da produção mundial).

Quando análise é feita entre os países da América Latina, essa escala sofre alteração: nesse cenário o Brasil assume o terceiro lugar, contribuindo com 1.264.765 toneladas. Nesse *ranking* o primeiro lugar é ocupado pelo Peru, que abastece o

mercado mundial com 4,4 milhões de toneladas, seguido do Chile que abasteceu com aproximadamente 3,8 milhões de toneladas do pescado. Apesar desses países possuírem área territorial menor, existe um sistema de monitoramento pesqueiro que consegue mensurar a produção existente, diferente do Brasil que desde 2011 não existe nenhum sistema em andamento (IBAMA, 2008; MPA, 2011). Fazendo um recorte para o cenário nacional a produção de pescado brasileira é liderada pelo estado de Santa Catarina (13,6% da participação na produção nacional), seguido do estado do Pará (10,7%) e do Maranhão (7,2%), conforme dados do MPA (2011).

Nestes três estados brasileiros, o impacto econômico e social da pesca é evidente quando comparado aos demais, devido à grande abundância de espécie existente nessas unidades federativas, de modo especial na Amazônia Brasileira, onde o estado do Pará está localizado. Nessa região existe um dos mais importantes biomas do território brasileiro, pois, existe uma rica biodiversidade e uma diversidade de peixes de água doce do mundo com aproximadamente 3.000 (três mil) espécies características que a colocam em destaque em termos de produção pesqueira (SANTOS; SANTOS, 2005; SOUSA, 2017). Conforme destacado por Martins (2009, p. 32):

Aí existem ecossistemas litorâneos, várzeas, rios, lagos, igarapés de água doce e salgada, igapós, campos periodicamente inundáveis, pântanos costeiros, baías e enseadas como espaço de práticas pesqueiras e aquícolas tradicionais, manejados com tecnologias nativas, mão-de-obra familiar e parceiras.

Nos estados que compõe a Amazônia Brasileira, a pesca artesanal é realizada de forma expressiva por grande parte da população, pois é uma atividade que é considerada “fonte de alimento, comércio, renda e lazer para grande parte de sua população, especialmente a que reside nas margens dos rios de grande e médio porte” (SANTOS; SANTOS, 2005, p.165). Portanto, a pesca extrativa⁴ é uma atividade que garante a sobrevivência das famílias, bem como contribui para importação abastecendo os grandes centros urbanos do país (FURTADO, 1993; FREITAS; RIVAS, 2006).

De acordo com dados do MPA (2011), o estado do Pará contribuiu com 3.332,3 toneladas de pescado, sendo grande parte capturada pela pesca artesanal. No Estado, a pesca é caracterizada em cada região de forma diferente, como “i) pesca em águas

⁴ A pesca extrativa, que é composta pela modalidade de pesca artesanal ou industrial, (SILVA, 2013, p.34).

continentais (Rio Amazonas, tributários e áreas de inundação); ii) pesca marinha (estuários, canais, praias, costa e plataforma continental)” (ISAAC et al., 2008, p.2). Quando essa distinção é feita dentro dos limites geográficos, as particularidades das bacias hidrográficas são os fatores determinantes para essa divisão, quais sejam:

Águas interiores: i) Guamá; ii) Araguaia/Tocantins; iii) Baixo Amazonas; iv) Xingu; v) Tapajós; vi) Trombetas; vii) reservatórios. Para a pesca marinha/estuarina foram consideradas quatro áreas: i) Estuário interno; ii) Estuário externo; iii) Zona costeira; iv) Plataforma continental” (ISAAC et al., 2008, p.2).

Segundo dados do PRÓVÁRZEA/IBAMA, no ano de 2014, seis municípios que compõe a região do Baixo Amazonas apresentaram uma produção de pescado elevada dentro do estado, quais sejam: Santarém, Óbidos, Oriximiná, Alenquer, Monte Alegre e Almeirim. Sendo que o município que desembarcou a maior quantidade de pescado oriundo dos demais municípios que compõe a região do baixo amazonas foi Santarém, que teve uma produção de acima de duas mil toneladas. Após esse levantamento, o PRÓVÁRZEA interrompeu o processo de monitoramento da pesca, sendo que esta ausência é um grande problema enfrentado pelos pescadores artesanais, pois sem a estatística pesqueira não é possível continuar mensurando o potencial da atividade na região (SILVA; GUIMARÃES, 2017).

Embora no estado do Pará exista um extenso território de produção pesqueira, a pesca artesanal tem vivido uma grande pressão em seu estoque, nas últimas décadas. De acordo com Isaac et al. (2008, p.2), o processo de escassez do pescado se deu a partir de 2002, quando a produção diminuiu de “160 mil toneladas para 141 mil toneladas, em 2005”, nesse cenário a “a produção artesanal de origem marinha/estuarina diminuiu 16% e a de águas continentais em 10%”. Tal fato ocorre em função das questões climáticas que tem se intensificado nos últimos anos, causado pelo desmatamento e queimadas desordenados, além disso, em alguns lugares têm aumentado a pesca predatória e a invasão dos lagos por barcos geleiros oriundos de outros estados, o que influencia de forma direta na diminuição gradativa do estoque pesqueiro.

Essa realidade é preocupante, pois outros fatores também têm contribuído direta e indiretamente com o declínio do estoque pesqueiro, dentre esses é possível destacar a alta taxa de crescimento demográfico da população previsto por Thomas Malthus e que argumentava que a “a população, sendo uma variável independente, tendia a crescer sempre acima da disponibilidade dos meios de subsistência” (ALVES, 2014,

p.220). Este esgotamento ocorre devido os rios, lagos, igarapés, oceanos e florestas serem classificados como “de uso comum”, sendo utilizados de forma desordenada, pois, o seu “direito de propriedade é sub definido” (ROSA et al., 2011, p. 05). Outro fator diz respeito às mudanças ocorridas no sistema econômico e as relações internacionais também têm influenciado por meio da implantação de grandes projetos (usinas hidrelétricas, portos, ferrovias entre outros), para responder à demanda energética e de alimentos do sistema capitalista (MORENO, 2015).

Além disso, a pesca artesanal tem enfrentado uma crise de ordem institucional histórica, de modo especial, nas políticas públicas que ordenam a gestão pesqueira. Desde 2015, com a edição da Portaria Interministerial nº 192/2015, que suspendeu o benefício do seguro defeso dos pescadores, aliada à extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura, a atividade da pesca artesanal passa por uma situação de descaso e instabilidade “sem perspectiva de desenvolvimento e sem segurança á classe”. Atualmente, não existe uma definição governamental a nível local, estadual e federal sobre a política de ordenamento e monitoramento pesqueiro, bem como, em um direcionamento sobre o ministério que a pesca artesanal deve ser incorporada, prejudicando com isso seu fortalecimento (MCGRATH; GAMA; SOUSA, 2016. p.3).

A conjuntura atual fragiliza o processo construído pelos pescadores e suas entidades representativas há mais de 20 anos, pois estes sempre estiveram envolvidos na conservação dos recursos naturais essenciais para sua sobrevivência. Nesse esforço elaboraram normas que auxiliaram no processo de ordenamento, manejo e cogestão pesqueira.

2.3 Agricultura Familiar

A agricultura familiar desempenha função fundamental na área econômica, ambiental e social, visto que as práticas usadas na plantação são consideradas de baixo impacto ambiental, e importante para o uso equilibrado dos recursos naturais. Além disso, coopera para ocupação das pessoas que vivem na área rural, bem como, auxilia na geração de renda e no desenvolvimento regional. É também responsável pela produção de alimentos para a subsistência das famílias, assim como, garante a segurança alimentar e nutricional da nação. Destaca-se pela diversidade cultural, social e econômica podendo sofrer variações desde os modos do campesinato tradicional até pequena produção modernizada (WANDERLEY, 2003).

O termo *agricultura familiar* começou a ser adotado recentemente, a partir da década de 1980, principalmente no âmbito das políticas públicas, nas discussões acadêmicas, nos movimentos sindicais, sendo que em cada espaço existe um significado diferente, antes se usava a nomenclatura *camponês* para identificar aqueles que trabalhavam no campo. Com a inserção da nova terminologia surgiram vários conceitos para identificá-la como categoria social. O camponês transmite sua sabedoria e conhecimento de geração para geração, pois, “é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades” (WANDERLEY, 2003, p.46). O agricultor familiar insere as novas tecnologias no desenvolvimento de sua atividade, sendo assim dependente de um conhecimento externo para desenvolvê-la de forma eficaz.

Em 1996, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com objetivo de “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda” (BRASIL, 2006). Para Schneider (2006, p.1), o programa foi criado com a finalidade de “prover o crédito agrícola e o apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo aliçados das políticas ao longo da década de 1980 e encontrava-se em dificuldades para manter as suas atividades”.

Para Abramovay e Veiga (1999), a criação do PRONAF comprova o importante papel que agricultura Familiar desempenha:

O fortalecimento da agricultura familiar passa a ser objetivo do governo por saber que esta é parte fundamental do desenvolvimento do país, além de proporcionar a inserção produtiva do elevado número de famílias em situação de pobreza no campo, sendo, o PRONAF, neste aspecto, uma ferramenta para torná-las menos dependentes de programas de transferências de renda. Tudo indica que o crescimento da agricultura familiar corrobora para o desenvolvimento regional, ajudando os municípios do meio rural que sofreram êxodo de suas populações (ABRAMOVAY; VEIGA, 1999, p.16).

Essa ação foi um divisor de águas na vida para as pessoas que desenvolvem essa atividade, pois, podem-se perceber progressos alcançados por esse segmento produtivo, entre os quais se podem destacar: introdução de novo modelo de gestão; reconhecimento da categoria como profissão; garantia de assistência técnica; e a inserção de novas tecnologias, como resultado dessas mudanças a melhoria do processo produtivo e da qualidade de vida no campo. Além disso, a partir da

implantação do PRONAF começou-se a discutir quais as particularidades e como estava sendo composta a unidade de trabalho na agricultura familiar.

Na visão de Souza et al. (2008), a agricultura familiar no Brasil pode ser caracterizada no meio rural seguindo as seguintes especificidades: a) gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados, sendo executados por pessoas que mantêm entre si laços de parentescos ou matrimônio; b) maior parte do trabalho é igualmente proporcionada pelos membros da família; e c) propriedade dos meios de produção, que nem sempre é a terra, pertence à família.

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, determina as características, a concepção e os parâmetros para a elaboração da política pública destinada a agricultura família e aos empreendimentos familiares rurais. De acordo com o artigo 3º:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Na ótica do legislador, os agricultores familiares são aqueles que usam em seus trabalhos produtivos predominantemente a mão de obra familiar, bem como, aqueles que possuem um espaço para cultivo com tamanho até quatro módulos rurais e a sua renda é proveniente dessa atividade (BRASIL, 2006). Uma particularidade relevante que merece destaque, é a heterogeneidade de características existentes por isso, faz-se necessário ter essa compreensão para elaborar estratégias de fortalecimento e desenvolvimento de uma produção agrícola sustentável (BUAINAIN, 2006).

A criação de políticas públicas, em nível federal, voltadas ao fortalecimento e ao desenvolvimento da agricultura familiar até maio de 2016, eram de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁵. Para o ministério existiam quatro eixos que direcionavam as estratégias de políticas públicas, quais sejam: i) Combate à pobreza rural; ii) Segurança e soberania alimentar; iii) Sustentabilidade dos sistemas de produção e iv) Geração de renda e agregação de valor (SILVA et al., 2014). Atualmente, está a cargo da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do

⁵ Órgão extinto por meio da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016.

Desenvolvimento Agrário (SEAD), órgão ligado à Casa Civil da Presidência da República.

O termo *agricultura familiar* representa a união de interesses de diversos atores sociais e entidades, que articulados com organizações de âmbito internacional conseguiram consolidar a referida nomenclatura com a finalidade de se contrapor ao processo de industrialização dos mercados, além disso, visa promover o fortalecimento e o reconhecimento da atividade agrícola realizada pelas unidades familiares.

Em resumo, no Brasil, o termo agricultura familiar corresponde então à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, mediante apoio de instituições internacionais, mais especialmente a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Consagra-se para dar visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais sob condições precárias de afiliação ao mercado e de reprodução social, diante de efeitos da interdependência entre agricultura e indústria e do processo de concentração da propriedade dos meios de produção no setor agropecuário” (NEVES, 2007, p.15)

Os produtos da agricultura familiar são responsáveis pelo abastecimento do comércio interno e contribuem significativamente com o superávit da balança comercial. Além disso, desempenham uma função importante no autoconsumo e na garantia da segurança alimentar das famílias em suas unidades familiares. Para Vieira (2011), os agricultores familiares desempenham uma função tão significativa, dedicando seu tempo para plantar com a finalidade de garantir, primeiramente a subsistência de sua família.

Essa é uma prática que segue a lógica defendida por Chayanov (1974), onde o camponês não cultiva seus produtos buscando a maximização de seu lucro, mas sim, a satisfação das necessidades básicas de sua família. Sendo assim, o aumento de sua dedicação ao trabalho está extremamente ligado ao bem-estar familiar, em detrimento ao interesse capitalista. Esse modelo adotado deve-se ao fato de não existir dentro do desempenho da agricultura familiar uma divisão entre gestão e trabalho, sendo ambos responsabilidade do agricultor familiar e seus familiares. Diferenciando-se dos empreendimentos tradicionais que buscam apenas alcançar alta lucratividade.

O que dialoga com a ótica defendida por Abramovay (1997), o qual defende que a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento, sendo a relação familiar fundamental para o desenvolvimento dessa atividade. Por

outro lado, as atividades consideradas não agrícolas assumidas por alguns membros da família desempenham função diferente, seguindo os processos dinâmicos de representação social da sociedade. O ganho alcançado é usado como parte complementar da renda do agricultor familiar, com isso, a atividade agrícola é considerada a primeira fonte de renda dessas famílias (ABRAMOVAY, 1997).

Com base na visão de Wanderley (2003) é possível afirmar que o agricultor escreve sua própria história, sem deixar de considerar a sua origem camponesa, tornando-se um agente ativo dentro de uma realidade em que são impostos novos conceitos e novos padrões de produção. Dessa forma a autora reporta-se a:

Uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, por meio do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar (WANDERLEY, 2003, p. 05).

Partindo desse pressuposto, percebe-se que existe uma distinção entre o camponês e o agricultor familiar. Onde o camponês representa a imagem da produção tradicional na agricultura, sendo que este o realiza em pequena escala, dispondo de poucos recursos produtivos, pouco integrados ao mercado e à vida urbana e frequentemente identificados à incivilidade e ao atraso econômico e social. Já o agricultor familiar apesar de produzir em pequena escala está ligado às cidades e aos mercados onde existem os espaços para comercializar sua produção. Esse esforço tem o propósito de vencer os desafios para garantir um desenvolvimento de sua atividade produtiva (WANDERLEY, 2014).

Na região Amazônica, essa atividade é fundamentada pelos fenômenos temporais da seca e cheia o que determina o produto e período em que deve ser cultivado. No entanto, analisando o processo histórico de ocupação dessa região, desde a década de 1960, percebe-se o quanto a intervenção institucional do Estado determinou o processo produtivo e os ciclos de vida econômico e social na Amazônia. Visto que as políticas sempre foram voltadas para a ampliação do capital e as demandas do mercado exterior, ignorando completamente a aptidão e as características locais (STEINBERGER; ALENCAR, 2004).

Na visão de Conceição et al. (2009), para que haja o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar na região amazônica é preciso que as

instituições governamentais elaborem políticas públicas que considerem “as peculiaridades pertinentes ao estilo de vida das populações locais, integrando os saberes já construídos” (CONCEIÇÃO et al., 2009, p.10) para que assim, os agricultores continuem produzindo e conservando com vistas ao desenvolvimento sustentável. Pois, ao longo de seu processo de ocupação as populações tradicionais que habitam esse espaço territorial sempre estiveram preocupadas com a conservação de seus recursos para as presentes e futuras gerações.

Esse cenário é composto por meio da junção da diversidade de cultura e a inserção de novas tecnologias no processo produtivo com vistas a conservar o equilíbrio da relação entre o homem e o meio ambiente, onde “o conhecimento tradicional passa a ser valorizado no intuito de promover práticas sustentáveis na região, inclusive no que tange à agricultura” (CONCEIÇÃO et al., 2009, p.10). A busca incessante pela sustentabilidade na agricultura familiar, na região amazônica, deve ser fundamentada pelo resgate do saber tradicional e a interação com o saber científico para contribuir na gestão dos recursos naturais.

Com isso, conquistam-se espaços institucionais para comercializar sua produção em consequência disso assume função econômica e social no país, os dados divulgados pela Embrapa em 2014, demonstram que existem aproximadamente 4,3 milhões de unidades produtivas significando 14 milhões de pessoas ocupadas com essa atividade (EMBRAPA, 2014). Confirmando os dados divulgados no ano anterior pelas Nações Unidas, onde 77% de empregos são ocupados por trabalhadores da agricultura familiar, demonstrando assim a sua função nas relações econômicas.

Quando analisado o contexto Latino Americano e o Caribe, os dados das Nações Unidas, do ano de 2015, demonstram que entre 57% a 77% das pessoas empregadas estão ligadas ao setor agrícola, além disso, a atividade contribui significativamente na economia regional e no cultivo de alimentos (COSTA, 2017). Desde 2016, o Brasil começou a passar por um cenário econômico delicado onde o desemprego alcança a marca de 12 (doze) milhões de brasileiros, apesar dessa realidade preocupante o setor da produção agrícola não sofreu alterações com o referido cenário.

De acordo com dados primários coletados pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará, no ano de 2015, a atividade da agricultura contribuiu com 27% do Produto Interno Bruto do estado, tendo uma produção de diversas culturas que corresponde um valor estimado de aproximadamente R\$ 5,4 bilhões, sendo a

segunda atividade econômica mais importante para o cenário econômico. Entre os principais produtos da agricultura familiar tem destaque a farinha de mandioca, o milho, o feijão, a criação de animais de pequeno e médio porte, de modo especial para o consumo de leite e ovos de galinha caipira, bem como, a produção de carne de gado bovino e de suínos.

Devido à grande importância que os produtos oriundos da agricultura familiar possuem, o governo do Estado lançou um programa denominado Programa Pará 2030, que apontou aproximadamente 140 mil unidades familiares existentes que produzem produtos da agricultura familiar (FADESPA, 2015; AGÊNCIA DO PARÁ, 2017).

Ao se decompor o valor da produção agrícola estadual, verifica-se que 8 (oito) produtos respondem por 89% daquele resultado, cada um com características de produção e dinâmicas bastante diferenciadas, a saber: mandioca (40,6%), soja (9,2%), banana (7,6%), pimenta-do-reino (6,7%), milho (6,6%), cacau (6,2%), dendê (4,9%), abacaxi (4,9%), Arroz (2,4%). Com relação a essas culturas, o Pará desponta como maior produtor nacional de mandioca, pimenta-do-reino, abacaxi e dendê; o 2º de cacau e o 5º de banana” (FADESPA, 2015, p.18).

Essa realidade ocorre nas cidades do interior, em Santarém, cidade da região oeste do estado a agricultura familiar exerce um papel essencial na segurança alimentar e nutricional das famílias, bem como, assume a responsabilidade de abastecer o mercado local. Os produtos que têm se destacado na produção e abastecimento do mercado local, são: hortaliças, milho, mandioca, arroz, feijão, coco, banana, cacau, café, laranja, limão, maracujá, melancia, fibra de curauá, pimenta do reino, tomate, tangerina, urucum e açaí. Além desses, outro produto que aparece nesse cenário é a castanha do Pará ou castanha da Amazônia e o beneficiamento de polpas de frutas (PMS, 2010).

2.4 Qualidade de Vida das Mulheres que Desenvolvem a Pesca Artesanal e a Agricultura Familiar

A partir da revolução industrial ocorrida no século XIX, as discussões sobre os problemas ambientais e o cuidado com o meio ambiente passaram a ser tema de debates frequentes. Por se tratar de tema complexo é necessário conhecer algumas das concepções existentes para definir o meio ambiente. No contexto jurídico, a primeira norma a apresentar uma definição sobre a terminologia foi o artigo 3º, inciso I,

da Lei 6. 938/81⁶, que versa sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) onde estabelece o “meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e infraestrutura de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981).

Complementando essa definição a Constituição Federal Brasileira de 1988, possui um capítulo específico para a questão do meio ambiente onde institui regras para o uso consciente e equilibrado dos recursos naturais e dos bens de uso comum. Conforme descrito no Capítulo VI:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1 Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade (BRASIL, 1988).

Com base nos eixos constantes na doutrina máxima do país e com uma visão integral sobre a questão, Silva (2000, p.20) define o meio ambiente como a "interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas". Essa definição dialoga com o entendimento de Carvalho (2004) que afirma ser um espaço onde o homem vive interagindo com os recursos naturais constantemente, sendo o ser humano parte integrante, participativo e transformador, reforçando assim a visão socioambiental.

Segundo essa mesma percepção Migliari Junior, descreve que o meio ambiente é um “conjunto de elementos naturais, artificiais, culturais e do trabalho que propiciem o

⁶ Alterada pela Lei Federal nº 7.804, de 18 de julho de 1989.

desenvolvimento equilibrado de todas as formas, sem exceções não haverá um ambiente sadio quando não se elevar, ao mais alto grau de excelência, a qualidade da integração e da interação desse conjunto” (MIGLIARI JUNIOR, 2001, p.40). Sendo assim, é necessário haver uma sinergia entre os elementos que compõem o meio ambiente para que todos possam viver de forma saudável e ter qualidade de vida.

As transformações que foram ocorrendo no meio ambiente suscitaram estudos sobre a qualidade de vida nos diversos espaços. A partir da década de 1920 as pesquisas começaram a mensurar a qualidade de vida, porém, na década de 1980 a produção científica sobre qualidade de vida começou a ser usada com maior frequência. No entanto, não existe um consenso sobre como mensurá-la, alguns pesquisadores definem como uma medida econômica, analisada pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Com o passar dos anos essa compreensão foi sendo ampliado passando a constituir agora as análises do “o desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e desenvolvimento sustentável” (CEZARETTO, 2015, p. 29).

O glossário temático a respeito da promoção da saúde, elaborado pela Secretária executiva do Ministério da Saúde considera ambiente saudável aquele que promove um território vivo, dinâmico, que incorpora, além das dimensões física e biológica, a social, a cultural, a econômica e a política, no qual se materializa a vida humana e que coloca a qualidade da vida em foco. Dialogando com a definição de qualidade de vida contida no mesmo documento que considera elementos acesso a alimentação, a água, moradia, emprego, educação, saúde, lazer, “tem como referência noções subjetivas de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva” (BRASIL, 2013, p.16, 29).

Além desses, existem vários construtos usados para definir qualidade de vida, entre eles o mais utilizado é o da Organização Mundial da Saúde (OMS), por meio do seu Grupo WHOQOL descreve ser “a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (THE WHOQOL GROUP, 1995, p. 1405). Com base nessa concepção qualidade de vida é descrito em um conceito amplo agrupando diversas variáveis que contribuem para seu alcance, como: saúde no âmbito mental, físico, psicológico, além disso, a condição de independência, a questão cultural, religiosa e a relação com o meio ambiente (SILVA et al., 2005).

Dessa forma, a qualidade de vida é entendida pela maioria dos pesquisadores como um conceito subjetivo, porém Minayo et al. (2000, p.6) ressaltam que “o termo

abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural”. Seguindo essa lógica QV pode ser analisado de forma interdisciplinar, pois abrange um campo dos diversos conhecimentos e envolve diferentes variáveis ajudando a ter uma compreensão ampla da pesquisa.

As ciências avaliam a qualidade de vida em diferentes lógicas, para as Ciências Econômicas QV é avaliado a partir da quantidade de bens, produtos e serviços que uma comunidade tem condições de produzir. Seguindo a concepção interdisciplinar que exige os estudos sobre QV, é preciso que haja um rompimento dos paradigmas disciplinares em que os pesquisadores se amparam. Nesse sentido, a Ciência Social amplia a forma adotada pela economia agregando “indicadores sociais importantes como: baixas taxas de crime, expectativa de vida, respeito pelos direitos humanos e distribuição equitativa dos recursos” (GIACOMONI, 2004, p.43).

Para compreensão desse estudo o termo de qualidade de vida que será seguido é o defendido por Minayo et al. (2000, p.10),

É uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural.

Sendo assim, a compreensão social do termo qualidade de vida alerta para análises de pontos subjetivos como: questões de ordem social, ambiental, cultural e religioso. Nesse sentido, os estudos sobre qualidade de vida que envolve populações tradicionais devem considerar a percepção que cada pessoa possui em relação aos elementos que compõe seu cotidiano em um determinado momento, além de analisar as questões relacionadas ao acesso a saúde, educação, mobilidade, habitação e como exercem suas influências nos espaços de decisões (DIENER, 2006; GONÇALVES; VILARTA, 2004).

Para alcançar a qualidade de vida plenamente é preciso que as pessoas consigam vencer seus medos, realizar seus sonhos e traçar perspectivas futuras fugindo daquela concepção de que a realização apenas das necessidades básicas promove a QV. Dessa forma a percepção que cada pessoa possui influencia na

concepção da qualidade de vida, de modo especial nas populações tradicionais que possuem uma relação forte com as questões intuitivas “a questão da percepção da população é um ponto de partida fundamental para uma pedagogia de participação da inclusão, que busque construir não só novos resultados ou indicadores de qualidade de vida, mas, sobretudo, produzir novos significados de qualidade de vida” (PONTUAL, 2002, p. 201).

Os estudos sobre qualidade de vida pertinente a populações tradicionais (agricultores, indígenas, pescadores, quilombolas, extrativistas, seringueiros entre outras variantes) que vivem em território amazônico devem considerar sua relação intimamente ligada com o ecossistema. (DIEGUES, 1996). Para fins de compreensão do modo de vida das populações tradicionais, o Decreto nº 6.040/2007, em seu artigo 3º descreve que são pessoas que possuem suas próprias características de organizar sua vida cultural, social, ambiental e religiosa. Seu conhecimento é transmitido de geração para geração, conforme descrito abaixo:

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (BRASIL,2007).

Partindo do pressuposto que as atividades desenvolvidas pelas populações tradicionais desempenham papel importante para o equilíbrio do meio ambiente, o governo brasileiro segue na contramão desse entendimento, pois com o intuito de atrair o progresso para a Região Amazônica adotou um modelo de desenvolvimento baseado na implantação de grandes projetos como hidroelétricas, portos, ferrovias entre outros. Tornando a região a ser conhecida como a mais nova fronteira de expansão econômica e demográfica do país, causando assim, sérios problemas para as populações que habitam esse território.

Estes fatos podem ser observados na mudança da paisagem decorrente de investimentos nos últimos anos, provocados pelas atividades econômicas de alto

impacto ambiental que causam prejuízos aos ecossistemas da região e aceleram processos como erosão dos solos; contaminação de cursos d'água; destruição ou fragmentação de *habitats* naturais e da vegetação; migrações que, quando localizadas em áreas densamente povoadas, podem resultar em desapropriações para manejo de atividades econômicas (SILVA, 2014).

Na concepção de Alencar (1997, p.102), devido as mudanças provocadas pelos grandes empreendimentos a “a população da região, [...] foi sistematicamente afastada de seus ambientes, pois suas terras foram ocupadas, os rios foram poluídos, e grandes áreas da floresta destruída seu modo de vida alterado drasticamente com a introdução de uma nova lógica econômica” (BECKER, 2005). Influenciando na imigração das pessoas que habitavam a região rural para a urbana, aumentando o número de habitantes nas cidades amazônicas, resultando nas transformações do ecossistema, no modo e na qualidade de vida das populações tradicionais, que são perceptíveis em especial nas atividades da agricultura familiar e da pesca artesanal que dependem dos recursos naturais para sua sobrevivência.

O modelo de desenvolvimento implementado em comunidades tradicionais ou que desenvolvam atividades com características rurais, como a agricultura familiar e a pesca artesanal, precisam envolver as questões que colaboram para garantia da qualidade de vida das pessoas direta e indiretamente. Como afirma Vasconcelos (2017, p.149) “o desenvolvimento rural passa pela melhoria na qualidade de vida das famílias rurais, que pode ocorrer por meio de um aumento em sua renda, o que conseqüentemente pode implicar em mais conforto, qualidade de vida e bem-estar”. Dessa forma, quando as questões envolvem desenvolvimento e qualidade de vida de forma ampla, existe a possibilidade das gerações se fortalecerem e construir uma nova configuração da realidade (VITTE, 2002).

Ao destacar questões sobre desenvolvimento e qualidade de vida faz-se necessário evidenciar o papel desenvolvido pela mulher na reprodução econômica de suas famílias. Ao longo dos anos elas tornaram-se sujeitos sociais imprescindíveis na construção de estratégias que melhorem a realidade em que vivem e que garantam uma melhor qualidade de vida aos componentes de sua família (SEN, 2000). Para a mulher o meio ambiente é compreendido como fonte de vida e sua preservação é fator essencial, por isso, o equilíbrio no uso dos recursos naturais é assumida como fator fundamental. Assim, a relação da mulher com a natureza é de proximidade “em decorrência de diversos fatores, entre eles o cuidado com a vida e, junto a isso, a

naturalização dos papéis femininos, repassando responsabilidades para as mesmas que as aproximaram mais de situações envolvendo natureza” (ANGELIN, 2002, p. 1574).

O entendimento da mulher sobre a vida em diferentes cenários (econômico, social, familiar, comunitário) ajudam a procurar uma melhor qualidade de vida. Para Michelone (2002) o sentido da qualidade de vida é bastante amplo, sendo considerada uma questão genérica ou interdisciplinar por meio do qual os diferentes campos de pesquisa podem ser interligados oportunizando vários elementos para compor o conceito completo do termo.

Outros elementos também podem ajudar no delineamento da qualidade de vida como afirma Campos et al. (2014, p.240) “o termo qualidade de vida abrange outros significados e integram valores individuais e coletivos, sendo, portanto, uma construção social que se realiza na comunidade por meio da intersectorialidade e da participação social e do empoderamento”. O empoderamento é um dos instrumentos que proporciona a garantia da qualidade de vida.

Em atividades tradicionais como pesca artesanal e agricultura familiar, onde existe uma forte ligação com as questões culturais e místicas, a mulher desempenha a função de garantir a continuidade na relação com o meio ambiente. Para Soares (1994) a mulher historicamente é considerada como sujeito que impulsiona a mudança de sua realidade, assumindo função de mãe, esposa, namorada, avó, professora, enfermeira, médica, liderança (comunitária e sindical) entre outros. Seu engajamento e reponsabilidade na vida familiar e comunitária são fatores que ajudam no processo de luta pelo acesso a água, saneamento, saúde, educação, habitação e a cultura, elementos básicos que garantem a qualidade de vida familiar.

2.5 Referências

ALENCAR, E. F.; PALHETA, S. P.; SOUSA, I. S. Trabalho na Pesca, ação política e identidade: as mulheres da Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã, Amazonas. In: SCHERER, E. F. **“Aqui estamos nós”**: entre as águas dos mares, nas águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

ALMEIDA, I.C. **O papel da pesca na eficiência reprodutiva dos ribeirinhos do Baixo Tocantins**: O caso do município de Mocajuba – PA. 118f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2013.

ÁLVARES, M. L. M. Histórias, saberes, práticas: os estudos sobre mulheres entre as paraenses. **Revista do Nufen**, v. 1, n. 1, . p.105-133, 2010.

BARTHEM, R.B.; FABRÉ, N.N. Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: Ruffino, M.L.(Ed.). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. Manaus: Ibama/ProVárzea. p. 17-51, 2004.

BATISTA, V.S.; ISAAC, V.J.; VIANNA, J.P. Exploração e Manejo dos Recursos Pesqueiros da Amazônia. In: Ruffino, M.L. (Ed.). **A Pesca e os Recursos pesqueiros da Amazônia Brasileira**. Manaus: Ibama/ProVárzea. p. 63-152, 2004.

BRUSCHINI, C. Trabalho feminino: trajetória para um tema, perspectiva para o futuro. **Estudos Feministas**, n.1, p. 17-32, 1994.

BORCEM, E.R.; FURTADO JÚNIOR, I.; ALMEIDA, I.C.; PALHETA, M.K.S.; PINTO, I.A. A atividade pesqueira no município de Marapanim-Pará, Brasil. **Revista de Ciências Agrárias**, v. 54, n. 3, p.189-201, 2011.

BRUSCHINI, Cristina. "O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes". IN: L. LAVINAS et al. IV Conferência Internacional da Mulher/ II Seminário Nacional: Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho. **Anais...** Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

CATELLA, A.C.; MORAES, A.S.; MARQUES, D.K.S.; NASCIMENTO, F.L.; LARA, J.A.F. de; OLIVEIRA, M.D. de; BORGHESI, R. **Pesca: uma atividade estratégica para a conservação do Pantanal**. Corumbá, MS: Embrapa Pantanal, 2012. 3p. ADM – Artigo de Divulgação na Mídia, n.152. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/939863/1/ADM152.pdf> . Acesso em: 22 maio 2018.

DELGADO, N. G. Desenvolvimento local e extensão rural e pesqueira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 16, p. 62-73, 2001.

DEL PRIORE, M. História das mulheres no Brasil. Coordenação de textos de Carla Bassanesi, 1997. São Paulo: Contexto, 678p.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo. Ed. Ática. 1983.

DIENER, E. Guidelines for national indicators of subjective well-being and ill-being. **Applied Research in Quality of Life**, v. 1, p. 151–157, 2006.

FASSARELA, S. S. O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino. **Ser Social**, v.10, n. 23, p.171-196. 2016.

FIGUEIREDO, M. M. A.; PROST, C. O trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal. **Revista Feminismos**, v. 2, n. 1, p. 82 -93, 2014..

GONÇALVES, A.; VILARTA, R.. Qualidade de Vida: identidades e indicadores. In: GONÇALVES, A. e VILARTA, R. (orgs.). **Qualidade de Vida e atividade física: explorando teorias e práticas**. Barueri: Manole, 2004, p.03-25.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais: espaço de aprendizagem coletiva. Revista de Educação CEAP, Salvador, v. Ano 12, n.46, p. 5-17, 2004.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita: 1981-2002. **Revista Nova Economia**, v. 14, 2004. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/nova/economia/sumarios/v14n2/140202.pdf>>. Acesso em: 05 jul.2017.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal: culturas temporárias e permanentes**. - V.1 (1974-). - Rio de Janeiro: IBGE, 1977- Continuação de: Levantamento da produção agrícola municipal. v. 42. 2015. Brasil. p,59. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000027422109112016210223405721.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In TEIXEIRA, M., EMÍLIO, M.; NOBRE, M.; GODINHO T. (org.). **Desafios para as políticas públicas: trabalho e cidadania para as mulheres**. São Paulo, 2003. p. 55-64.

LIMA, C. M. de; LEITÃO, M. do R. de F. A. Transversalidade de gênero e políticas para produtiva da pesca artesanal nas comunidades de Brasília Teimosa e Itapissuma (PE/Brasil). **Revista Vivencia: Revista de Antropologia**. v. 1, n. 43, p. 123-134, 2014..

MARTINS, M. L. S.; ALVIM, R. G. Perspectivas do trabalho feminino na pesca artesanal: particularidades da comunidade Ilha do Beto, Sergipe, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, v. 11, n. 2,p. 379-390, 2016.

MATTOS, C.L.G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, C.L.G., and CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB. 2011.p. 49- 83. Disponível em: <http://books.scielo.org> . Acesso em: 18 de janeiro de 2018.

McGRATH D.G.; CARDOSO, A.; SÁ, E. P. **Community fisheries and co-management on the lower Amazon floodplain of Brazil**. Proceedings of the second international symposium on the management of large rivers . Phnom Penh, FAO, 2004. p. 207-221.

MINAYO, M. C.; HARTZ, Z. M.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 10, p. 7-18, 2000.

MPA, 2013. **Boletim do registro geral da atividade pesqueira –RGP 2012**. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Pesca/Boletim%20do%20Registro%20Geral%20da%20Atividade%20Pesqueira%20-%202012%281%29.pdf> Acesso em 11 de maio de 2018.

MICHELONE, A. P. C. **Qualidade de vida de adultos com câncer colorretal com e sem ostomia**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MOURA, D. V.; LOUREIRO, C. F. B.; ANELLO, L. F. S. “**A organização de classe dos pescadores artesanais da colônia Z-3 no município de Pelotas-RS (Brasil)**”, **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 2016. Disponível em <<http://www.eumed.net/ver /cccss/ 2016 /04/pescado.res.html>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2016.

NEVES, D. P.; MEDEIROS L. S. de. (organizadora) **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. – Niterói: Alternativa, 2013. p. 431

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 184 .

PENA, G. L. Trabalho artesanal, cadências infernais e lesões por esforços repetitivos: estudo de caso em uma comunidade de mariscadeiras na Ilha de Maré, Bahia. **Ciênc. saúde coletiva**. v.16, n.8, p.3383-3392, 2011.

PETRERE JÚNIOR, M. **O setor pesqueiro na Amazônia: análise da situação atual e tendências do desenvolvimento a indústria da pesca / Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea**. Manaus: Ibama/ ProVárzea, 2007.

PINTO, W. O trabalho invisível das mulheres pescadoras. **Jornal da Universidade Federal do Pará**. Ano XXX nº 130. Abril e Maio de 2016. Disponível em: <http://www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2004/59-edicao-19/659-o-trabalho-invisivel-das-mulheres-pescadoras>. Acessado em: 10 de agosto de 2017.

PMS- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Centro Municipal de Informações Ambientais – CIAM. In: INFORMAÇÕES MUNICIPAIS DE SANTARÉM SEMMA_ CIAM. Publicado em 2013. Disponível em: <http://www.santarem.pa.gov.br/arquivosdb /basico/ 0. 668764001357580532 informacoes 2.pdf>. Acesso em: 24 de maio de 2018.

_____. **Histórico de Santarém**. Disponível em: <http://www.santarem.pa.gov.br/conteudo/?item=121&fa=60>. Acesso em: 06 de novembro de 2017.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013: IDHM RENDA**. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento.

SANTOS, Á. O. et al. **A (In)Visibilidade das Mulheres Agricultoras Familiares do Município de Santarém-Pará nas Políticas Públicas**. 1º Simpósio SOBER NORTE: “A crise econômica e o futuro as agropecuária no Norte: desafios e potencialidades. Belém, Pará. 2017. p. 4

SILVA, A. P. da. **Pesca artesanal brasileira**. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014. p.32.

Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/108691/1/bpd3.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2018.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SAPOPEMA - Sociedade para Pesquisa e Proteção ao Meio Ambiente. **Diagnóstico Participativo da Pesca na Região do Baixo Amazonas Paraense**. Santarém, Pará, 2017. p.74

VAZ, E. M. S. **Técnicas de Pesca e Uso dos Recursos Pesqueiros em Comunidades do Lago Maicá, Baixo Amazonas**: Sugestões Para Manejo e Conservação. 106f. Dissertação (Mestrado em Recursos Aquáticos Continentais Amazônicos). Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2018.

VIEIRA, T. A.. **Quintais agroflorestais de Bonito, Pará**: socioeconomia e bem-estar de agricultores familiares, ecologia, e química do solo. Belém, 2011. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias/Agroecossistemas da Amazônia) – Universidade Federal Rural da Amazônia/EMBRAPA Amazônia Oriental p. 93.

_____. T. A. **Sistemas agroflorestais em áreas de agricultores familiares no município de Igarapé-Açu, Pará**: adoção, composição florística e gênero. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2006. p. 104

WANDERLEY, M.de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, p. 42-61, 2003.

YIN, R.K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. p. 212.

3 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DE PESCADORAS ARTESANAIS E AGRICULTORAS FAMILIARES EM UM RECORTE ESPACIAL DA CIDADE DE SANTARÉM, PARÁ

A agricultura familiar e a pesca artesanal desenvolvidas pelas populações tradicionais nas comunidades da região amazônica possuem profunda relação, principalmente quanto à forma como se organizam na cultura, religião, saberes e identidades, o que pode contribuir na transformação do espaço onde habitam. Com o passar dos anos essa proximidade foi aumentando, resultado da relação social e organizativa existentes entre as duas categorias sociais (CAJADO, 2013; LOPES, 2013).

A dinâmica territorial Amazônica possui algumas particularidades climáticas. Durante seis meses do ano a região vive um período com intensas chuvas, denominado de inverno e o restante dos meses ocorre o fenômeno inverso, conhecido como verão (DIEGUES, 2001). Nessa região, o modo de vida e a subsistência dos povos tradicionais seguem as descrições feitas pelo autor, estando intimamente ligadas com a natureza, seguindo uma tradição mística advindos de seus ancestrais “[...] existe uma simbiose entre o homem e a natureza [...] sendo que o método usado para a produção de suas atividades não se desvincula da relação com o meio onde se vive, pois, [...] o tempo para pescar, caçar e plantar é marcado por mitos ancestrais, pelo aparecimento de constelações estelares no céu, por proibições e interdições. [...]” (DIEGUES, 2008, p. 63).

Historicamente, a pesca artesanal e a agricultura familiar são tratadas como atividades diferenciadas e que possuem conceitos distintos. No que se refere ao conceito sobre quem é o pescador artesanal, nesse estudo adotou-se a concepção de Diegues (1983), que o caracteriza pela sua capacidade de dominar plenamente a arte de pesca, ter o controle de como pescar e do que pescar, em suma, o controle da arte da pesca, é aquele que domina plenamente todos os meios de produção (arreios, rotas e embarcações) da pesca. Além disso, entende-se que além deste domínio, esta atividade seria o único meio de garantir sua sobrevivência, podendo em certos momentos, exercerem outras atividades para complementar sua renda.

A caracterização do agricultor familiar é definida por meio de múltiplas visões, identificando-os de forma diversificada. A agricultura familiar é caracterizada como a

atividade onde a família simultaneamente é dona dos meios de produção e tem a responsabilidade em todo processo produtivo (WANDERLEY, 1999).

A afinidade entre os membros da família é o elemento fundamental para a relação econômica e social presente em todo processo produtivo. Entendimento que dialoga com a fundamentação defendida por Chayanov (1966), onde a unidade produtiva familiar é aquela em que sua produção tem a finalidade de garantir a satisfação das necessidades básicas e o bem-estar dos membros que compõe a família. Sendo assim, o aumento do esforço produtivo está associado a responder as necessidades da sua unidade familiar, evidenciando uma racionalidade entre produção e consumo.

A relação de todos os membros da família é elemento essencial para o desenvolvimento das atividades da agricultura familiar e da pesca artesanal. Sendo que a mulher assume função em todo o processo da cadeia produtiva, bem como, assume as atividades domésticas que lhe são apresentadas como sua responsabilidade.. Quando a análise é realizada levando em consideração a questão de gênero o quantitativo do total alcança 40% do contingente de pescadoras artesanais, apesar de um número significativo essas mulheres ainda são consideradas invisíveis na atividade produtiva (ZHAO et al., 2013).

Quando a análise diz respeito à atividade agricultura familiar os dados do Censo do IBGE (2009) demonstram que existem aproximadamente 13,8 milhões de pessoas trabalhando em unidades familiares, o que representa 77% da população na produção agrícola. Em termos produtivos, existem alguns produtos da agricultura familiar que abastecem o mercado de forma expressiva entre eles 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo, na pecuária é responsável por 60% da produção de leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos. Quanto à inserção da presença feminina nessa atividade representa o quantitativo de 12,68% onde a mulher tem a responsabilidade da unidade familiar.

É possível perceber que tanto pescador artesanal, como agricultor familiar, possui uma lógica semelhante na forma de se organizar familiarmente, economicamente, produtivamente e no modo de como utiliza os recursos naturais. Na concepção de Delgado (2001), essas atividades econômicas são desenvolvidas, predominantemente, em comunidades rurais, e, em algumas vezes em locais povoados por pessoas oriundas dessas comunidades. O autor continua afirmando que “[..] existem muitas semelhanças[...]” entre as duas categorias, de modo especial na

ausência de políticas públicas que visem valorizar o esforço produtivo dos agricultores familiares e pescadores artesanais.

O estado brasileiro possui cinco regiões com distintos ecossistemas, entre elas encontra-se a região amazônica que possui uma diversidade étnica, cultural, social, ambiental e econômica herdada das populações tradicionais (indígenas, seringueiros, extrativistas, quilombolas, agricultores familiares, pescadores artesanais entre outros) que habitam e praticam atividades econômicas de subsistência nesse território (LIMA; PEREIRA, 2007). Tais formas de ocupação podem influenciar positivamente ou negativamente no equilíbrio do ecossistema e das comunidades localizadas nesse ambiente. Na visão de Alves (2016) “os impactos socioambientais na região amazônica procedem do extrativismo predatório, expansão agropecuária, agricultura itinerante e a insustentável relação homem versus natureza”.

Nesse quesito, o cenário da agricultura familiar e da pesca artesanal oferece baixo impacto ao meio ambiente, contribuindo com o equilíbrio do ecossistema, de modo especial na Amazônia, que nos últimos anos tem revivido a forte pressão da iniciativa privada, por meio da tríade: Estradas/Portos, Hidrelétricas e Mineração, como alternativa de impulsionar o progresso econômico para a região.

De acordo com Silva (2014), entre as cidades da região do Baixo Amazonas, Santarém, cidade escolhida como local da pesquisa tornou-se *locus* de investimentos de grande e médio porte, sendo os principais causadores de degradação ambiental e socioeconômico. A nova injeção de capital deu-se em função da cidade está dentro do arco norte, onde a rota de saída pelo norte inclui a BR-163 e as hidrovias do Tapajós e do Amazonas nos próximos anos, tornando a cidade um local em potencial para investimentos de países como China, o maior importador de soja do Brasil (MORENO, 2015).

O município de Santarém, situado às margens do rio Tapajós e Amazonas, serve como interposto entre as duas capitais Manaus (AM) e Belém (PA). Utiliza os três modais de transporte, tendo como principais o hidroviário e o rodoviário. É considerado um “centro polarizador porque oferece melhor infraestrutura econômica e social (escolas, hospitais, universidades, estradas, portos, aeroporto, comunicações, indústria e comércio etc.) e tem um setor de serviços mais desenvolvido” (OLIVEIRA et al., 2010; PMS, 2013).

Em Santarém, a aptidão econômica é diversificada. Uma atividade que desenvolve função fundamental na geração de emprego e renda é a pesca artesanal,

além de ser responsável pela garantia do alimento para a maioria das famílias. A sua localização estratégica às margens do Rio Amazonas e Tapajós a torna um dos principais polos de produção pesqueira do estado, devido ao potencial natural existente na região de várzea. Encontra-se, ainda, entre os cinco principais mercados, garantindo a maior parte de processamento de pescado da região, incluindo Manaus e Belém (ISAAC; CERDEIRA, 2004; MARTINS, 2009).

A divisão territorial, segundo o Plano Diretor (Lei nº 051/2006, de 29/12/2006), está organizada em distritos, tendo a área rural oito e cinco na área urbana, entre os quais se encontra a Grande Área do Maicá, composta por sete bairros, entre eles os Bairros Maicá e Perola do Maicá, recorte espacial onde o estudo foi desenvolvido. Nestas áreas residem aproximadamente 604 (seiscentos e quatro) famílias, cerca de 2.980 habitantes, entre os quais estão populações tradicionais (pescadores artesanais, agricultores familiares e quilombolas) e demais pessoas (PMS, 2013). A maioria dos habitantes é oriunda de comunidades do interior do município ou de outros vizinhos, que desenvolvem atividades primárias com particularidades rurais, como a pesca artesanal e agricultura familiar, criação de animais de pequeno e grande porte, sendo que a parte da produção é para o autoconsumo e abastecimento de feiras, mercados e comércio local.

Os bairros escolhidos estão localizados as margens do lago Maicá, que é “um complexo ecossistema composto por ilhas e uma parte de terra firme, que sofrem pequenas inundações decorrentes da cheia dos igarapés lá existentes, e do lago que o circunda” (VIEIRA, 2013). Foi transformado em Área de Proteção Ambiental- APA pela Lei Municipal de nº 18.051/2006. É considerado um berçário natural de diversas espécies de peixes, quelônios, répteis, aves, além da flora que conta com uma biodiversidade de plantas aquáticas, típicas da região amazônica que possuem grande importância ambiental para o ecossistema amazônico (VAZ, 2016).

É um espaço que vem passando por recentes transformações que podem causar mudanças na paisagem e no ecossistema, além de prejudicar o modo de vida das populações tradicionais quilombolas, indígenas, pescadores e agricultores familiares que habitam essa região (PMS, 2013). Estes fatos podem ser observados na mudança da paisagem decorrente de investimentos nos últimos anos, sendo que essas atividades econômicas acarretam prejuízos aos ecossistemas da região e aceleram processos como erosão dos solos, contaminação de cursos d'água, destruição ou fragmentação de *habitats* naturais e da vegetação, migrações que, quando localizadas

em áreas densamente povoadas, podem resultar em desapropriações para manejo de atividades econômicas (SILVA, 2014).

Apesar dessa realidade vivenciada nessa região e nas diversas regiões no Brasil, a agricultura familiar e a pesca artesanal conseguiram conquistar um espaço importante dentro da dinâmica econômica e social desse território. Resultado da resistência e dedicação dos movimentos sindicais, sociais e de classe, que se desencadearam a partir da década de 1970. Dessa forma, começaram a assumir “um importante papel no desenvolvimento das atividades” (SANTOS, 2016). Essas mudanças trouxeram ainda a oportunidade para que as mulheres participassem do debate sobre o ordenamento do território, bem como, sobre a “concepção da terra e de uso e gestão dos recursos” (CASTRO; MCGRATH 2001).

Diante da presença significativa das mulheres nessas duas atividades econômicas, esta pesquisa buscou responder qual o modo de vida e as condições socioeconômicas das pescadoras artesanais e agricultoras familiares dentro do recorte espacial selecionado? Como forma de responder esse problema, a pesquisa teve como objetivo descrever o modo de vida e as condições socioeconômicas das pescadoras artesanais e agricultoras familiares residentes nos bairros Maicá e Pérola do Maicá, em Santarém, Pará.

3.1 Metodologia

O percurso metodológico da pesquisa procurou revelar os pressupostos teóricos e metodológicos usados para realizar esse estudo, que pode ser entendido como de cunho quantitativo e qualitativo, ao complementarem-se para alcançar os objetivos traçados. Na concepção de Oliveira (2008), a realização da pesquisa quantitativa com o uso de instrumentos para coleta de dados por meio de questionários, entrevistas, observações e utilização de técnicas estatísticas que ajudaram na descrição do perfil socioeconômico das pescadoras artesanais e agricultoras familiares participantes da pesquisa.

A pesquisa qualitativa auxilia na análise das informações coletadas no grupo pesquisado possibilitando interpretação minuciosa dos fenômenos nos “processos sociais e a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos” (OLIVEIRA, 2008). Uma forma de apresentar o contexto observado subjetivamente caracterizando a relação entre a atividade da pesca artesanal e da

agricultura familiar com a qualidade de vida. Para a autora usar em sinergia abordagens quantitativas e qualitativas garante “maior credibilidade e validade aos resultados da pesquisa”, impossibilitando perda de informações. O uso de forma sinérgica das abordagens quantitativas e qualitativas garantiu o aproveitamento de todas as informações coletadas, proporcionando maior confiabilidade, legitimando a pesquisa.

Para ajudar no aprofundamento dos fenômenos percebidos durante a pesquisa usou-se ainda como aporte metodológico a pesquisa descritiva, que, conforme Gil (2010) auxilia na uniformização no processo de planejamento, coleta e análise dos dados. As técnicas usadas compõem as características do estudo de caso, que contribuiu para realização de um exame detalhado dos fatos. Segundo Yin (2005, p. 34), “o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas”.

Todos esses elementos compõe a metodologia principal dessa pesquisa, essencial no processo da análise científica da dinâmica social, familiar e organizativo das pescadoras artesanais. Seguindo os pressupostos de Mattos (2011), é através desse método de pesquisa que se percebe a vivência diária, comunitária ou individual do público pesquisado. Com base nesse aporte, foi possível entender “documentar, monitorar, encontrar o significado da ação”.

O estudo é composto de dados primários e secundários, sendo que os de origem primária foram obtidos na pesquisa realizada *in loco* com as pescadoras artesanais e agricultoras familiares, com aplicação da metodologia descrita acima. Ao passo que os dados secundários foram levantados através de pesquisa documental e bibliográfica analisando teses, dissertações, artigos e demais publicações que subsidiaram a compreensão do tema em estudo.

3.2 Contextualização do espaço geográfico da pesquisa

O espaço geográfico escolhido para realização da pesquisa foi Santarém, no estado do Pará, localiza-se em uma extensão de 24.154 km², entre os paralelos 2°S e 4°S e os meridianos 56°W e 54°W, é uma das cidades que exerce papel importante na dinâmica econômica do estado do Pará, na região Norte do país (RABELO; VAZ; ZACARDI, 2017). Seus primeiros habitantes foram os índios Tupaius que sobreviviam

da caça, pesca e da produção agrícola atividades responsáveis pela movimentação da economia local (NESP, 2016). Com o passar dos anos essas atividades permanecem sendo desenvolvidas pelas populações tradicionais (agricultores familiares, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais entre outros) responsáveis por abastecer o mercado local de alimentos (PMS, 2017).

A cidade de Santarém está localizada na margem direita do Tapajós, uma posição intermediária entre duas maiores metrópoles amazônicas, Belém (PA) e Manaus (AM). Devido sua localização estratégica, Santarém começou a desenvolver diversas atividades e funções que fortaleceram seu papel desde as “[...] drogas do sertão e da borracha, especialmente a de entreposto comercial”. O que fez a cidade exercer “papel polarizador” confirmando sua posição de destaque na “Mesorregião do Baixo Amazonas” influenciando aproximadamente dezesseis municípios (OLIVEIRA et.al. 2010).

A partir da década de 1980, ocorreu um avanço no processo de expansão urbana da cidade, resultado da construção de eixos de infraestrutura locais, estaduais e federais construídos, como a Rodovia Federal Santarém-Cuiabá (BR-163), a Rodovia Estadual Curuá-Una (PA-370) e a Rodovia Municipal Engenheiro Fernando Guilhon, que influenciaram na ampliação na direção sul (Cuiabá-Santarém e Santarém-Curuá-Una). Esse investimento em infraestrutura de estradas contribuindo também para o aumento da migração de pessoas oriundas da área rural para os bairros e aglomerados que foram sendo criado, nas décadas seguintes esse processo foi intensificado pela introdução da cultura da soja (PEREIRA, 2004).

Essas áreas que foram sendo ocupadas são consideradas periféricas, pois a sua localização geográfica está distante do centro urbano e possuem limitada infraestrutura (ruas sem pavimentação, rede de esgoto, escola, posto de saúde, transporte público de qualidade, entre outros) e de acesso a serviços públicos (saúde, educação, coleta de lixo, assistência social, segurança entre outros) (OLIVEIRA, 2008). Descrição confirmada por Serpa (2002), na qual revela as áreas periféricas como sendo “[...] aquelas áreas com infraestrutura e equipamentos de serviços deficientes, sendo essencialmente o *lócus* da reprodução socioespacial da população de baixa renda.”.

Com o reordenamento territorial e a emancipação da cidade de Mojuí dos Campos (PA), ocorrida em 2012, o espaço da cidade de Santarém diminuiu passando a ter uma área de 17.898,389km², com densidade demográfica de 12,87 hab/km²

(PNUD, 2013; PMS, 2013). O Produto Interno Bruto – PIB do município é diversificado sendo composto por 50% do setor terciário, composto por serviço e comércio, seguido de 35% do extrativismo e 15% da indústria, sendo essa a dinâmica econômica local (PMS, 2013).

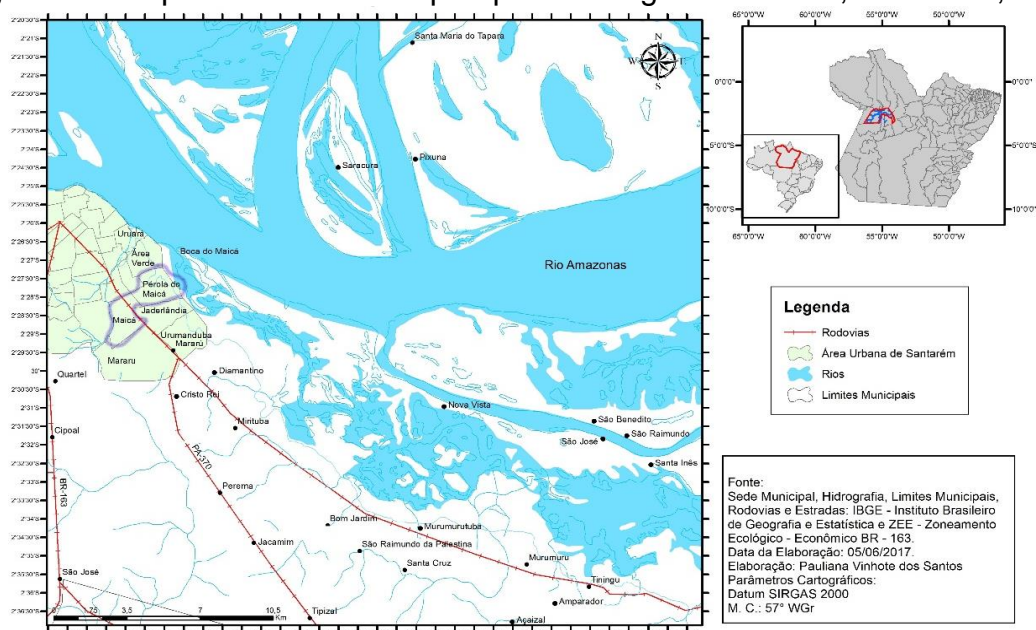
Em 2018, Santarém completou 357 anos de fundação, ocupando a terceira colocação entre os municípios com maior população do Estado e o sétimo da região Norte. Possui uma população pelo censo do IBGE de 2015 em 294.580 habitantes, distribuída quanto a relação de gênero em 50,06% de mulheres e 49,04% de homens (IBGE, 2010). Quanto à distribuição populacional, 73,25% encontra-se na área urbana, distribuído em cinco distritos composto de 48 bairros e 26,75% na área rural, ao longo de 417 comunidades das regiões de várzea, planalto e rios (PMS, 2013).

Dentre os bairros existentes no município, escolheram-se como espaço para realização da pesquisa dois bairros periurbanos⁷ localizados as margens do Lago do Maicá, “complexo ecossistema composto por ilhas e uma parte de terra firme, que sofrem pequenas inundações decorrentes da cheia dos igarapés lá existentes, e do lago que o circunda” (VIEIRA, 2013, p.5 -6). Na descrição de Oliveira et al. (2010, p. 02), trata-se de um área que possui “[...] características rurais presentes no espaço urbano, especialmente nos bairros sob influência da Rodovia PA-370, próximos ao Lago Maicá”, além disso, tem ainda peculiaridade que assemelha-se a região da várzea, ficando alagada em alguns meses do ano e no restante ficam em terra firme (ISAAC; CERDEIRA, 2004).

É considerado um berçário natural de diversas espécies de peixes, quelônios, répteis, aves, além da flora que conta com uma diversidade biológica de plantas aquáticas, típicas da que possuem grande importância ambiental para o ecossistema amazônico (VAZ, 2018). Em 2006, devido à biodiversidade existente, através do Plano Diretor a região foi transformada em Área de Proteção Ambiental - APA, por meio da Lei Municipal de nº 18.051/2006. O lago Maicá é utilizado para atividades econômicas, domésticas, lazer e turísticas “[...] devido ao seu exuberante cenário natural, onde mostra em toda a sua extensão a flora e a fauna típicas de várzea amazônica (VAZ, 2018, p.22).

⁷ Áreas periurbanas são concebidas como espaços de transição. Áreas em que coexistem lógicas urbanas e rurais, criando espaços com atributos específicos, fragilidades e potencialidades próprias, resultantes das interações dos elementos urbanos e rurais. Sua transição se destaca do ponto de vista paisagístico, socioeconômico e ambiental (PEREIRA, 2013, p.292).

Figura 01: Mapa com o *lócus* da pesquisa na região do Maicá, Santarém, Pará.



Fonte: Adaptado de SANTOS (2017).

Uma parte significativa dos moradores desses bairros sobrevive de atividades primárias com características rurais ligadas à pesca artesanal, produção de hortaliças, criação de animais pequenos e de grande porte, entre outros, sendo que a produção é destinada ao consumo e para o abastecimento do mercado local.

3.2.1 Coleta de Dados

A coleta de dados ocorreu no período de março a maio de 2018. Inicialmente, reuniu-se, separadamente, com a direção do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR) e com a Colônia de Pescadores Z-20 para apresentar o projeto de pesquisa e colher informações preliminares sobre o quantitativo existente nos bairros escolhidos, bem como, obter autorização para realizá-la.

Esta pesquisa seguiu as exigências da Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS Nº 466/2012, que orienta sobre pesquisa envolvendo seres humanos, respeitando os princípios de autonomia, beneficência, não maleficência, justiça e equidade.

Assim, com posse da autorização da Colônia de Pescadores Z-20 e da direção do STTR de Santarém, e após a obtenção do Parecer Consubstanciado do Comitê de

Ética da Pesquisa, número 2.452.021, do Instituto Esperança de Ensino Superior (CEP-IESPES) iniciou-se a pesquisa nos Bairros Maicá e Perola do Maicá.

Acompanharam-se as reuniões das organizações ligadas ao STTR e a Colônia de Pescadores Z-20. A finalidade da participação nessas reuniões foi para conhecer a rotina organizativa das pescadoras artesanais e agricultoras familiares, além de identificar as mulheres que desenvolvem as atividades produtivas e que são sócias dessas entidades.

Cada participante teve acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, ferramenta pelo qual as pescadoras artesanais e agricultoras familiares expressaram seu consentimento para participação da pesquisa. Por meio do termo, a pesquisada declara que foi informada de maneira clara, minuciosamente e por escrito, da justificativa, dos objetivos e dos procedimentos metodológicos usados no estudo.

O critério de inclusão consistiu em mulheres moradoras dos Bairros Maicá e Perola do Maicá, pescadoras artesanais sócias do núcleo de base da Colônia de Pescadores Z-20 ou agricultoras familiares sócias do STTR, e que estivessem em pleno exercício de sua atividade produtiva.

De acordo com a coordenação do núcleo de base Pérola do Maicá ligado à Colônia de Pescadores Z-20, existem 19 (dezenove) pescadoras artesanais associadas à organização. Do total, 05 (cinco) não residem nos bairros lócus da pesquisa, 01 (uma) recusou-se a participar, 01 (uma) encontra-se aposentada e 01 (uma) não está exercendo a atividade da pesca há pelo menos dois anos. Com o uso dos critérios de inclusão pré-estabelecidos chegou-se ao número total de 11 (onze) pescadoras artesanais.

Quanto ao universo total de agricultoras familiares, a coordenação do STTR possui um cadastro de 20 mulheres sócias que exercem a atividade nos referidos bairros ou em vizinhos. Desse quantitativo, foi possível encontrar nove mulheres nas reuniões da delegacia sindical, destas, 02 (duas) agricultoras recusaram-se a participar da pesquisa, e 7 (sete) mulheres aceitaram fazer parte do trabalho, as demais (onze), não foi possível encontrá-las e nem saber se residiam no bairro Maicá ou Pérola do Maicá e se ainda estão na atividade. Sendo assim, o estudo foi realizado com 35% das agricultoras familiares, em número absoluto representando 07 (sete) mulheres, seguindo o critério de inclusão pré-estabelecido.

A dificuldade em encontrar o número total de cadastradas no STTR se dá por que nas delegacias sindicais não é regra que as pessoas que são filiadas sejam de um

mesmo bairro, podem morar em bairros distantes inclusive, e constarem cadastradas na delegacia de bairro distintos do bairro de sua residência.

O Formulário para Pesquisa de Campo aplicado às pescadoras artesanais e agricultoras familiares para coleta de dados primários constitui-se dos seguintes eixos de coleta: um campo que coletou os dados pessoais e de moradia; outro sobre os dados socioeconômicos da Família; sobre organização social; sobre a importância ambiental do local; e sobre a atividade produtiva.

3.2.2 Análise dos dados

Os dados foram organizados em um banco de dados no programa *Excel for Windows*[®], sendo tabulados em gráficos e tabelas. Os dados socioeconômicos (número de dependentes, idade, número de filhos, quantidade dependentes e renda familiar) foram dispostos em tabela e estudados por meio de estatística descritiva, método que auxiliou na padronização e análise dos dados. Na concepção de GIL (2010, p. 28) a pesquisa descritiva é usada quando a finalidade é analisar particularidades de um determinado grupo “[...] idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental”.

No que diz respeito a análise dos dados usou-se ainda a estimativa de frequência de ocorrência e obtenção de medida de tendência central (média) e de dispersão dos dados (desvio padrão).

3.3 Resultados e discussões

3.3.1 Aspectos Sociais das Pescadoras Artesanais e Agricultoras Familiares

A faixa etária predominante encontrada entre as pesquisadas apresenta variação na idade. As pescadoras artesanais possuem idade média de 48,4 com uma variação de 27 a 57 anos de idade. Do universo total, 55% encontram-se na faixa etária entre 51 e 60 anos, entre as pesquisadas não foi identificada nenhuma pescadora na faixa etária de 31 a 40 anos (Tabela 1). Quanto às agricultoras familiares, a média foi de 46,3 anos, com variação de 40 a 55 anos de idade. Do universo total 43% estão na faixa de idade entre 41 e 50 anos, não foi encontrado nenhuma agricultora na faixa etária entre 20 e 30 anos, conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 01 - Perfil social das Pescadoras Artesanais e Agricultoras Familiares dos Bairros Maicá e Perola do Maicá, Santarém, Pará. Fonte: Dados da Pesquisa.

VARIÁVEL	PESCADORAS	AGRICULTORAS
Idade	48,4 (8,6)	46,3 (6,4)
Estado Civil (%)		
Solteira	36%	28%
Casada	9%	43%
Amigada (mora junto)	55%	29%
Escolaridade (%)		
Ensino Fundamental Incompleto	90,9%	71,4%
Ensino Fundamental Completo	-	14,3%
Ensino Médio Completo	-	14,3%
Ensino Superior Completo	9,1%	-
Número de Filhos	4,5 ($\pm 1,7$)	4 ($\pm 2,6$)

Nota: para Idade e Número de filhos foram apresentados média e desvio padrão.

Vale citar que a expectativa de vida feminina estimada nos dados da pesquisa nacional por amostragem de domicílio, realizada em 2015, o qual apontou que a estimativa da idade feminina no Brasil é de aproximadamente 77 anos de idade e que 55% do total de mulheres possuem mais de 60 anos (IBGE, 2015).

Quanto ao estado civil, percebeu-se que entre as pescadoras artesanais, a maioria (55%) vive em situação “amigada”⁸, ou seja, convive em união estável. Grande parte das agricultoras familiares possui uma relação familiar estável na esfera social, uma vez que 43% das pesquisadas declaram serem casadas no civil. Entre as entrevistadas não se identificou viúvas ou que vivessem em união homoafetiva. A estrutura familiar identificada na pesquisa encontrou a tipologia de família tradicional, como ocorre na maioria das unidades familiares existente em comunidades rurais, que têm em sua composição homem, mulher e filhos/filhas (MEDEIROS; OSÓRIO, 2001).

Do total geral das participantes da pesquisa todas são oriundas do estado do Pará. Dentre as pescadoras artesanais existe uma variação entre o local de origem, ao passo que 55% nasceram em comunidades rurais da cidade de Santarém, 18% no município de Monte Alegre, 18% em Alenquer e 9% são de Aveiro. Dados que se diferem das agricultoras familiares, onde todas nasceram em comunidades rurais do município de Santarém.

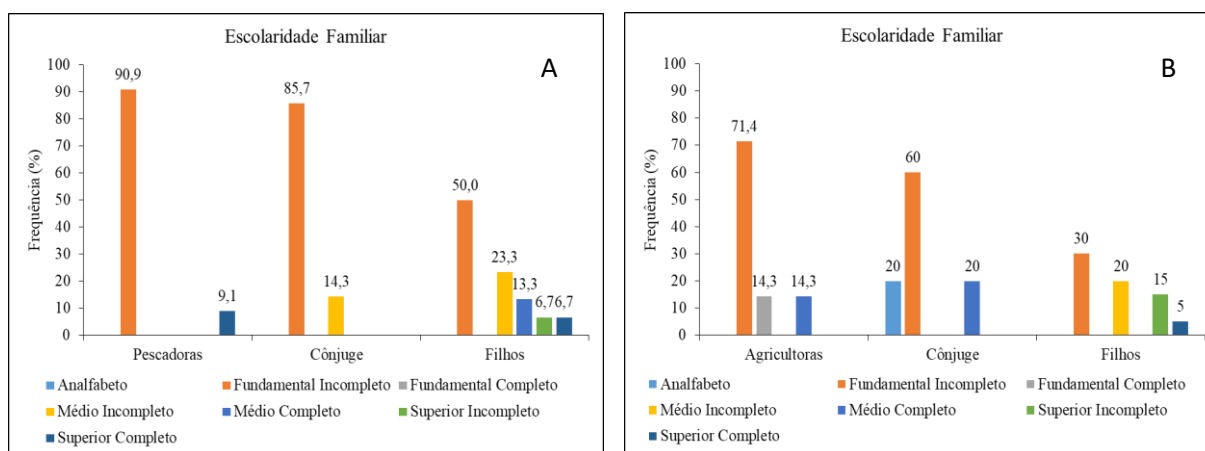
⁸ Identificação que é utilizada para as pessoas que moram na mesma casa e vivem como marido e mulher, não sendo casadas oficialmente (SILVA; CÂNDIDO; FREIRE; 2009. p.31).

No que se refere a organização religiosa, entre as pesquisadas a religião católica congrega a maioria (81,82% pescadoras artesanais e 71,43% agricultoras familiares) e a evangélica (18,18% pescadoras artesanais e 28,57% agricultoras familiares). De acordo com Calegare e Higuchi (2017), a religião, juntamente com a prática produtiva e a origem cultural-territorial, contribuiu para a construção de identidades coletivas em comunidade rural no Alto Solimões (AM).

Uma característica marcante nos dados coletados diz respeito ao baixo nível de escolaridade das pesquisadas. A maioria declarou ter apenas o ensino fundamental incompleto, sendo que para as pescadoras artesanais isto representa 90,9% e 71,4% para as agricultoras familiares. Apesar de esse quantitativo ser relevante, entre as participantes do estudo não foi encontrado nenhuma analfabeta, significando assim que as pescadoras artesanais e agricultoras familiares possuem um certo grau de instrução. Dessa forma, o presente resultado não acompanha o índice nacional que apresentou um quantitativo de 27,4% de mulheres na faixa etária de aproximadamente 60 anos ou mais, analfabetas (IBGE, 2010).

A pesquisa identificou ainda o nível de escolaridade dos membros da família (cônjuges e filhos/filhas) das pesquisadas. Os dados mostraram que a maioria possui o ensino fundamental incompleto. Sendo que entre a família das pescadoras artesanais encontrou-se também que 14,3% do total de cônjuge possuem o ensino médio incompleto, e entre os filhos/filhas esse quantitativo representa 23,3% (Figura 01A).

Figura 02: Nível de Escolaridade Familiar



Fonte: Dados da Pesquisa

Quanto à família das agricultoras familiares, 20% dos cônjuges são analfabetos e o mesmo quantitativo possui o ensino médio completo. Já seus filhos/filhas, 20%

possuem o ensino médio incompleto, 15% com superior incompleto e 5% superior completo (Figura 01B).

Na concepção de Alves e Nishida (2003), o baixo nível de escolaridade pode ser atribuído ao contexto social e econômico em que as pescadoras artesanais e agricultoras familiares cresceram, onde tinham que ajudar seus pais nos trabalhos familiares para aumentar a renda familiar, além de enfrentarem dificuldade para ter acesso a escola. Outro fator que pode ter contribuído para essa realidade é a falta de incentivo dos membros da família e demais pessoas do círculo de relação para continuar os estudos em outras localidades (NISHIDA, 2010).

Nesse sentido, rompendo as dificuldades encontradas para o acesso à educação, a pesquisa demonstrou que 9,1% das pescadoras artesanais conseguiram concluir o ensino superior, não sendo essa a mesma condição das agricultoras familiares. Sendo assim, o acesso à educação por membros da família constituía-se uma exceção no meio onde nasceram.

Realidade revelada pela maioria das pesquisadas, quando perguntado o motivo delas não terem continuado os estudos, conforme alguns relatos abaixo:

“Eu tinha que ajudar nas atividades da comunidade, no cuidado com a juta, a agricultura e a pesca. As escolas da comunidade ofereciam até a 4º ‘seria do Ensino Fundamental” (Pescadora com 55 anos, moradora do bairro Maicá)

“Eu morava no sítio e a minha mãe tinha dificuldade em me manter na escola que era distante da minha casa, precisava trabalhar para ajudar minha mãe a sustentar a casa” (Agricultora com 41 anos, moradora do bairro Perola do Maicá)

“Eu trabalhava cultivando juta com os meus pais no período do verão, na várzea fica seis meses do ano embaixo da água. Era difícil ter professores na comunidade e precisava ajudar meus pais” (Agricultora com 55 anos, moradora do bairro Maicá).

“Meus pais pensavam que os filhos não precisavam estudar, apenas trabalhar” (Pescadora com 56 anos, moradora do bairro Pérola do Maicá).

Estes discursos mostram também a participação das mulheres, quando jovens, em atividades produtivas. Isto é algo comum, mas que muitas vezes as mulheres têm seus trabalhos não percebidos pelo homem e pela sociedade.

No que se refere ao tempo de moradia nos bairros, os resultados demonstram que as pescadoras artesanais residem em média há 19 anos e as agricultoras familiares, em média, há 27,3 anos. A maioria das participantes da pesquisa declarou ter filhos, entre as pescadoras artesanais a média encontrada é de 4,5, com uma

variação de três a oito filhos. No que se refere aos dados das agricultoras artesanais, estas apresentaram uma média de 4 filhos, variando de dois a oito filhos.

Os dados encontrados quanto à quantidade de filhos que as participantes da pesquisa possuem estão acima da média nacional de 3,1 filhos, apresentada na publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, em 2013. Os resultados evidenciam que a baixa escolaridade pode influenciar na quantidade de filhos que a mulher possui, dado que se aproxima da afirmação feita por Galúcio (2004), em que ressalta que as mulheres que possuem nível superior que tem em média 1,4 filhos e aquela que possui apenas o nível fundamental incompleto têm em média 4,4 filhos, assemelhando-se a realidade vivenciada pelas pescadoras artesanais e agricultoras familiares participantes da pesquisa.

3.3.2 Cenário Econômico das Pescadoras Artesanais e Agricultoras Familiares

No que se refere às condições econômicas, a pesquisa analisou a composição da renda familiar, e para melhor compreensão usou-se como parâmetro as principais fontes de rendimento no âmbito rural usadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, uma vez que as participantes da pesquisa desempenham atividades econômicas (pesca artesanal e agricultura familiar), quais sejam: “[...] trabalho, aposentadoria e outros rendimentos e benefícios sociais” (BAZOTTI; SUGAMOSTO, 2011, p.49). Nesse caso, a pesquisa é composta pela somatória da renda do trabalho das entrevistadas, do cônjuge e do filho, incluindo as atividades complementares (quando exercidas) e o valor do benefício social (quando beneficiária).

A renda familiar das pescadoras artesanais variou de R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ 2.637,00 (dois mil e seiscentos e trinta e sete reais), com uma média de R\$ 1.124,50 (um mil, cento e vinte quatro reais e cinquenta centavos). Cumpre destacar que o percentual de pescadoras artesanais que sobrevivem com menos de um salário mínimo (R\$ 954,00) é de 45%. A média de pessoas dependentes dessa renda aproxima-se a 4 indivíduos, com o mínimo 3 e o máximo de 6 dependentes. Vale citar que entre as pescadoras artesanais, 9% delas não possuem dependes da sua renda familiar.

A maioria das pescadoras artesanais (55%) não exerce nenhuma atividade complementar, sendo a pesca seu único meio de garantir a sobrevivência de sua família, 27% cultivam produtos da agricultura ou criam pequenos animais para o

autoconsumo e 9% desenvolvem atividades como costura e mesmo percentual afirmou realizar serviços de diaristas para ajudar na complementação da renda.

Todas as pescadoras artesanais afirmaram que praticam essa atividade há mais de 10 (dez) anos, isto predominância é função da origem delas, visto serem oriundas de comunidades da região de várzea onde a pesca artesanal é de extrema importância para a manutenção da família (Tabela 2).

Tabela 02: Perfil Econômico das Pescadoras Artesanais e Agricultoras Familiares dos Bairros Maicá e Perola do Maicá, Santarém, Pará.

Variável	Pescadoras	Agricultoras
Média da Renda Familiar (R\$)	1.124,50	1.800,29
Possui Contribuição na Renda Familiar (%)	73,0	71,43
Quantidade Média de Dependentes	3,9	2,4
Possui Atividade Complementar (%)	45,45	42,86
Crédito Bancário (%)	27,27	14,29

Fonte: Dados da Pesquisa

No que se refere às agricultoras familiares, a renda familiar foi de no mínimo R\$ 700,00 (setecentos reais) e no máximo R\$ 3.156,00 (três mil, cento e cinquenta e seis reais), com uma média de R\$ 1.800,29 (um mil e oitocentos reais e vinte e nove centavos reais). Destaca-se que 14% sobrevivem com menos de um salário mínimo. A média de dependentes dessa renda aproxima-se a 2,4 pessoas, com o mínimo de um e o máximo de 5 dependentes (Tabela 2). Além disso, 29% das agricultoras não possuem nenhum dependente da sua renda familiar.

Do universo de agricultoras familiares pesquisadas, 43% realizam o cultivo apenas de hortaliças e plantas frutíferas, 29% cultivam hortaliça, plantas frutíferas e criam pequenos animais (galinhas e patos) e, o mesmo percentual criam apenas pequenos animais. Quando analisado se elas possuem alguma atividade complementar, encontrou-se que 57% não possuem nenhuma atividade complementar para contribuição na renda familiar, sendo a criação de pequenos animais e a plantação de hortaliças sua única forma de renda.

Importante informar que 14% das agricultoras declararam que desenvolvem atividade de diarista, o mesmo percentual afirmou que faz crochê, bem como declararam que realizam venda de cosméticos como atividades que ajudam na

complementação da renda familiar. Todas as pesquisadas afirmaram que desenvolvem a atividade de agricultura há mais de 10 (dez) anos (Tabela 2).

Os resultados encontrados sobre a renda tanto de pescadoras artesanais e agricultoras familiares demonstrou que a maioria dessas mulheres dependem de suas atividades econômicas pesca e agricultura como sua principal fonte de renda, ainda que, esporadicamente exerçam algumas atividades complementares para ajudar no sustento de sua família (DIEGUES, 1988). Esse fator tem sido chamado no meio científico pela nomenclatura de “pluriatividade” (SCHNEIDER, 2003).

Schneider (2003, p. 100-101) entende que a pluriatividade ocorre nas situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.

A pesquisa buscou identificar se as pesquisadas possuem ajuda para complementação da renda familiar, percebe-se um cenário diferenciado entre a realidade das pescadoras artesanais e agricultoras familiares. Sendo que entre as pescadoras artesanais 73% possuem ajuda na renda familiar. Dessas 64% contam com ajuda de uma pessoa, geralmente o cônjuge e 9% com duas pessoas que correspondem ao cônjuge e um filho. No que se refere às agricultoras familiares, 43% têm ajuda na composição da renda familiar. Das quais 57,1% contam com a ajuda de um membro da família, na maioria dos casos é o cônjuge e 14,3% têm ajuda de dois membros da família, o cônjuge e um filho.

Percebeu-se ainda que estas mulheres são beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo esse de grande importância na composição da renda familiar. Do total das pescadoras artesanais 63,6% recebem o benefício e no universo das agricultoras familiares apenas 2% são beneficiárias do programa. Segundo estudos de Cecchin e Parente (2018), em Babaçulândia (TO), o Programa Bolsa Família (PBF) foi criado com o objetivo de promover o alívio da pobreza por meio da transferência de renda. Para as autoras, é expressivo o percentual de mulheres beneficiárias do PBF.

Segundo Brasil (2004), o Programa Bolsa Família é uma política pública de transferência de renda que exerce função importante na vida dos beneficiários, pois ajuda na complementação da renda reduzindo a vulnerabilidade das famílias, oportuniza a manutenção dos filhos na escola e o monitoramento da saúde do grupo

familiar e o acesso outras políticas sociais do governo federal eu visem mitigar a pobreza dos integrantes do programa.

3.3.3 Moradia das pescadoras artesanais e agricultoras familiares

Partindo do entendimento literário do conceito de Bairro, o mesmo pode ser descrito como um local que possui identidade própria das pessoas ou grupos que habitam o espaço, os quais possuem um sentimento de pertença, podendo ser constituído por decisão do governo para ordenamento da cidade ou criado involuntariamente pelas ocupações urbanas (O'NEILL; NATAL, 1988). Sendo esse o local onde as pessoas constroem suas moradias, levando em consideração as concepções de Ghorayeb e Barros (2004, p. 261) para avaliar a QV é necessário o envolvimento de diversos fatores como “[...] moradia, transporte, alimentação, lazer, satisfação/realização profissional, vida sexual e amorosa, relacionamento com as outras pessoas, liberdade, autonomia e segurança financeira”.

Considerando que as pescadoras artesanais e agricultoras familiares que participaram desse estudo, são oriundas de comunidades da várzea de Santarém e cidades vizinhas onde o uso dos recursos naturais, a caça, a pesca, agricultura são parte do cotidiano. O estudo procurou identificar como as pesquisadas escolheram os bairros onde o estudo foi realizado para residirem, as respostas foram diferentes entre elas. Para as pescadoras artesanais a proximidade do Lago do Maicá e os fenômenos naturais ocorridos em suas comunidades contribuíram para a escolha do local de moradia. No entanto, para as agricultoras familiares o fator com maior influência diz respeito ao conjugue ou a família possui residência no local. Conforme, alguns relatos abaixo:

“Nós viemo pra cá, porque lá onde nós morava caiu a terra, a terra caindo, aí tinha essa área que tavam doando uns terreno e nós viemo pra cá. Não tinha quase ninguém, era só mato, aí nós viemo pra cá que não tinha condição de comprar um terreno [.....] tinha dono, agora que a gente tá sabendo. Gosto porque dá acesso ao lago para continuar pescando (Pescadora, reside há 18 anos no bairro)”.

“Justamente porque o Arapemã estava caindo, quando a gente saiu de lá, a nossa casa já tinha mudado, tava praticamente na caída, aí por isso que todo mundo se mudamos pra cá” (Pescadora, reside há 21 anos no bairro).

“Porque meu marido gostava de plantar, aí ele veio e arrumou esse terreno pra cá, e é perto da cidade pra levar (verduras)” (Agricultora 2, reside há 32 anos no bairro)”.

“Porque eu gosto do ambiente, gosto daqui, porque esse pedaço aqui é minha família, são meus irmãos” (Agricultora 5, reside há 45 anos no bairro).

Os bairros onde as pesquisadas residem estão localizados em uma área periurbana, visto que segundo Lewis (2007, p. 3), “[...] normalmente a área periurbana das cidades Amazônicas têm aspecto rural: agricultura de subsistência, extrativismo da floresta e pesca, as quais proveem alimentos básicos as cidades [...]”. Além disso, esta região vive com as frágeis condições de infraestrutura local, especialmente abastecimento de água e questões ligadas ao saneamento. Ademais, em algumas áreas dos bairros existem grandes áreas desocupadas, sendo um espaço de especulação imobiliária.

No quesito sobre importância da moradia, os resultados mostraram que a maioria das entrevistadas (pescadoras 100% e agricultoras 86%) considera a residência como elemento de alta importância em suas vidas, uma vez que todas moram em casa própria. Assemelhando-se aos dados encontrados na pesquisa realizada por Rosa (2007, p.114), a qual identificou que as mulheres sentem grande satisfação ao adquirirem sua moradia, pois, consideram sua “[...] casa como um porto seguro, outras como a realização de um sonho [...]”. A aquisição da residência própria é essencial para que as pescadoras artesanais e agricultoras familiares não vivam em situação de risco de despejos ou ainda sobre ameaça de retiradas por ação de terceiros, além disso, é considerado como a conquista de um dos requisitos do direito à moradia e a promoção da cidadania (IPPUR, 2001).

Ressalta-se que a moradia entendida como um direito é um elemento que possibilita o ingresso a outros benefícios entre os quais se encontra o acesso a saúde, educação, trabalho, acessibilidade, transporte, cultura, lazer, turismo e demais serviços básicos. Além disso, o direito à moradia deve ser entendido no prisma econômico, social, cultural e ambiental, acompanhando os mesmos fundamentos do direito à cidade (SAULE JÚNIOR; CARDOSO, 2005).

As participantes da pesquisa (pescadoras artesanais e agricultoras familiares) residem em bairros periurbanos localizado na periferia do município, as margens do Lago do Maicá. Assim, procurou-se analisar a percepção das pesquisadas quanto à importância que o Bairro desempenha em suas vidas. Percebeu-se que a maioria considera um elemento de alta importância ou importante. Destaca-se que isto foi observado em 91% das pescadoras artesanais, as quais residem nesse mesmo local,

em média há 19 anos. Quanto às agricultoras familiares, 86% consideram um elemento de alta importância ou importante, considerando que residem em média há 27,3 anos no mesmo local.

No que concerne às condições habitacionais das pesquisadas, constatou-se que 100% possuem casa própria e a maioria acesso à energia elétrica (pescadoras artesanais 86% e agricultoras familiares 100%), no entanto ainda foi encontrado o quantitativo de 14% que não possuem acesso ao serviço de energia elétrica. O acesso do serviço energia elétrica nas residências permite aquisição do conhecimento de forma geral, com isso, fomenta o cultivo de um posicionamento cauteloso com base nas informações mais amplas, possibilitando um envolvimento organizado em todos os processos de decisão. Além disso, o uso de eletrodomésticos (fogão, geladeira, liquidificador entre outros) e demais equipamentos, utilizados na rotina doméstica ou para agregar valor a seus produtos ou verticalizar a produção (SOUZA; ANJOS, 2007).

Quanto à estrutura das moradias, a maioria das mulheres possui casas de alvenaria (57% pescadoras artesanais e 45% de agricultoras familiares), existem ainda as residências em estrutura mista – madeira e alvenaria – (29% pescadoras artesanais e 27% das agricultoras familiares) e o restante possuem estrutura de madeira. No que se referem ao lixo doméstico os dados demonstram que existe uma diferença no método usado para a destinação final dos resíduos produzidos. Das pescadoras artesanais, 57% declararam que os resíduos produzidos são queimados, 27% afirmaram que os resíduos são colocados para a coleta pública e 14% que usam os métodos anteriores conjuntamente para dá destinação final dos resíduos. As agricultoras familiares asseguraram que 55% colocam o resíduo doméstico para a coleta pública, 35% declararam que colocam na coleta pública e queimam os resíduos e, 9% confirmaram que apenas queimam os resíduos (Figura 3).

A queima do lixo é donosa ao meio ambiente, principalmente por liberar gases nocivos a atmosfera. Além disso, a queima de resíduos pode provocar incêndios na vegetação. A proibição do uso do fogo visando proteger a vegetação está disciplinada no Código Florestal Brasileiro, Lei 12.651, de 25 de maio de 2012⁹ (BRASIL, 2012).

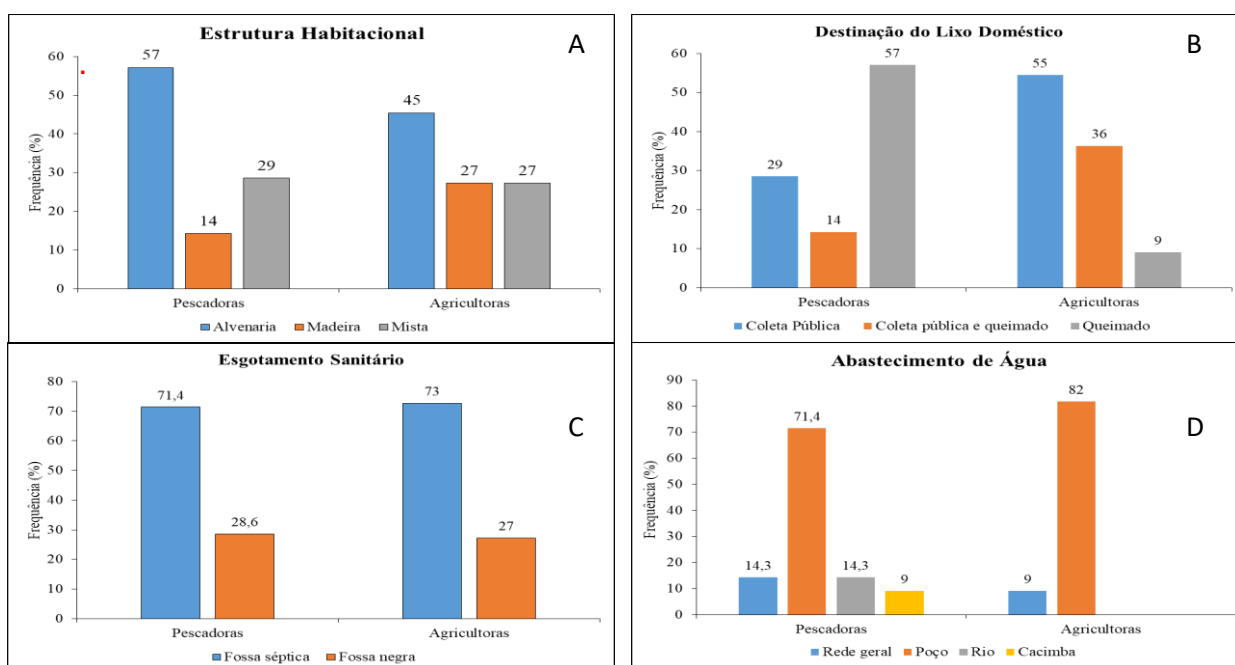
Segundo Rocha et al. (2012), é evidente a necessidade de desenvolver políticas públicas, entre outras atividades, no sentido não somente de preservar, mas também de identificar a melhor maneira de conjugar o binômio utilização/preservação dos

⁹ BRASIL, **Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; (...) e dá outras providências, Brasília, Diário Oficial da União, 2012.

recursos naturais e o aumento da produtividade na propriedade rural, de forma a potencializar os elementos que constituem esse arranjo espacial.

Um fato que chama atenção nos dados da pesquisa refere-se à questão de esgotamento sanitário. Tem-se que 28,6% das pescadoras artesanais e 27% das agricultoras familiares declararam que em suas residências utilizam uma forma rudimentar para destinação dos dejetos produzidos em suas casas, como a fossa negra (Figura 03). Como os bairros não possuem estrutura e ações de políticas públicas adequadas para coleta dos dejetos, as participantes da pesquisa acabam fazendo o despejo de forma inadequada, o que pode contaminar os lençõs freáticos e agredir o meio ambiente. Realidade vivenciada na maioria dos bairros, o que demonstra a semelhança com comunidades rurais de modo especial da várzea onde “[...] comunidades não dispõem de estrutura básica de ensino médio, posto de saúde e possuem abastecimento precário de água, bem como de saneamento” (MARTINS, 2009, p. 63).

Figura 03: Situação habitacional de pescadoras e agricultoras familiares dos Bairros Maicá e Perola do Maicá, Santarém, Pará.



Fonte: Dados da Pesquisa

Quanto ao serviço de abastecimento de água, percebe-se que a maioria das pesquisadas abastece suas casas com água proveniente de poços nas residências e um percentual pequeno (14,3% pescadoras artesanais e 9% de agricultoras familiares)

tem acesso a rede geral de distribuição de água, que consiste em microssistema dos bairros. Além disso, 14,3% das pescadoras artesanais fazem a captação de água para consumo e uso doméstico direto do Lago do Maicá (aqui chamado de Rio pelas entrevistadas) e 9% usam a cacimba para suprir suas necessidades de acesso água.

O Plano Diretor (2006, p. 16) do município destaca ser de responsabilidade do Poder Público Municipal “assegurar a existência e o desenvolvimento das condições básicas de produção, regularização, disponibilização e conservação dos recursos hídricos necessários ao atendimento da população e das atividades econômicas do Município”. No entanto, a realidade detectada durante a pesquisa é semelhante de outros bairros do município de Santarém, revelando o estado de vulnerabilidade que as famílias que residem nesses espaços urbanos vivem, nesse caso específico as pescadoras artesanais e agricultoras familiares.

Devido a essa realidade ser frequente em muitos lugares do Brasil, Siliprandi e Cintrão (2011) alertam sobre a carência de acesso aos recursos básicos, como: água, energia elétrica, esgotamento sanitário e tantos outros que acometem muitos brasileiros, mas, especialmente, às mulheres, uma vez que são elas as responsáveis diretas pelos afazeres domésticos e o bem-estar familiar, e a garantia de acesso aos referidos recursos básicos é essencial para o desenvolvimento eficiente de todas as suas tarefas domésticas.

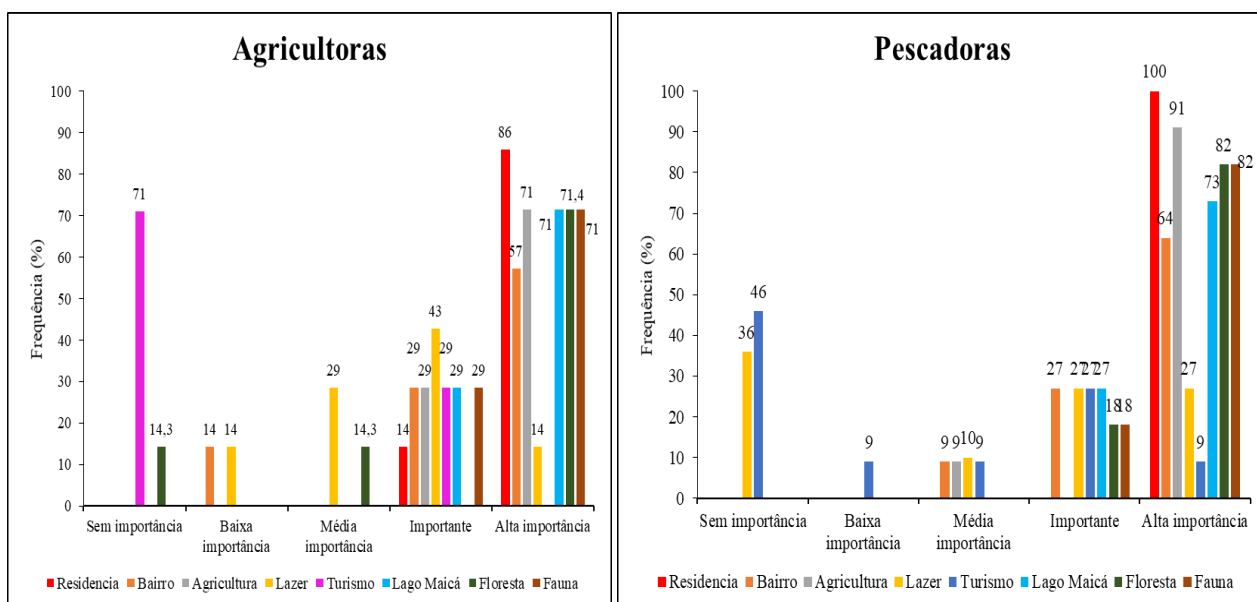
3.3.4 Percepção Ambiental das Pescadoras Artesanais e Agricultoras Familiares

Na concepção de Chauí (2002), percepção é um modo de dialogar, compreender e de valorizar as relações entre o corpo e o ambiente, sendo assim, trabalhos que busquem compreender a percepção devem levar em consideração os aspectos sociais, culturais, ambientais, econômicos e históricos. Complementando esse entendimento, Costa e Colesanti (2011) afirmam que as pesquisas sobre percepção ambiental são essenciais para ajudar a entender e averiguar o modo como o ser humano percebe, analisa, convive e se adapta ao ambiente onde vive, e como as questões ambientais influenciam o cotidiano das pessoas coletivamente ou individualmente. Compreendendo os problemas e os desafios são possíveis sugerir ações que ajudem a mitigá-los, além disso, contribuir na elaboração de políticas públicas de ordenamento do uso dos recursos naturais para garantir a subsistência das pessoas que os utilizam como meio de sobrevivência.

Logo, o planejamento realizado coletivamente ajuda no envolvimento de todos os sujeitos no processo do uso racional dos recursos naturais, além de auxiliar na relação harmônica do homem e da natureza (WHYTE, 1978). Nesse sentido, o entendimento da percepção ambiental exige a junção de elementos de várias ciências, assim é essencial ter uma visão interdisciplinar, pois, para realizar uma boa análise dos dados biológicos é necessário agregar as informações socioeconômicas e vice-versa (BRESOLIN; ZAKRZEWSKI; MARINHO, 2010).

Na concepção de Vaz (2018, p. 59), “meio ambiente é percebido pelas pessoas de várias formas e, geralmente, alguns fatores influenciam na relação da percepção de diferentes comunidades, o que pode gerar respostas diferenciadas entre indivíduos de uma mesma comunidade [...]”. Assim, a percepção das participantes da pesquisa apresentou em alguns momentos visões diferentes e em outros, semelhantes em alguns temas que o formulário de pesquisa abordava. Considerou-se como percepção ambiental o juízo de valor feito pelas mulheres com relação as suas casas (Figura 4).

Figura 04: Grau de importância dos diferentes ambientes, nos bairros Maicá e Pérola do Maicá, Santarém Pará.



Fonte: Dados da Pesquisa

Quando analisada a percepção sobre a fauna e a flora, percebeu-se que são elementos considerados importantes ou de alta importância pelas pesquisadas. Observou-se ainda que as entrevistadas consideravam o Lago do Maicá como um ambiente de alta importância (pescadoras 73% e agricultoras 71%) ou importante

(pescadoras 27% e agricultoras 29%). Sendo que o ambiente é usado de forma diferente pelas entrevistadas, ao passo que 73% das pescadoras artesanais usam o Lago para exercer sua atividade econômica, 36% utilizam como espaço de lazer e 9% para desenvolver atividade ligada ao turismo. Já as agricultoras familiares, 57% usam o Lago para realizar atividades de lazer, 29% não fazem uso do espaço para desenvolver atividade e 14% usam para atividade doméstica.

Realidade afirmada por Diegues em sua publicação “O Mito Moderno da Natureza Intocada”, em que destacam as populações tradicionais (agricultores familiares, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, extrativistas entre outros) possuem uma relação mística de dependência e valorização dos recursos naturais, assim as estratégias usadas para a utilização dos recursos existente na natureza acompanham os ciclos da natureza. Na sexta edição dessa publicação (2008, p. 63) o autor afirma que “[...] existe uma simbiose entre o homem e a natureza tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico. [...] o tempo para pescar, caçar e plantar é marcado por mitos ancestrais, pelo aparecimento de constelações estelares no céu, por proibições e interdições. [...]”.

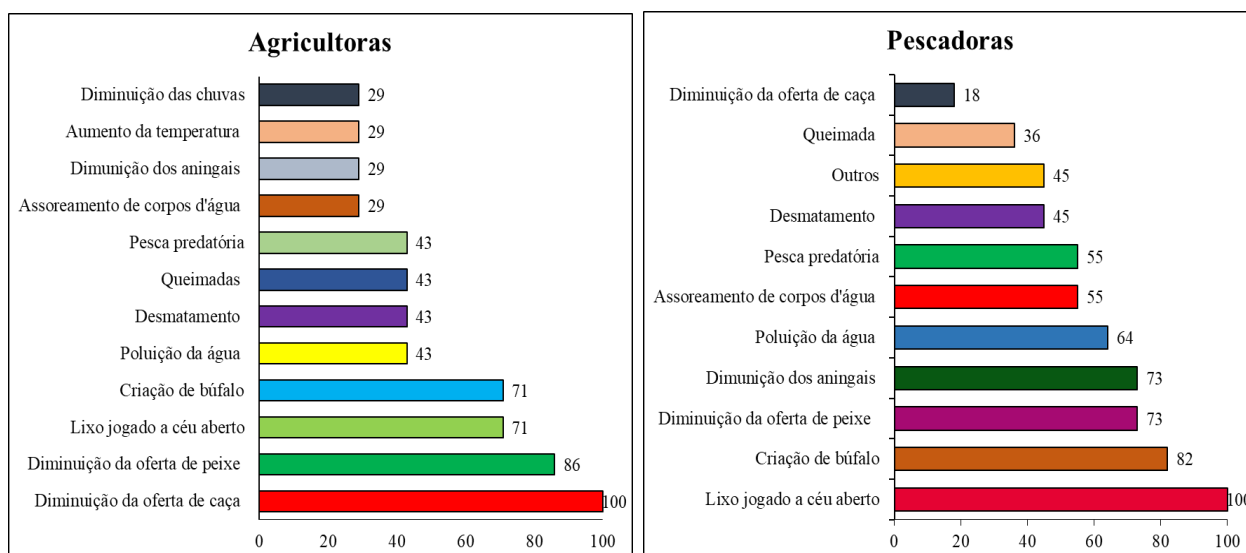
O meio ambiente vem passando por constantes transformações provocadas por vários fatores como: urbanização desordenada, implantação de monocultura, industrialização, aumento populacional, implantação de grandes projetos, entre outros. E a essas atividades, realizadas pelo homem, tem sido atribuída a responsabilidade dos desastres ambientais que têm prejudicado a dinâmica de ecossistemas, de modo especial na região Amazônica (KRZYSCZAK, 2016). Segundo Tuan (1980, p. 01), “[...] sem a auto- compreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos [...]”, dessa forma, para a compreensão dos problemas ambientais é imprescindível ter conhecimento do seu próprio eu, a fim de encontrar soluções para os problemas causados pela ação humana.

Percebeu-se ainda que tanto pescadoras artesanais, quanto agricultoras familiares consideram que o espaço onde vivem é de alta importância em sua vida, seja em consideração ao bairro ou ainda em relação aos recursos naturais presentes nesse espaço, assim, para Vaz (2018), as transformações que afetam o meio ambiente são facilmente percebidas, uma vez que afetam diretamente seu cotidiano.

A pesquisa identificou os principais problemas ambientais a partir das percepções das pesquisadas, sendo que o mais citado entre as pescadoras artesanais

participantes da pesquisa diz respeito aos resíduos (lixo) jogado a céu aberto (Tabela 03), que para elas causa o aumento de animais peçonhentos e atraindo doenças. No entendimento das agricultoras familiares o problema mais enfatizado foi a diminuição da caça (Figura 5). Para Machado (2016, p. 86), os dois problemas com maior incidência apontada pelas entrevistadas são provocados pelo aumento desordenado da urbanização em bairros periféricos, fator que “[...] tem prejudicado ecossistemas de inúmeras formas e em escala global, permeado pela a falta de compreensão do efeito do crescimento e desenvolvimento sobre a funcionalidade de sistemas socioambientais [...]”.

Figura 05: Frequência de ocorrência dos Principais problemas ambientais citados pelas Pescadoras e Agricultoras.



Fonte: Dados da Pesquisa

A deficiência da gestão no devido tratamento dos resíduos sólidos produzidos nas pequenas e médias cidades traz uma ampla preocupação em nível global, uma vez que esses problemas podem provocar graves danos à saúde, ao bem-estar e à qualidade de vida da população. Além disso, gera gradativamente a deterioração do meio e o lixo despejado em céu aberto modifica a paisagem e os diferentes ecossistemas, bem como, os costumes sociais, culturais e econômicos de um determinado grupo social (ANDRADE, 2009).

Outra questão preocupante detectada a partir da percepção das pesquisadas, diz respeito à criação de búfalos (*Bubalos sp.*) existente dentro do espaço pesquisado. Esse problema foi identificado por 82% das pescadoras e 71% das agricultoras

familiares, sendo que essa questão possui relação com os demais problemas relatados como a diminuição de aningais (*Montrichardia* sp.), da oferta de peixes, poluição da água e desmatamento. Além disso, provoca outro problema de ordem social, como conflitos entre criadores de búfalos e os usuários do espaço, uma vez que os animais rasgam as malhadeiras dos pescadores e invadem os terrenos das pessoas que residem próximo ao Lago do Maicá.

Cerdeira (2009, p. 28) relatou que “[...] a criação de búfalo na várzea tem sido causa de conflitos entre criadores e pescadores, assim como agricultores que têm suas áreas invadidas”. Essa realidade assemelha-se com problemas já identificados por pesquisas realizadas na região de Pixuna do Tapará (região da Várzea, Santarém) por O’Dwyer (2005), onde a criação de búfalos é uma ameaça à reprodução pesqueira e a vegetação aquática, como os aningais. Esta autora afirma ainda que “[...] o búfalo é considerado um dos maiores depredadores dos celeiros de peixe, pois vão comendo a vegetação aquática e assim afugentam as espécies [...]”.

A identificação da existência de pesca predatória (arrastão, uso de bombas entre outros) dentro do Lago do Maicá também chamou atenção, pois entre 55% pescadoras artesanais e 43% agricultoras familiares esse problema é parte da preocupação cotidiana dessas mulheres. Esta prática põe em risco a reprodução natural dos peixes, bem como, a subsistência das famílias que consomem peixe como base alimentar. Este fato que se aproxima do que vem ocorrendo nos ecossistemas aquáticos (rios e lagos) no estado de Rondônia, que de acordo com Oliveira (2006, p.1) “[...] a pesca predatória e clandestina, praticada nos rios e lagos de Rondônia, estaria exterminando várias espécies de peixes nativos dos vales do Guaporé, Mamoré e Madeira”.

Na concepção de Cerdeira (2009), a intensificação da pesca predatória no Lago do Maicá é considerada como retrocesso dentro da política da cogestão comunitária pesqueira, pois a região foi a primeira dentro do município a construir o acordo de pesca como instrumento de ordenamento pesqueiro. Nesse contexto, a iniciativa comunitária tem a finalidade de garantir o controle do uso desses recursos considerados de uso comum, tendo como base os conhecimentos tradicionais arraigados nas comunidades da várzea amazônica (ISAAC et al., 1993; McGRATH et al., 2008).

3.3.5 Cenário Organizativo e Produtivo das Pescadoras Artesanais e Agricultoras Familiares

A cidade de Santarém passou por um processo de adensamento populacional a partir da década de 1980, como resultado o espaço urbano foi invadindo o rural e formando as áreas periurbanas que no entendimento de Pereira (2004, p.292) são “[...] áreas em que coexistem lógicas urbanas e rurais, criando espaços com atributos específicos, fragilidades e potencialidades próprias, resultantes das interações dos elementos urbanos e rurais. Sua transição se destaca do ponto de vista paisagístico, socioeconômico e ambiental”. Nesses espaços, as delimitações dos bairros não são ordenadas e nem possuem as características definidas no plano diretor da cidade para sua identificação.

No município, as áreas que vivem dentro de processo de transição entre rural e urbano “[...] especialmente àquelas que estão mais próximas do Lago Maicá ou àquelas que mais se distanciam da área central, ou seja, que se localizam em áreas de transição entre o espaço urbano e o rural [...]”, enfrentam dificuldades para ter a gestão dos problemas de acesso digno à saúde, segurança e educação sem ofender o modo de vida das pessoas que vivem nesses bairros (LEÃO; OLIVEIRA, 2011, p.2). Esta realidade é presente nos bairros Maicá e Pérola do Maicá, onde as atividades como a pesca artesanal e agricultura familiar fazem parte da dinâmica econômica da população que vivem nesses bairros, reforçando as particularidades existentes nas comunidades rurais.

Dessa forma, outro dado importante diz respeito à participação das mulheres em algum tipo de organização social. Foi identificado que as mulheres que vivem da atividade da pesca artesanal e agricultura familiar estão organizadas em entidades de classe que representam suas categorias. Todas pescadoras artesanais participantes da pesquisa estão ligadas ao núcleo de base dos pescadores artesanais da Colônia de Pescadores Z-20, que funciona no Bairro Pérola do Maicá. A organização reúne-se mensalmente no terceiro domingo de cada mês para dialogar sobre as demandas da categoria e deliberações do Conselho de Pesca, bem como, para planejar as ações de ordenamento e uso do Lago do Maicá.

Quanto às agricultoras familiares, elas estão organizadas em duas entidades que congregam a categoria. Entre as pesquisadas, 14,3% são sócias da Associação dos Produtores Rurais de Santarém - APRUSAN e 85,7% ao Sindicato dos

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém – STTR, a delegacia da região funciona no Bairro Pérola do Maicá, e os associados reúnem-se no primeiro sábado do mês, a cada dois meses, objetivando discutir e deliberar sobre assuntos da classe e da organização sindical.

Estas organizações sindicais possuem núcleos nas regiões rurais do município, de modo que esse vínculo garante a elas, acesso a políticas públicas trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, entre outras. Na concepção de Leone e Teixeira (2010), o envolvimento das mulheres em organizações sociais e sindicais cooperou para o desenvolvimento e fortalecimento da mão de obra feminina no exercício de sua atividade, bem como das organizações onde estão vinculadas.

Navarro (1996), Leone e Teixeira (2010), ressaltam que o direito de vínculo das mulheres às organizações sindicais foi conquistado recentemente, a partir da década de 1980, período em que elas começam a ocupar lentamente espaços no campo e nas cidades, ganhando visibilidade política e social. Segundo Deere (2004), a inserção das mulheres nas lutas sindicais é resultado do processo de formação promovido pelas Comunidades Eclesiais de Base – CEB's e a Comissão Pastoral da Terra – CPT, que as fomentaram a questionar a condição social em que viviam, vez que as mulheres possuem problemas específicos e necessitam de políticas públicas diferenciada.

A mão de obra das mulheres pescadoras artesanais, agricultoras familiares, indígenas, quilombolas, caboclas, ribeirinhas, extrativistas está presente nas atividades de “coleta, caça e pesca voltada para a subsistência familiar, ou na economia extrativista voltada para o mercado [...]” demonstra a importância de seu esforço produtivo e reprodutivo (SIMONIAN, 2001, p 16).

As mulheres do Maicá informaram que a finalidade de seu esforço produtivo é para fins de autoconsumo e comercialização, demonstrando o quanto são importantes para dinâmica econômica local. Nesse sentido, a pesquisa identificou que todas as pescadoras artesanais e agricultoras familiares entrevistadas realizam suas atividades produtivas, há mais de dez anos.

Vale destacar que 9,1% das pescadoras dedicam dois dias da semana ao trabalho na atividade, 36,4% delas destinam três dias e 54,5% seis dias na semana. Um aspecto importante detectado diz respeito ao modelo de embarcação usada para exercer sua atividade, nesse caso, o uso da canoa foi evidenciado por 73%, em segundo lugar aparece a rabeta com 27% e a bajara por 18%. A embarcação identificada como a mais utilizada demonstra que as pescadoras artesanais não

percorrem longas distâncias para desenvolver suas atividades, sendo assim usado a que precisa de esforço manual.

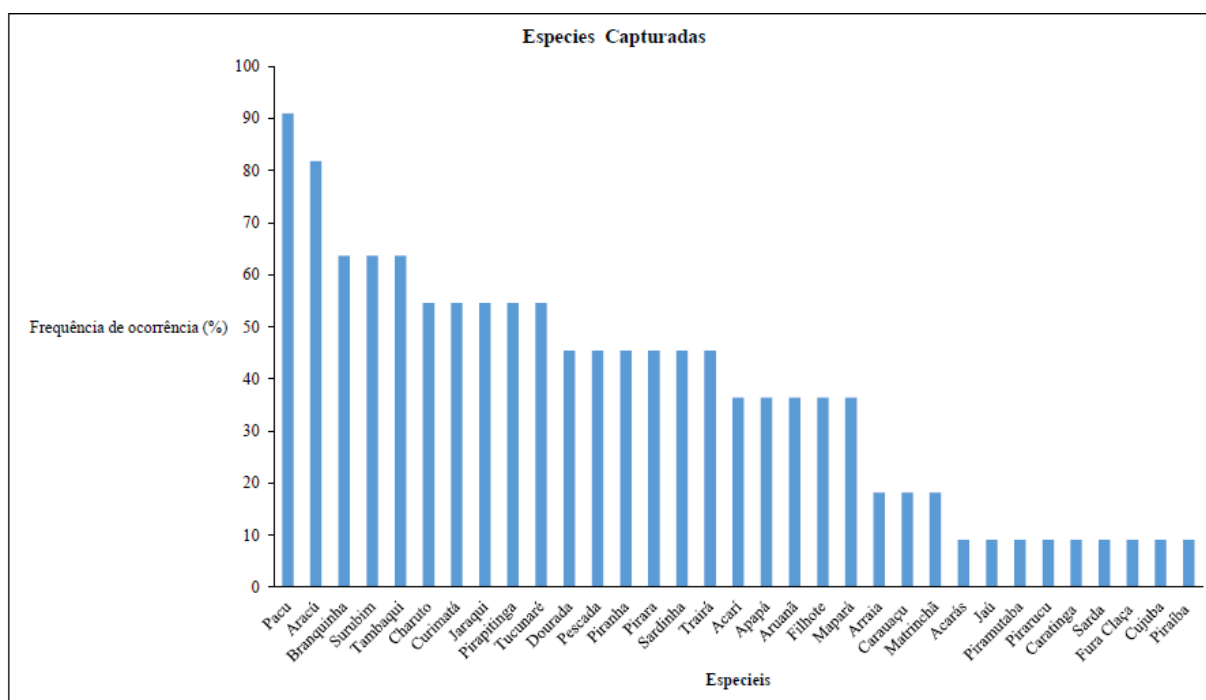
Quanto aos apetrechos usados para realização da pesca, percebeu-se que dependendo do período ou da espécie a ser capturada elas podem usar uma ou mais arte de pescar. As pescadoras artesanais usam a malhadeira e o caniço para captura do peixe (20%), 64% usam tarrafa, 55% usam o espinhel, 36% a linha cumprida, 27% usam anzol e 18% arpão. O resultado encontrado coincide com os dados já descritos por Soares & Scherer (2013), em pesquisa realizada com pescadoras de comunidades pesqueiras no estado do Amazonas, quando detectaram que “em diferentes tempos ecológicos elas usam apetrechos de pesca diversificada [...] na vazante, elas usam o caniço e malhadeira [...] durante a enchente, usam a rede de pesca e arpão, e capturam várias espécies [...] algumas vezes, tarrafiam”.

O pescado capturado é comercializado 91% vivo, chamado de “cambada” e 9% resfriado, no porto e dentro do Bairro Pérola do Maicá, ou Porto do Urumanduba. O valor semanal médio adquirido com a comercialização do pescado constatado foi de R\$ 112, 72, sendo que a cambada equivale em média 2kg de peixe, e a cambada varia conforme a espécie capturada. Somando os valores semanais recebidos com o ganho advindo do esforço produtivo com a venda do pescado, tem-se aproximadamente um valor médio mensal de R\$ 450,9, o que corresponde a 47,2% do valor do salário mínimo do ano de 2018.

O principal público consumidor são os moradores que residem nos bairros *lócus* da pesquisa e as proximidades do Lago do Maicá. Realidade que já foi descrita por Vaz (2016, p.31-32) onde afirma que “[...] a comercialização ocorre principalmente com os peixes resfriados e “*in natura*”, geralmente em frente às casas [...] ou nas ruas por cambadas, ou ainda, na beira do lago direto das embarcações no “Porto do Maicá [...]”. A estratégia de negociar o pescado faz parte do cotidiano dos moradores dos Bairros que estão às margens do referido Lago, segundo as entrevistadas não existem dificuldades para comercializar o seu produto.

Salienta-se que na análise quanto à variedade de pescado, foi observado que as pescadoras artesanais capturam 33 espécies (Figura 6), sendo que as cinco mais citadas saber pacu (*Mylossoma*) com 91%, seguido do aracu (*Leforinus fasciatus*) com 82%, branquinha (*Psectrogaster amazonica*) com 64% e com o mesmo percentual surubim (*Sorubimichthys planiceps*) e o tambaqui (*Colossoma macropomum*).

Figura 06: Pescados capturados pelas pescadoras artesanais dos bairros Maicá e Pérola do Maicá, Santarém, Pará.



Fonte: Dados da pesquisa

Ressalta-se que as cinco espécies mais citadas estão entre as dez mais capturadas no município de Santarém, conforme já descrição de Martins (2009, p. 34). Barthem; Fabr  (2004) e Cerdeira (2009) afirmam que existe uma diversidade significativa de espécies de peixes no Lago do Maicá demonstrando o potencial produtivo que o lago possui, assemelhando o às comunidades que estão na região de várzea amazônica, onde a fartura de nutrientes existente   propícia para alimenta o dos peixes.

Cabe destaque, que o solo da região estudada   considerado fértil, o que favorece o desenvolvimento de atividades como planta o de hortaliças e árvores frutífera, cria o de pequenos animais. Essa produ o tem como finalidade garantir a subsistência das famílias e abastecer o mercado local, feiras, comércios entre outros garantindo a segurança alimentar e a gera o de renda das famílias (VIEIRA, 2013, p.4-5). De forma geral, Grisa e Schneider (2008) mostram que cultivar com a finalidade de garantir as necessidades da unidade familiar, ou seja, o autoconsumo   um método cotidiano entre os agricultores familiares.

Dessa forma, a pesquisa identificou que as agricultoras familiares conciliam suas atividades produtivas com as domésticas. Observou-se que 14,3% dedicam cinco dias

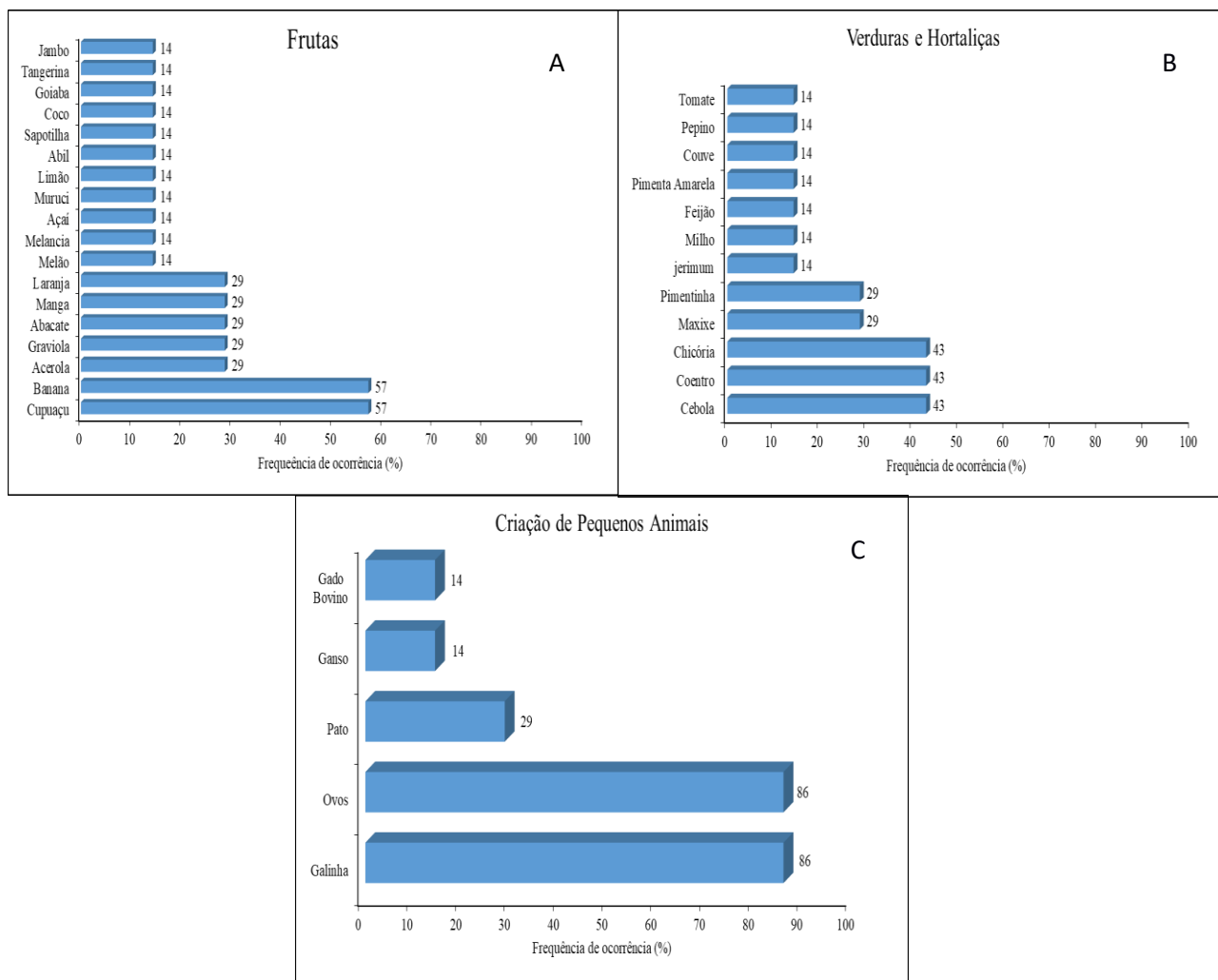
da semana à agricultura e 85,7% sete dias em sua atividade produtiva. Compreendendo um pouco mais a dinâmica produtiva das agricultoras familiares pesquisadas, percebeu-se que uma boa parte da produção é destinada para o autoconsumo e o restante é comercializado, o que vai ao encontro do mencionado por Menezes & Homma (2002), ao estudarem estabelecimentos agrícolas de Nova Ipixuna, Pará.

As agricultoras familiares produzem hortaliças, criam pequenos animais e cultivam plantas frutíferas (Figura 7). Ressalta-se que o cultivo e as criações são realizados dentro do próprio quintal das agricultoras familiares participantes da pesquisa, sendo o espaço que elas possuem disponível para realizar sua atividade produtiva. Vieira et al. (2008) mostram que a mulher é a principal manejadora de quintais agroflorestais, importantes sistemas de uso da terra. Chaves et al. (2018) acrescentam que à mulher cabe o papel de cultivar ervas medicinais, frutas e hortaliças em quintais agroflorestais, contribuindo a manutenção da biodiversidade

As agricultoras familiares pesquisadas informaram que criam para o consumo e comercializar das quais 86% criam galinhas (*Gallus gallus domesticus*) e ovos, 29% pato (*Cairina moschata*), 14% ganso e 14% gado bovino (Figura 4C). Verifica-se que, apesar das agricultoras familiares cultivarem uma variedade de produtos, 43% das entrevistadas declararam que o cultivo de hortaliças como, cebolinha (*Allium schoenoprasum*), coentro (*Coriandrum sativum*), chicória (*Cichorium intybus*), são as mais produzidas. Nas propriedades ainda é possível encontrar outras variedades de hortaliças e verduras, tais como: jerimum (*Cucurbita* spp), milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), pimenta amarela (*Capsicum* sp.), couve (*Brassica oleracea*), pepino (*Cucumis sativus*) e tomate (*Solanum* sp.).

Além do cultivo de hortaliças, verduras e a criação de pequenos animais, as agricultoras familiares têm em seus quintais plantas frutíferas que complementam a sua renda, entre as variedades encontradas o cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*) e a bananeira (*Musa* spp) 57% das áreas de agricultura familiar estudadas, seguida da produção de acerola (*Malpighia emarginata*), graviola (*Annona muricata* L), abacate (*Persea americana*), manga (*Mangifera indica*), laranja (*Citrus sinensis*), melão (*Cucumis melo*), açaí (*Euterpe oleracea*), muruci (*Byrsonima crassifolia*), limão (*Citrus limon*), abiu (*Pouteria caimito*), sapotilha (*Manilkara zapota*), coco (*Cocos nucifera*), goiaba (*Pidium guajava*), tangerina (*Citrus reticulata*) e jambo (*Syzygium malaccense*).

Figura 07: Espécies vegetais cultivadas e de animais criados pelas Agricultoras, Lago do Maicá, Santarém, Pará.



Fonte: Dados da pesquisa

As agricultoras familiares pesquisadas seguem as características já mencionadas por Grisa e Schneider (2008), pois, cultivam seus produtos visando a subsistência de sua família (autoconsumo) e o excedente é comercializado. De acordo com os dados coletados 57,1% comercializam seus produtos no bairro, 14,3% afirmaram que vendem no bairro e em feiras, 14,3% declararam vender na Feira da Cohab e 14,3% no Bairro e para Supermercado.

O rendimento semanal advindo do esforço produtivo com a venda das verduras, hortalças, plantas frutíferas e pequenos animais correspondem um valor médio de R\$ 243,6, somando os valores semanais recebidos com o ganho advindo do esforço produtivo com a venda dos produtos alcança-se aproximadamente um valor médio mensal de R\$ 974,28, R\$ 20,28 a mais que o salário mínimo vigente em 2018.

Através desta pesquisa, nota-se uma produção variada com culturas agrícolas e de criação de pequenos animais produzidos nas propriedades, com a finalidade de garantir a subsistência e gerar renda as agricultoras familiares, contribuindo para a dinâmica do desenvolvimento local.

No entendimento de Mikulcak et al. (2015), para alcançar o desenvolvimento local é necessário vencer os desafios provocados pelo avanço da globalização, sendo assim essencial o uso de diversas estratégias para geração de renda, uma delas pode ser a diversificação da produção agrícola.

Para Barbieri & Valdivia (2010) a versatilidade produtiva percebida é comumente usada nas propriedades rurais, sendo essa uma estratégia valorizar as possibilidades de produção existente dentro do espaço existente. Entendimento que dialoga com as premissas de Padua-Gomes et al. (2014), ao afirmarem que a variação na atividade produtiva torna-se uma habilidade indispensável para o equilíbrio do ecossistema, bem como é o método que leva em consideração os períodos sazonais da cada cultura produzida garantido assim a geração de renda permanente durante o ano para as agricultoras familiares.

Para Grisa (2010), uma estratégia de agregação de valor à produção agrícola familiar é a busca de inserção nos mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA que são espaços de negociação que possuem normas legais que orientam a comercialização. Nesses espaços o estado é o responsável de fazer a compra do produto direto dos agricultores familiares para distribuí-los para famílias que se encontram em situação de risco alimentar e nutricional.

3.4 Considerações Finais

A pesquisa descreveu as condições socioeconômicas das pescadoras artesanais e agricultoras familiares residentes nos bairros Maicá e Pérola do Maicá, em Santarém- Pará. As famílias das mulheres estudadas sobrevivem de atividades primárias com características rurais ligadas à pesca artesanal, produção de hortaliças, criação de animais pequenos e de grande porte entre outros.

Percebeu-se que as pescadoras artesanais e agricultoras familiares vivem em um mesmo ambiente, porém em alguns momentos as suas realidades são diferentes. As semelhanças encontradas dizem respeito ao cenário habitacional e as fragilidades existentes em relação ao acesso as políticas públicas de saneamento básico e abastecimento de água.

No que diz respeito ao cenário social, constatou-se fragilidade de acesso à educação que as pesquisadas tiveram em suas comunidades. Quanto à comercialização da produção percebeu-se que as pescadoras artesanais e as agricultoras familiares possuem produção significativa, porém não possuem uma ampliação de locais para comercializar seus produtos, estando limitado ao local onde residem, aos bairros próximos e/ou feira, onde o preço pago pelos produtos são muito baixo.

Espera-se que elas possam ter a oportunidade de conquistar espaço de comercialização institucional, como o PAA e o PNAE, onde podem negociar sua produção e ter melhor retorno financeiro. Nesse cenário a intervenção do governo municipal, estadual e federal é importante para promover a qualificação dessas mulheres para ampliar seu mercado de negociação.

Almeja -se que este trabalho possa auxiliar na discussão de políticas públicas que ajudem a mitigar as dificuldades enfrentadas no cotidiano dessas mulheres. Além disso, é um estudo que serve de aporte teórico para as instituições de pesquisa, entidade sindical e as participantes da pesquisa para debater sobre o modelo de desenvolvimento que garanta a sobrevivência dessas mulheres em suas unidades familiares, sobretudo em ambientes e ecossistemas frágeis, como o caso da várzea.

Por fim, destaca-se que a importância das atividades da pesca artesanal e da agricultura familiar na vida dessas mulheres extrapola o valor econômico e social, alcançando um valor cultural e simbólico, para garantir seu autoconsumo e caso haja excedente começam a comercializar.

A participação das pescadoras artesanais e agricultoras familiares são importantes para o desenvolvimento econômico local, bem como tem influência na qualidade de vida. O valor simbólico e emocional ficou evidente entre as pesquisadas, vez que seu esforço produtivo representa seu cuidado com os membros de sua família.

3.5 Referências

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais, 1997, p. 29.
- ALVES, R. J, M. **Diagnóstico socioeconômico, ambiental e de desenvolvimento sustentável em comunidades rurais do município de Marapanim, Pará, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Naturais e Tecnologia, Belém, 2016.
- ALVES, R. R. N.; NISHIDA, A. K. **Aspectos socioeconômicos e percepção ambiental dos catadores de caranguejo – uçá**, *Ucides cordatus cordatus* (L. 1763) (Decapoda, Brachyura), no estuário do Rio Mamanguape, Nordeste do Brasil. *Interciência*, v. 28, n. 1, 2003. p. 36 – 43.
- ANDRADE, F. V. Metais pesados em solos de área de mineração e metalurgia de chumbo. II - formas e Disponibilidade para plantas. *Revista Brasileira Ciência do Solo*, Viçosa, v. 33, , 2009. p. 1889 - 1897
- BARBIERI, C.; VALDIVIA, C.. **Recreation and agroforestry: examining new dimensions of multifunctionality in family farms**. *Journal of Rural Studies*, v. 26, n. 4, 2010. p. 465-473
- BARTHEM, R.B.; FABRÉ, N.N. **Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia Brasileira**, p.11-55. In: A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Brasileira, RUFINO, M.L. (Ed.). Provárzea/IBAMA, 2004.
- BRASIL. **Lei Nº 13.152, de 29 de Julho de 2015**. Dispõe sobre a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2016 a 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13152.htm. Acessado em: 10 de Jul. de 2018.
- _____. **Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm. Acesso em: 29 de Jun. 2018.
- BAZOTTI, A.; SUGAMOSTO, M. Renda das Famílias Rurais Paranaenses: uma análise exploratória. *Cad. IPARDES*. Curitiba, PR, e ISSN 2236-8248, v.1, n.2, 2011. p. 45-61. Disponível em: www.ipardes.pr.gov.br%2Ffojs%2Findex.php%2Fcadernoipardes%2Farticle%2Fdownload%2F417%2F350&usq=AOvVaw1VwDrBAII91ancYGWIBGeG0. Acessado em: 20 de Jul. de 2018.
- BRESOLIN, A. J.; ZAKRZEWSKI, S. B. B.; MARINHO, J. R. Percepção, comunicação e educação ambiental em unidades de conservação: um estudo no Parque Estadual de Espigão Alto – Barracão/RS – Brasil. *Perspectiva*, Erechim, v.34, n.128, p. 103-114, 2010.

CAJADO, D. M. **Da pesca artesanal à agricultura familiar: multifuncionalidade a partir da pluralidade dos sujeitos, estudo de caso.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Economia Agrícola, Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Fortaleza, 2013.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G. Transformações das Identidades Coletivas em Comunidade no Alto Solimões/AM. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n. 3, 323222, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-3772e323222>. Acesso em 4 Jul 2018.

CASTELLO BRANCO, M. L. **Cidades médias no Brasil.** In: SPOSITO, Eliseu S.; SPOSITO, Maria Encarnação B.; SOBARZO, Oscar. (Orgs.). Cidades médias: produção do espaço. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 245-277.

CASTRO, F. de; MCGRATH, D. O manejo comunitário de lagos na Amazônia. Biodiversidade, pesquisa e desenvolvimento na Amazônia. In: **Parcerias Estratégicas** - número 12 - setembro 2001. p.112- 126.

CERDEIRA, R. G. P. **Acordo de pesca como Instrumento de Gestão Participativa na Amazônia.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas como um dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Direito Ambiental. 2009.

CECCHIN, H. F. G.; PARENTE, T. G. Diversas Vozes, Muitos Dilemas: Discutindo o Programa Bolsa Família a Partir das Questões de Gênero e Empoderamento. **Desenvolvimento em Questão.** Ed. Unijuí. p. 322-352. Ano 16. Nº 43. Abr/Jun. 2018.

CHAVES, A. R. S.; CASTRO, R. R. A.; MENEZES, A. A busca pela ascensão feminina no PDS Virola Jatobá, Anapu-PA. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, e42742, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n142742>. Acesso em 4 Jul 2018.

CHAYANOV, A. V. On the theory of non-capitalist economic systems. In: D. Thorner (compil.). The theory of peasant economy, Kerblay y Smith. Illinois, 1966.

_____. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. p.342.

CHAUÍ, M. **Experiência do pensamento.** São Paulo, Martins Fontes, 2002.

COSTA, R.G.S.; COLESANTI, M.M. 2011 **A contribuição da percepção ambiental nos estudos de áreas verdes.** O Espaço Geográfico em Análise, 22: 238-251.

DEERE, C. D. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária Brasileira.** Florianópolis: Revista Estudos Feministas. 2004. p.175-204.

DELGADO, N. G. **Desenvolvimento local e extensão rural e pesqueira**, in: Estudos Sociedade e Agricultura [da] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nº 16, p. 62-73, 2001.

DIEGUES, A.C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6. Ed. Revista e Ampliada. Editora Hucitec. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP/Hucitec, 2008.

_____. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3.^a EDIÇÃO. Editora Hucitec. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP. São Paulo, 2001. p. 102.

_____. **Povos e mares: leituras em sócio-anthropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

_____. **Diversidade Biológica e Culturas Tradicionais Litorâneas: O Caso das Comunidades Caiçaras**. São Paulo: NUPAUB-USP. 1988.

_____. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**, São Paulo, 1983, Ática.

ESCHER, F.; SCHEIDER, S.; SCARTON, L. M.; CONTERATO, M. A. Caracterização da Pluriatividade e dos Plurirrendimentos da Agricultura Brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. **RESR, Piracicaba-SP**, V. 52, Nº 04, p. 643-668, Out/Dez 2014 – impressa em janeiro de 2015.

FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. **Curso de Estatística**. São Paulo: Atlas.
GALÚCIO, D. M. R.; **Amazônia: pescadores contam histórias. Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – Pro Várzea**. Coleção Retrato Regional. Santarém, PA, 2004.

GHORAYEB, N.; BARROS, T. O exercício: preparação fisiológica, avaliação médica, aspectos especiais e preventivos. São Paulo: Atheneu, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. 2008. **“Plantar pro gasto”**: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 46(2): 481-515.

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 6, n. 2, p. 97-129, 2010.

GOODE, W.J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1972.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. **Censo Agropecuário 2006 Agricultura familiar Primeiros resultados**. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf. Acesso em 4 Jul 2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de indicadores 2015 / IBGE**, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016. p. 108. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acessado em 20 de Jul. de 2018.

IPEA, 2013. **Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds>. Acesso em: 10 de Jul. de 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. **Cadernos do Programa Habitar Brasil/BID**, v. 1. Política Municipal de Habitação: Orientações para Formulação e Implementação. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/RJ, agosto de 2001.

ISAAC, V. J.; CERDEIRA, R. G. P. **Avaliação e monitoramento de impactos dos acordos de pesca na região do Médio Amazonas**. Manaus: Ibama/ Pró Várzea, Documentos Técnicos, v. 3, 2004, p. 64

ISAAC, V.J.; ROCHA V.L.C.; MOTA, S. Considerações sobre a legislação da “piracema” e outras restrições da pesca da região do Médio Amazonas. In: L.G. FURTADO; A.F. MELLO; W. LEITÃO (eds.), **Povos das águas: realidade e perspectiva na Amazônia**. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, p. 187-211, 1993.

KRZYSCZAK, F. R.. **As diferentes concepções de meio ambiente e suas visões**. Revista de Educação do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU. vol.11. nº23. 2016. p.18. Disponível em: <https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos /3551.pdf>. Acessado em 10 de Jul. de 2018.

LEÃO, R. F. de C.; OLIVEIRA, J. M. G. C. de. O Plano Diretor e a cidade de fato: o caso de Santarém-Pa. **Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL**, 2011- Costa Rica II Semestre 2011. p. 1-15.

LEONE, E. T. TEIXEIRA, M. O. **As mulheres no mercado de trabalho e na organização Sindical**. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu-MG, 2010.

LEWIS, J. **Identidade e a Região Peri-Urbana de Belém do Pará: Lições para o investimento de desenvolvimento municipal**. (2007). p.14. Disponível em: https://projects.ncsu.edu/project/amazonia/brazil_proj/Result/Identidade_Regiao_Peribana_Lewis.pdf. Acessado em 20 de Jul. de 2018.

LIMA, M. G. M.; PEREIRA, E. M. B. **Populações tradicionais e conflitos territoriais na Amazônia**. Geografias, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 107 - 119, 2007.

LIRA, S. R. B. de; SILVA, M. L. M. da; PINTO, R. S. Desigualdade e heterogeneidade no desenvolvimento da Amazônia no século XXI. **Nova Economia**. Belo Horizonte. 19 (1). 2009. p. 153-184.

MACHADO, G. da S. **A qualidade de vida é sustentável? um estudo de caso em Florianópolis/Sc**. Tese de Doutorado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2016.

MARTINS, E. de V. **Dinâmica da economia e das relações do trabalho da pesca artesanal no município de Santarém**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2009.

MATTOS, C.L.G. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In: MATTOS, C.L.G., and CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB. 2011.p. 49- 83.. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acessado em: 18 de janeiro de 2018.

McGRATH, D.G.; CARDOSO, A.; ALMEIDA, O.T.; PEZZUTI, J. Constructing a policy and institutional framework for an ecosystem-based approach to managing the Lower Amazon floodplain. **Environment, Development and Sustainability**, v.10, n.1, p.677-695, 2008.

MEDEIROS, M.; OSORIO, R. **Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1988**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001 (Texto para discussão, 788).

MENEZES, A. J. E. A.; HOMMA, A.K. O. Participação da “Produção Invisível” nos Estabelecimentos Agrícolas Familiares, no Município de Nova Ipixuna, Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, Recife. **Anais**. SOBER, 2001. p. 39. CD-ROM.

MIKULCAK, F.; HAIDER, J. L.; ABSON, D. J.; NEWIG, J.; FISCHER, J. Applying a capitals approach to understand rural development traps: A case study from post-socialist Romania. *Land Use Policy*, v. 43, p. 248-258, 2015.

MORENO, C. **O Brasil made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo** – São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

NAVARRO, Z. “**Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no Estado do Rio Grande do Sul, 1978 - 1990**”, in Navarro, Zander (org), Política, protesto e cidadania no campo. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

NISHIDA, A. K. **Catadores de moluscos do litoral Paraibano: estratégias de subsistência e formas e percepção da natureza**. Tese (Doutoramento em Ecologia e Recursos Naturais). Programa de Pós - Graduação em Ecologia e Recursos Naturais. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2010. p. 143

O' DWYER, E. C. **A construção da várzea como problema social na região do Baixo Amazonas.** In: LIMA, D. (Org.) Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Solimões e Amazonas. Manaus: Ibama/Provarzea, 2005. p.207-264.

OLIVEIRA, V. B. V. de; SILVA, R. M. P.; AZEREDO, C. D. A. dos S.. **Gestão da Pesca Artesanal no Contexto Socioambiental do Lago Cujubim Grande, Porto Velho-Ro.** (2006). Resumo enviado para o GT - 27 A pesca em áreas rurais, sustentabilidade sócio, política e ambiental, Quito, Ecuador.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 184 .

OLIVEIRA, J. M. G. C. **EXPANSÃO URBANA E PERIFERIZAÇÃO DE SANTARÉM-PA, BRASIL: QUESTÕES PARA O PLANEJAMENTO URBANO.** X Colóquio Internacional de Geocrítica. DIEZ AÑOS DE CAMBIOS EN EL MUNDO, EN LA GEOGRAFÍA Y EN LAS CIENCIAS SOCIALES, 1999-2008. Universidade de Barcelona. 2008. s/p. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/268.htm>. Acessado em: 20 de Jul. de 2018

OLIVEIRA, J. M. G. C. de. et.al. **Espaços Híbridos e Espacialidades Rural-Urbanas na Amazônia: o caso de uma periferia urbana em Santarém-PA.** Anais XVI. Encontro Nacional dos Geógrafos. Crises, práxis e autonomia: espaço de resistência e esperanças. Espaço de Dialogo e Práticas. Porto Alegre - RS, 2010. p.12.

O'NEIL, M. M.; NATAL, M. C. **Mobilidade Residencial:** alguns comentários. Revista Brasileira de Geografia, RJ, v. 50, n.2, IBGE, 1998.

PEREIRA, J. C. M. **Importância e Significado das Cidades Médias na Amazônia:** Uma Abordagem a partir de Santarém (PA). Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2004.

PEREIRA, A. dos S. **Análise das tendências de aplicação do conceito de periurbano.** Terr@Plural, Ponta Grossa, v.7, n.2, jul/dez. 2013. p. 287-304. Disponível em:

http://www.academia.edu/25436057/An%C3%A1lise_das_tend%C3%Aancias_de_aplicac%C3%A7%C3%A3o_do_conceito_de_periurbano_An%C3%A1lisis_de_las_tendencias_de_aplicaci%C3%B3n_del_concepto_periurbano_Analysis_of_trends_in_the_application_of_the_concept_of_peri-urban. Acessado em: 10 de Jun. de 2018.

PADUA-GOMES, J. B. et al. Produção orgânica no Assentamento Itamarati, em Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 9, n. 4, fev. 2015. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/16559>>. Acesso em: 15 agosto. 2018

PMS- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. **Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Centro Municipal de Informações Ambientais – CIAM.** In: INFORMAÇÕES MUNICIPAIS DE SANTARÉM SEMMA_ CIAM. Publicado em 2013. Disponível em:

http://www.santarem.pa.gov.br/arquivosdb/basico1/0.668764001357580532informacoes_2.pdf. Acesso em: 24 de Mar. de 2016.

_____. **Histórico de Santarém.** Disponível em: <http://www.santarem.pa.gov.br/conteudo/?item=121&fa=60>. Acesso em: 06 de novembro de 2017.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013: IDHM RENDA.** Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento

RABELO, Y. G. S.; VAZ, E. de M.; ZACARDI, D. M. **Perfil Socioeconômico dos Pescadores Artesanais de dois Lagos Periurbanos de Santarém, Estado do Pará.** Revista Desafios – v. 04, n. 03, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2359-3652.2017v4n3p73>. Acessado em: 10 de Jun. de 2018.

ROCHA, A. C.; CERETTA, G. F.; BOTTON, J. S.; BARUFFI, L.; ZAMBERLAN, J. F. Gestão de resíduos sólidos domésticos na zona rural: a realidade do município de Pranchita – PR. **Rev. Adm. UFSM, Santa Maria**, V. 5, Nº 4 – Edição Especial, p. 699-714, Set/Dez. 2012.

RODRIGUES, I. F. S.; RIBEIRO, C. F. T. **Violação dos direitos humanos na Amazônia:** uma análise dos casos na Comissão Interamericana de direitos humanos envolvendo povos tradicionais. Revista de Direitos Humanos em Perspectiva. Curitiba. 2016. v. 2. n. 2. p. 22-38. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwiq36aK66_YAhUCGZAKHQQIBjAQFggnMAA&url=http%3A%2F%2Findexlaw.org%2Findex.php%2Fdireitoshumanos%2Farticle%2Fdownload%2F1393%2F1827&usg=AOvVaw3lmiLFPaxfzbfSB0g1zS7. Acesso em: 10 de Jul. de 2017.

ROSA, E. P. da. **Gênero e Habitação: Participação e percepção feminina na construção de viveres.** Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Pesquisa desenvolvida para a Prefeitura Municipal de Florianópolis, Programa Habitar Brasil BID. Fpolis, 2007. p. 134. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89700/241188.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 de Jul. de 2018.

SANTOS, Á. O. dos. **Mulheres Agricultoras Familiares e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: um estudo de caso no município de Santarém-Pa.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Oeste do Pará, Campus Santarém, para obtenção do grau de Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional. 2016.

SAULE JÚNIOR, N.; CARDOSO, P. de M. **O Direito à Moradia no Brasil: Violações, práticas positivas e recomendações ao governo brasileiro.** São Paulo: Instituto Polis, 2005.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – V.18, Nº 51. 2003.

SERPA, A. (org.). **Fala periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano**. Salvador: Ed UFBA, 2001. p.318

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. **As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2011, p.21.

SILVA, Y. A. R. da. **Agricultura Mecanizada e Expansão Urbana em Santarém-PA: Padrões e Processos Espaciais**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Geografia, no Programa de Humanas da Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém-Pará. 2014. p.73.

SILVA, T. S. da; CÂNDIDO, G. A. de; FREIRE, .E. M. X. Conceitos, Percepções e Estratégias para Conservação de uma Estação Ecológica da Caatinga Nordestina por Populações do Seu Entorno. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 21 (2).2009. p. 23-37

SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres, cultura e mudanças nos castanhais do sul do Amapá**. In: Mulheres da Amazônia Brasileira: entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

SOARES, S.M.; SCHERER, E. **Pescadoras mesmo: seguro defeso e reconhecimento em comunidades pesqueiras do Lago do Rei no Amazonas**. In: SCHERER, E. (org). Trabalhadores e Trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento. Rio Janeiro: Garamond, 2013. p.79-105

SOUZA C.R. G; ANJOS F.S Impacto dos programas de eletrificação rural em comunidades rurais de Arroio Grande, RS. **Revista Extensão Rural**, (2007) 14: 37-63.

TUAN, Y. F. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução por Livia de Oliveira. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980. Disponível em: <https://public.e-livros.download/Tuan%2C%20Yi-fu%20Topofilia.pdf>. Acessado em 29 de julho de 2018.

VAZ, E. M. **Caracterização da atividade pesqueira praticada no Lago Maicá, Município de Santarém, Pará. Santarém - Pará**. 49f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado de Engenharia de Pesca), Universidade Federal do Oeste do Pará, 2016.

VAZ, E. M. S. **Técnicas de Pesca e Uso dos Recursos Pesqueiros em Comunidades do Lago Maicá, Baixo Amazonas: Sugestões Para Manejo e Conservação**. 106f. Dissertação (Mestrado em Recursos Aquáticos Continentais Amazônicos), Universidade Federal do Oeste do Pará, 2018.

VIEIRA, T. A.; ROSA, L. S.; MODESTO, R. S.; SANTOS, M. M. Gênero e sistemas agroflorestais: o caso de Igarapé-Açu, Pará, Brasil. **Revista de ciências Agrárias**, v. 50, n. 1, p.143-154, 2008.

VIEIRA, J. C. **Quilombolas na Cidade: Dilemas do Planejamento Urbano Frente ao Território do Quilombo do Maicá em Santarém-Pará**. In: XXII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2013, Curitiba-PR. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6f8805c87ad80ed9>. Acesso em: 22 de Nov. de 2017.

VINUTO, J. **A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa**: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, 22, 2014. p. 203-220

WANDERLEY, M.de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, J. C. (org.). *Agricultura familiar realidades e perspectivas*. 2 ed. Passo Fundo: EDIUPE, 1999, p. 21-55.

WHYTE, A. V. T. **La Perception de Environnement: lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain**. Paris: UNESCO, 1978, p. 134

ZHAO, M.; TYZACK, M.; ANDERSON, R. Estera Onoakpovike. Women as visible and invisible workers in fisheries: A case study of Northern England. **Marine Policy**, v. 37, 2013, p. 69–76. <http://dx.doi.org/10.1016/j.marpol>

ZACARDI, D. M. Aspectos Sociais e Técnicos da Atividade Pesqueira Realizada no Rio Tracajatuba, Amapá, Brasil. **Acta of Fisheries and Aquatic Resource**, v.3, n.2, p. 31-48. 2015.

YIN, R.K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. p. 212.

4. A PERCEPÇÃO FEMININA SOBRE QUALIDADE DE VIDA: MULHERES QUE PESCAM E CULTIVAM

Nos últimos anos, as pesquisas que norteiam o novo paradigma de ambientes sustentáveis têm buscado ampliar seus métodos de avaliação, procurando ultrapassar as análises restritas ao viés produtivista, considerando diversos elementos sociais, ambientais e econômicos que influenciam no cotidiano das pessoas (VEIGA, 2010). É essencial analisar dados que revelem os níveis de pobreza, qualidade de vida, educação, saúde, infraestrutura básica, acesso a esgoto sanitário e a água, elementos esses que possuem relação direta com o meio ambiente (BELTRÃO; SUGAHARA, 2005).

Apesar de qualidade de vida (QV) ser um tema atual de estudo, ainda não existe uma definição entre os pesquisadores de como deve ser o método para medi-la. Cezaretto (2015) defende que sua caracterização deve ter abrangência mais ampla, considerando também as questões que envolvem o desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e desenvolvimento sustentável.

Análises sobre qualidade de vida envolvem vários constructos que congregam elementos diversificados: saúde, físico e psicológico; a condição de independência; aspectos culturais e religiosos; e a relação com o meio ambiente (SILVA et al., 2005). Compreensão que se assemelha a concepção de Michelone (2002), que afirma ser necessário envolver Ciências que atuam em diferentes ambientes como a Sociologia, Medicina, Enfermagem, Psicologia, Economia, Geografia, História social, Filosofia, entre outras, para construir a definição de qualidade de vida, sendo essa a forma mais eficaz de construir um conceito mais amplo para o termo.

Não existe uma única definição de qualidade de vida, vez que esse assunto envolve questões objetivas e subjetivas a partir da percepção de uma dada pessoa com relação ao seu cotidiano. O conjunto de elementos objetivos, entre eles as condições socioeconômicas e políticas, envolvem-se com os elementos subjetivos, que são expressos na percepção que o sujeito possui sobre seu modo de vida e a sua relação com o uso dos recursos naturais (BUONFIGLIO et al., 2005). Dessa forma, a junção dos diferentes elementos que tem influência direta ou indireta no cotidiano do sujeito estudado e em seu estilo de vida, resulta na sua percepção de qualidade de vida, entendimento que pode sofrer variações de um ser humano para outro (NAHAS, 2003).

A percepção de qualidade de vida é compreendida pelos pesquisadores como um conceito amplo. Este estudo baseou-se na compreensão coletiva, em especial, no entendimento de Minayo et al. (2000, p. 08). Estes autores afirmam tratar-se de uma percepção eminentemente ligada ao ser humano, aproximando-o do nível de contentamento existente na relação familiar, social, sentimental, política, ambiental e espiritual. Sendo assim, o tema envolve diferentes sentidos que transmitem “[...] conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural” (MINAYO et al., 2000).

As pesquisas que envolvem a percepção do ser humano sobre a qualidade de vida, devem ser analisadas de forma interdisciplinar, uma vez que abrange diversos conhecimentos, bem como, elementos individuais e coletivos para alcançar uma compreensão ampla do tema envolvido na pesquisa (CAMPOS et al., 2014).

Partindo desse pressuposto os estudos sobre qualidade de vida que englobam pescadores artesanais, agricultores familiares, indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos precisam respeitar a percepção do modo de vida existente em cada grupo. Além disso, deve-se verificar as condições de acesso às políticas de saúde, educação, assistência social, previdenciária, transporte, moradia e de que modo esses grupos influenciam nos espaços decisivos (DIENER, 2006; GONÇALVES; VILARTA, 2004).

Em uma perspectiva mais ampla, existem diversos conceitos usados para caracterizar a percepção da qualidade de vida, entre os mais empregados encontra-se o significado dado pela Organização Mundial da Saúde – OMS, através do Grupo WHOQOL que define ser “[...] a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (THE WHOQOL GROUP, 1995, p. 1405). Nesse sentido, a concepção de D’Agostini e Fantini (2008) afirma que ao contrário de planejar quais identificações são essenciais para definir a qualidade de vida para se viver bem, é necessário utilizar procedimentos metodológicos que analisem as condições de se viver com base na percepção dos pesquisados.

Os estudos que trabalham a questão de gênero buscam identificar os mecanismos usados para modificar a realidade vivenciada, tendo como foco principal o protagonismo feminino, indispensável para conquista de uma melhor condição de vida familiar. Para alcançar essa condição os recursos naturais são percebidos como fonte de vida, por isso, a mulher procura utiliza-los de forma responsável, garantindo o

equilíbrio para sua sobrevivência e a sustentabilidade do ecossistema (ANGELIN, 2014).

Dessa forma, para entender as questões que envolvem a percepção de qualidade de vida é essencial atentar para a relação entre o homem e o meio em que vive, entendendo os fatores envolvidos no processo de análise (BARBOSA, 1998). No Brasil, os estudos que buscam analisar a qualidade de vida, relacionados à questão de gênero em populações tradicionais, de modo especial, envolvendo pescadoras artesanais e agricultoras familiares, são considerados contemporâneos, sobretudo aqueles que procuram descobrir os fatores essenciais que influenciam essa condição.

É oportuno realizar pesquisas que visem compreender o desenvolvimento social e a qualidade de vida dessas mulheres, para entender como promover a sustentabilidade nos ambientes onde elas vivem (LEMOS, MACHADO, PICOLLO, 2016). Nesse sentido este estudo tem como objetivo identificar a percepção de mulheres que pescam e cultivam sobre sua qualidade de vida. Espera-se dar voz às mulheres que vivem na região do Lago do Maicá, Santarém, Pará, de modo a oportunizar discussão sobre o assunto.

Para melhor compreensão, este artigo está estruturado em quatro seções. Iniciando por essa introdução, seguida da perspectiva metodológica de investigação utilizada, pela análise e discussão dos dados da pesquisa. Por fim, as considerações sobre o tema estudado e as referências bibliográficas usadas.

4.1 Percurso metodológico da pesquisa

Para alcançar o objetivo delineado, a pesquisa adotou características quanti-qualitativas. A pesquisa quantitativa foi usada como suporte para quantificar dados que necessitam ser mensurados, usando a objetividade para descrevê-los (OLIVEIRA, 2008). De acordo com o mesmo autor, por outro lado, a pesquisa qualitativa procura compreender os fenômenos existentes mediante estudo das características individuais ou coletivas de determinado grupo social.

A pesquisa qualitativa não faz uso numérico na discussão dos dados, desvinculando-se do modelo clássico usado pelo positivismo/cartesiano, mas fundamenta-se no padrão alternativo de coleta de dados, buscando analisar o comportamento do ser humano para entender a realidade de grupos organizados ou

não em sua vida cotidiana (GOLDENBERG, 1997). Esse tipo de pesquisa procura explicar as perspectivas dos participantes, “[...] sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito” (GUERRA, 2014, p. 11).

Dessa forma, os estudos que usam essa metodologia têm interesse em avaliar as questões ligadas à realidade e as dinâmicas sociais, dados que não podem ser quantificados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Segundo Minayo (2010, p.14), as pesquisas qualitativas envolvem em suas análises “[...] o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atividades, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Os procedimentos usados na pesquisa têm características de estudo de caso, pois, procurou-se retratar as situações mais delicadas de forma detalhada, por meio de dados que descrevam as diversas formas de observar o espaço onde vivem. Na concepção de Yin (2005, p.20), “o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos e mudanças ocorridas em regiões urbanas”.

4.1.1 Contextualização do espaço geográfico da pesquisa

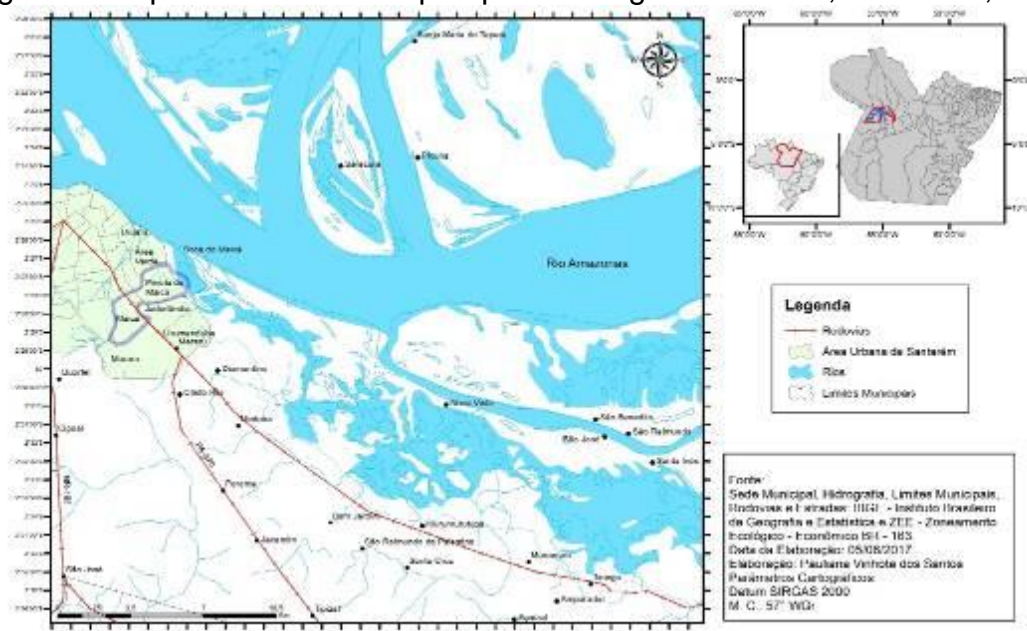
A pesquisa foi realizada no município de Santarém, no estado do Pará, localizada a margem direita do rio Tapajós, na confluência com o rio Amazonas, pertencente a Mesorregião do Baixo Amazonas (RABELO; VAZ; ZACARDI, 2017). A área territorial do município de Santarém é de aproximadamente 17.898,389 km², com uma densidade demográfica de 12,87 hab/km². De acordo com o Censo de 2010, a população alcançou 294.580 habitantes, divididos em 50,1% do sexo feminino e 49,0% masculino (IBGE, 2017). Nas últimas décadas, a cidade passou a desempenhar função de destaque na dinâmica econômica do estado, demonstrando sua predominância urbana entre os dezesseis municípios que compõe a referida Mesorregião, resultante da concentração dos serviços de saúde, educação, transporte, comércio e infraestrutura instalada no município.

A maior parte do território municipal está concentrada na região rural, abrangendo 22.810 km² e o restante encontra-se na região urbana, que corresponde a

77 km². Apesar dessa divisão, a população é essencialmente urbana, somando 73,25% dos habitantes residindo nos 48 bairros existentes. Os demais representam 26,75% que habitam na maior área territorial abrangendo 417 comunidades nas regiões de várzea, planalto e rios (PMS, 2013).

Entre os bairros existentes, trabalhou-se em dois que possuem particularidades periurbanas¹⁰, localizados na periferia do município, às margens do lago Maicá (Figura 1). É uma região que possui peculiaridades da área rural, de modo especial a região de várzea, caracterizada pela subida e descida do nível das águas, fenômeno referido como inverno e verão, respectivamente (ISAAC; CERDEIRA, 2004), influenciados por rios de águas barrentas.

Figura 6. Mapa com o *lôcus* da pesquisa na região do Maicá, Santarém, Pará.



Fonte: Adaptado de SANTOS (2017).

Os bairros Maicá e Pérola do Maicá são considerados periféricos por existir infraestrutura precária, acesso limitado aos serviços públicos e a maioria dos moradores serem considerados de baixa renda, realidade que expressa o baixo investimento do recurso público, deixando-os isolados social e economicamente (OLIVEIRA, 2008). Realidade que se assemelha a constatação já descrita por Serpa (2001), que a periferia é o local onde residem as pessoas de pouco poder aquisitivo,

¹⁰ [...] áreas periurbanas são concebidas como espaços de transição. Áreas em que coexistem lógicas urbanas e rurais, criando espaços com atributos específicos, fragilidades e potencialidades próprias, resultantes das interações dos elementos urbanos e rurais. Sua transição se destaca do ponto de vista paisagístico, socioeconômico e ambiental (PEREIRA, 2013, p. 292).

demonstrado por meio da estrutura de moradia, diferenciando-a das características dos espaços centrais da cidade, sendo essa uma demonstração da existência de segregação socioespacial.

De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Santarém (2013), no espaço escolhido para realização da pesquisa habitam 604 (seiscentas e quatro) famílias, destas 164 estão distribuídas no bairro Maicá e 440 no Pérola do Maicá. Os terrenos são divididos em lotes, a organização das casas segue o formato encontrado nas demais áreas da periferia urbana. Segundo Rufino (2016, p. 21), os espaços periurbanos no Brasil podem ser “[...] interpretados como expediente de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho e importante instrumento de ampliação dos ganhos na indústria, expressando dessa maneira as intensas desigualdades da urbanização brasileira”.

Conforme Vieira (2013), estudos em territórios quilombolas na grande área do Maicá, mostram que existem vários campos de futebol dispersos ao longo de sua extensão, espaço onde os moradores praticam o esporte como forma de lazer, além disso, ainda existem muitos terrenos sem ocupação. Embora, os bairros integrem a área considerada urbana, possuem particularidades distintas de modo especial pelas atividades produtivas desenvolvidas pelos seus habitantes.

Entre os moradores existem pescadores artesanais, agricultores familiares, quilombolas entre outros, resultado da ocupação por pessoas oriundas de diferentes localidades do município, sobretudo dos migrantes da área rural, em especial da várzea. Essa configuração reflete na dinâmica produtiva diversificada, pois nas “[...] áreas consideradas mais fecundas, há produção de hortaliças que são utilizadas e comercializadas [...] nos quintais das casas e nos terrenos vazios, percebe-se pequenas criações de galinha e de gado”. Além disso, uma parte significativa dos moradores exerce a atividade da pesca artesanal para garantir sua subsistência e geração de renda (VIEIRA, 2013, p.33).

4.1.2 Coleta de dados

Primeiramente, ocorreram reuniões separadas com a direção do Sindicato dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém (STTR) e com a direção da Colônia

de Pescadores Z-20, com a finalidade de apresentar o projeto de pesquisa e levantar informações preliminares a respeito do quantitativo de mulheres filiadas a estas entidades e residentes nos bairros escolhidos para realização do estudo, além de solicitar autorização para sua realização. De posse do documento emitido pelas entidades permitindo a realização da pesquisa, e após a emissão do Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o número 2.452.021, emitido pelo Instituto Esperança de Ensino Superior. Com as devidas autorizações para a realização da pesquisa de campo procedeu-se a coleta de dados no período de março a maio do ano de 2018, com as pescadoras artesanais e agricultoras familiares dos bairros Maicá e Pérola do Maicá.

Ressalta-se que a pesquisa de campo seguiu as diretrizes destacadas por Lakatos e Marconi (2003, p.23) onde afirmam ser “[...] utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. Utilizou-se do método etnográfico para auxiliar no entendimento da procedência dos fatos analisados, pois, o pesquisador coleta, observa e convive no ambiente estudado, oportunizando uma melhor descrição do cotidiano do objeto de estudo.

Como forma de compreender a organização social em que as pescadoras artesanais e agricultoras familiares são filiadas, participou-se das reuniões do núcleo de base da Colônia de Pescadores Z-20 e da delegacia sindical ligada ao STTR com a finalidade de identificar *in lócus* as mulheres que estão em plena atividade na pesca artesanal e na agricultura familiar. Para inclusão da participante na pesquisa, adotaram-se as seguintes características: a) ser mulher; b) residir nos bairros escolhidos como espaço de estudo; c) estar em plena atividade da pesca artesanal ou da agricultura familiar e d) ser sócia das entidades sindicais de cada categoria.

Ao iniciar a coleta de informações as participantes da pesquisa receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE, aprovado pelo CEP. Este documento permitiu que as pescadoras artesanais e as agricultoras familiares tivessem acesso às informações sobre o objetivo do estudo, a justificativa e os procedimentos metodológicos relacionados à pesquisa e após leitura minuciosa emitiram seu consentimento de participação.

Segundo informações da coordenação do núcleo de base da Colônia de Pescadores Z-20, no Bairro Pérola do Maicá, a organização possui 19 (dezenove)

pescadoras artesanais em seu quadro de associados, no entanto, encontrou-se na relação 08 (oito) pescadoras que não possuíam critérios estabelecidos para participação na pesquisa. Seguindo os critérios de inclusão já descritos, atingiu o total de 11 (onze) pescadoras artesanais.

No que se refere ao quantitativo das agricultoras familiares, de acordo com as informações da direção da delegacia sindical ligada ao STTR, existem 20 agricultoras familiares associadas. No entanto, não foi possível chegar ao quantitativo total de mulheres que residem nos bairros definidos, dessa forma a pesquisa foi realizada com 35% das agricultoras familiares encontradas no espaço de estudo e que respondiam aos critérios de inclusão já mencionados.

Para a coleta dos dados primários usou-se formulário de pesquisa de campo, em formato de entrevista que se constituiu de 12 (doze) perguntas abertas que versavam sobre a percepção do ambiente, qualidade de vida, bairro, moradia, rotina e atividade produtiva com base na compreensão das participantes da pesquisa, possibilitando um melhor entendimento do tema em estudo. Como apoio à coleta dos dados, recorreu-se à gravação consensuada de áudio das entrevistas com a finalidade de garantir que todas as informações fossem capturadas, para posterior transcrição. De acordo com Goode e Hatt (1972), este método "[...] consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social como a conversação". Sendo assim, esse todos percursos realizados para obtenção dos dados da pesquisa.

4.1.3 Análise de dados

Os dados coletados por meio da aplicação do formulário de pesquisa de campo em formato de entrevista diretamente aplicados as mulheres que pescam, criam e cultivam foram transcritos na íntegra para alimentar um banco de dados no programa *Excel for Windows* com as informações necessárias para análise.

Os dados qualitativos foram analisados com a utilização da técnica de análise textual discursiva que envolve particularidades da análise de conteúdo e análise de discurso (MORAES; GALIAZZI, 2006). Sobre essa técnica Torres et al. (2008) destacam que “os procedimentos da Análise Textual Discursiva, associados às etapas da Investigação Temática, favoreceram a sistematização do processo de interpretação do conhecimento dos sujeitos envolvidos nessa investigação”.

A utilização desse método possibilitou auto-organização dos dados propiciando sua interpretação, de modo que novas compreensões foram reveladas em uma continuidade recursiva, utilizando os três elementos que compõe a técnica: a unitarização, a categorização e a comunicação (MORAES, 2003). A primeira fase empregada, a unitarização, propiciou a fragmentação dos dados, indicando e apresentando as unidades coletadas e analisadas durante pesquisa de campo. A referida fase contribuiu na interpretação dos discursos das pescadoras artesanais e das agricultoras familiares, considerando a condição de entendimento da pesquisadora (MORAES; GALIAZZI, 2006).

Na categorização, que compõe a segunda fase do método, reuniram-se as questões semelhantes, nomeando e estabelecendo as categorias para análise e entendimento amplo da representação coletiva. Nesse processo iniciou-se a relação das unidades analisadas constituindo a organização das categorias, essa fase corresponde a simplificações, reduções e sínteses de informações de pesquisa, concretizados por comparação e diferenciação de elementos unitários, resultando em formação de conjunto de elementos que possuem algo em comum (MORAES; GALIAZZI, 2007). As categorias identificadas foram usadas para organizar a exposição dos resultados e análise dos dados da pesquisa, sendo que em cada uma usou-se frases emitidas pelas pesquisadas.

Na terceira fase do método identificado como comunicação, iniciou-se a construção do conteúdo, por meio da elaboração dos metatextos, considerada a etapa mais importante da metodologia, onde os pesquisadores desenvolveram a construção textual dos resultados deste estudo, qualificando as categorias estabelecidas na fase anterior “[...] que ao serem transformadas em textos, encaminham descrições e interpretações capazes de apresentarem novos modos de compreender os fenômenos investigados” (MORAES; GALIAZZI, 2007, p.89). Nesse processo, é necessário o aperfeiçoamento contínuo, pois, em seu decorrer pode surgir novas descobertas. Em resumo, a metodologia apresentada como Análise Textual Discursiva pode ser entendida como um ciclo, de acordo com o discorrido anteriormente e ilustrado na Figura 2.

Figura 7: Ciclo analítico com Análise Textual Discursiva



Fonte: Adaptado de Moraes e Galiazzi (2006).

O ciclo analítico apresenta como ocorre o processo no método da Análise Textual Discursiva. Segundo Moraes e Galiazzi, (2007, p.89) na primeira fase, unitarização, ocorre a fragmentação dos dados coletados, sendo o momento de identificar as unidades que serão analisadas, preparando para o passo seguinte. Na próxima fase, categorização, adentra-se no processo de organização das unidades encontradas, onde são construídas as categorias para investigação e compreensão da representatividade coletiva do tema. Por fim, materializa-se a comunicação, demonstrada por meio do metatexto que constrói a escrita do objeto investigado.

O percurso metodológico fundamentou a organização e materialização das informações coletadas que subsidiaram a estruturação dos dados analisados na pesquisa. Dessa forma, auxiliou o entendimento da percepção de temas diferenciados retratados pelas pescadoras artesanais e agricultoras familiares demonstrando o cotidiano vivenciado e sua interligação com a qualidade de vida dessas mulheres.

4.2 Discussão acerca do tema

A terminologia *qualidade de vida* tornou-se presente no cotidiano da sociedade contemporânea, como forma de descrever a condição social, econômica ou emocional vivenciada pelo ser humano. No entanto, não existe uma definição consensuada do seu significado, pois este se encontra em constante processo de construção “[...] ora

identificam-na em relação à saúde, ora à moradia, ao lazer, aos hábitos de atividade física e alimentação [...]” sendo que todos esses elementos possuem ligação direta ou indireta para garantia de uma boa qualidade de vida (ALMEIDA et al., 2012, p.15).

Para o entendimento mais abrangente do significado do termo qualidade de vida é essencial um constante envolvimento das diferentes áreas das ciências humanas, biológica, social, econômica, política, história, filosofia entre outras demonstrando toda a complexidade para o processo de análise (MICHELONE, 2002). Seguindo essa mesma linha a definição dada pela Organização Mundial da Saúde – OMS, demonstra que QV precisa ser analisada com base nos fatores objetivos e subjetivos, sendo assim resultado da percepção de vida do pesquisado em seu ambiente cotidiano seja no âmbito cultural, religioso ou produtivo (THE WHOQOL GROUP, 1995).

Na concepção de Campos et al. (2014, p. 240) “o termo qualidade de vida abrange outros significados e integram valores individuais e coletivos, sendo, portanto, uma construção social que se realiza na comunidade por meio da intersetorialidade e da participação social e do empoderamento”. Dessa forma, o sentido de QV tem relação com as questões de âmbito pessoal e comunitário modificados conforme os ambientes, valores e o tempo. Além disso, sofre influência de elementos ligados a natureza humana, com ênfase nos princípios considerados como não materiais entre amor, liberdade, alegria, caridade, satisfação pessoal e participação social.

Os estudos sobre qualidade de vida podem ser caracterizados como interdisciplinar, pois envolve conhecimento de diferentes ciências para ajudar no entendimento dos fatores que contribuem direta e indiretamente no processo de análise (ALMEIDA et al., 2012). Os dados demonstraram que a percepção que prevaleceu foi a de gênero, pois as mulheres que desenvolvem a atividade da pesca artesanal e a agricultura familiar vivem em um mesmo ambiente e percebem a qualidade de vida de forma semelhante.

4.2.1 Percepção feminina da qualidade de vida

“[...] A qualidade de vida que eu acho também é isso, a tranquilidade, o canto dos pássaros a tarde, de manhã cedo, não tem aquele barulho que tem na cidade, só os pássaros a tardezinha” (Mulher 2, 53 anos de idade).

Tanto a definição da The Whoqol Group (1995) quanto de Campos et al. (2014) são muito valiosas, levando em consideração a subjetividade da temática, procuram envolver diversos elementos, percepções e perspectivas relacionando funções físicas,

social e intelectual do ser humano. Esta contextualização sobre a percepção de qualidade de vida foi extraída das falas durante a entrevista com mulheres que pescam e cultivam residentes nos bairros onde a pesquisa foi desenvolvida.

Diversos fatores objetivos e subjetivos sobre a percepção da qualidade de vida foram evidenciados, entre eles saúde, trabalho e família que serão analisados a seguir. Além desses, apresentam-se também religião e relação comunitária que influenciam de modo significativo nessa compreensão.

A religião é compreendida como fator subjetivo, pois é o estado em que a pessoa encontra conforto espiritual, sendo praticado dentro de um templo ou através das atitudes comunitárias de solidariedade com o próximo. Devido sua importância a OMS publicou uma resolução em 1999, incluindo o âmbito espiritual como componente a ser considerado na percepção de qualidade de vida (MOREIRA-ALMEIDA, 2010; KOENIG, 2011).

4.3 Resultados e Discussão

A percepção das pesquisadas sobre qualidade de vida evidencia fatores relacionados à saúde, família e trabalho. O fator saúde apresenta-se com maior expressão assumindo função fundamental na percepção de qualidade de vida, estando presente em 28% do discurso das mulheres:

Saúde

*“É alimentação saudável, cuidar de levar as crianças para vacinar, é a mulher fazer o preventivo e ir ao médico se consultar e alimentação na hora certa, cuidar da **saúde**”* (Mulher 9, 43 anos de idade).

*“Está bem com a vida. Ter **saúde**, amigos”* (Mulher 12, 51 anos de idade).

*“É quando a pessoa tem uma vida com **saúde** e tranquilidade”* (Mulher 16, 55 anos).

*“Eu acho que é não passar fome, é tá feliz, com certeza, ter a sua **saúde** em dia, e ter seus direitos respeitados”* (Mulher 13, possui 51 anos).

*“Ter uma vida boa, porque eu tenho meus filhos bem de **saúde** e o trabalho que eu tenho não dá pra manter toda a coisa, mas um pouco e foi onde eu to criando meus filhos com esses trabalho”* (Mulher 1, possui 41 anos).

De acordo com Pacheco et al. (2014), a percepção de qualidade de vida aparece intimamente relacionada à condição da saúde, ou seja, o contexto que cada uma está

vivendo para realizar suas atividades domésticas e produtivas. A percepção do ser humano sobre saúde é resultado de seu próprio entendimento sobre seu estado de saúde e as dificuldades que podem afetá-la, podendo sofrer influência de “[...] variáveis como a idade, sexo, nível social e econômico, cultura e a natureza dos problemas de saúde” (TAVARES e NUNES, 2007, p.25).

Nesse aspecto, saúde é compreendida na concepção de felicidade, satisfação com a vida entre outros, estando relacionada à inexistência de doença. Dessa forma, saúde apresenta-se como um fator importante para qualidade de vida, propiciando condições de trabalho para garantir sua sobrevivência e de sua família.

O estudo com mulheres que pescam e cultivam no Maicá mostrou ainda que o elemento família se destaca na fala de 17% das participantes da pesquisa, demonstrando sua influência na percepção de qualidade de vida:

Família

*“[...] Pra mim qualidade de vida é viver bem tá bem com a **família**, com o marido fazer aquilo que tu gosta [...]” (Mulher 5, possui 45 anos).*

*“Eu acho que qualidade de vida é fazer tudo que gosta, é tá bem, né, eu acho q é estar bem, principalmente na **família** que é muito importante” (Mulher 7, possui 40 anos).*

A família composta por cônjuge, filhos e parentes próximos, desempenha papel importante na qualidade de vida das pesquisadas, estando relacionada ao prazer do convívio no núcleo familiar, nas relações comunitárias e ambientais. Minayo (2000, p.08) destaca que “qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial [...]”.

O fator relacionado a trabalho, presente em aproximadamente 12% das falas das entrevistadas, demonstra que a percepção de qualidade de vida está intimamente ligada com a ocupação e seu papel na produção.

Trabalho

*“[...] O **trabalho** que faço é porque eu gosto mesmo. Não é forçado” (Mulher 5, possui 45 anos).*

*“Tudo que você **trabalha**, o dia a dia e você constrói e que não cause problema pra você e nem pra associação, pras pessoas. Isso é uma qualidade de vida muito boa. **Trabalhar** também naquilo que você gosta [...] **Trabalhar** as pessoas gostam do que você trabalha” (Mulher 6, possui 55 anos).*

No relato das participantes da pesquisa, fica evidente que os fatores saúde, família e trabalho, influenciam de forma predominante as suas percepções de qualidade de vida. De acordo com Schalock e Verdugo (2003), existem alguns fatores que envolvem a percepção de qualidade de vida, como a relação familiar, comunitária, trabalho, bens e a relação social.

A percepção encontrada na pesquisa demonstra ligação afetiva com o trabalho, possuindo uma dinâmica própria para o uso do ambiente onde vivem, sendo esse usado para atividades familiares, religiosas, sociais e produtivas. Essa afetividade é uma motivação para que as pesquisadas se dediquem na realização de suas atividades produtivas, alcançando sua realização pessoal. Davis e Newstrom (1992) relatam que a pessoa tem predisposição a desenvolver motivações como produto de vivência, o qual influencia o seu modo de vida e o desempenho de suas atividades produtivas.

A lógica do esforço produtivo e reprodutivo das pesquisadas está relacionada ao ciclo do ambiente natural, que para Simonian (2001) e Diegues (2008) pode acompanhar questões místicas e culturais que definem o tempo propício para caçar, pescar, colher, plantar, coletar os frutos da floresta, campinar e fazer roçado. Os recursos naturais existentes têm valor simbólico, considerado fonte de vida, sendo assim é usado de forma equilibrada garantindo a sobrevivência de sua família e o equilíbrio do ecossistema.

As participantes demonstraram satisfação em desenvolver atividade produtiva diversificada como: pescar, cultivar pequenas plantações de hortaliças e criar pequenos animais. Para Ghizelini (2009), estas atividades são voltadas para subsistência, garantindo o bem-estar, melhoria de condição de vida e a segurança alimentar e nutricional das famílias, comercializando apenas o excedente, ação que contradiz a lógica capitalista que se fundamenta na potencialização do lucro e concentração da riqueza, características do *homo economicus*.

É importante ressaltar que todas as participantes da pesquisa afirmaram não ter interesse em mudar de atividade produtiva, demonstrando que elas se sentem realizadas, pois têm condições de contribuir na sobrevivência da família. Nos relatos fica evidente a vontade de permanecer na mesma atividade.

“Não, nunca. Porque eu gosto dessa atividade, eu me sinto muito grata ela. Me dá prazer de viver, incentivar meus filhos também à natureza” (Mulher 6, possui 55 anos).

“Não. Porque, por causa disso, do consumo. Pra consumir e com certeza, uma fonte de renda, né” (Mulher 7, possui 40 anos).

“Não. Acho que não me acho em outra coisa. Eu faço outros serviços, mas minha atividade é essa mesmo. Jogar a linha e pegar um peixe é uma alegria pra gente...só de pensar que vai acabar tudo isso dá uma tristeza muito grande” (Mulher 8, possui 56 anos).

“Não, porque eu gosto da pescaria, se tiver com algum problema lá se desfaz, eu gosto muito desde criança” (Mulher 10, possui 43 anos).

“Não, porque garanti minha renda de forma digna e gosta de pescar” (Mulher 16, possui 55 anos).

“Não. Porque é uma atividade boa [...] é cansativa, mas é bom” (Mulher 17, possui 51 anos).

A permanência na realização da atividade pode ser considerada uma estratégia de construir ambientes de valorização e visibilidade de seu esforço produtivo, entre seus familiares e a sociedade, contrapondo-se a ideia de “in” visibilidade existente nas relações sociais.

O desenvolvimento da atividade produtiva proporciona às participantes da pesquisa autoestima, poder de decisão e autonomia econômica, além disso, é considerada uma terapia por propiciar momentos de reflexão e distanciamento dos problemas. Percepção identificada por Guimarães (2014, p. 34) em pesquisa de gênero realizada em uma cidade da Região Metropolitana de Santarém, ao afirmar que “[...] a elevação da autoestima dessas mulheres, bem como a criação de condições favoráveis ao poder de decisão em suas mãos promovida pela autonomia financeira, permitindo ainda que estas planejem a vida familiar a médio e longo prazos”.

O esforço produtivo e reprodutivo faz parte do cotidiano dessas mulheres, pois, no rol de atividades relatadas elas assumem de forma solitária a responsabilidade das atividades domésticas e algumas delas nas atividades produtivas têm a companhia de seus cônjuges ou filhos. Para Morena e Figueiredo (2014), é necessário ocorrer uma expansão da concepção de trabalho, incluindo as atividades formais e informais dando maior visibilidade as tarefas assumidas pelas mulheres na sociedade contemporânea, essa linha de pensamento auxilia na desmistificação da ideia que o esforço produtivo e reprodutivo desenvolvido pela mulher é uma extensão de sua função familiar.

Os dados demonstraram que as pesquisadas assumem uma dupla jornada de trabalho, somando em média 16h de dedicação nas diversas atividades realizadas. A rotina diária começa muito cedo, em média, às 5h30 da manhã, com os afazeres

domésticos, a limpeza ao redor da residência, cuidado com a família e as atribuições de sua atividade produtiva, conforme relatos:

“Eu me acordo 5h, vou no banheiro, me jogo uma água, vou fazer café, aí vou cuidar das minha galinha, vou olhar meu canteiro, vou varrer um quintal, vou lavar uma roupa [...] Acorda menino pra ir pra escola é uma agonia de manhã [...] faço almoço pra quando chegarem já tá tudo pronto [...]. A hora de almoço é meio dia, só que eles chegam 1h, mas eu espero eles pra almoçar [...] descanso um pouco e continuo na atividade. Vou puxar uma folha, tirar uma lenha, que eu gosto muito de cozinhar na lenha, eu tenho meu gás, mas eu gosto de cozinhar na lenha. Em relação a pesca: A gente sai cedo, cedo, cedo mesmo, depois que todo mundo sai pro colégio a gente vai embora pro rio. A gente tira um dia pra tirar lenha...[...]Faz a janta, Deus o livre não ter janta, todos querem jantar. Durmo as 21hs, mas agora eu to gostando de ver a novela. Aí eu assisto a novela deitada, já” (Mulher 8, possui 56 anos, desenvolve atividade produtiva há mais de 10 anos).

“Acordo as 4hs da manhã, faço café, tomo café quando dá 5h eu já vou, [...] já vou começar a limpeza de louça, lavagem de roupa. Gente se vocês chegarem aqui 6hs minha roupa já toda estendida Em seguida vou pra limpeza de quintal, depois eu venho pra providencia de comida, já deixo tudo temperado, tudo no ponto, aí quando eu tenho a costura pra costurar, vou pra máquina, pra costurar, quando eu saio dessa costura, aí é o tempo que eles chega aí eu vou botar o almoço, vou fazer essas coisas todinho, aí sim....se tem a malhadeira pra consertar, se tem a malhadeira pra tecer [...] quando é de tarde já tem que providenciar a janta [...] aí quando eu não saio pra ir pra algum lugar, vou pra ginastica que a doutora me pediu [...] a noite tomo banho, vou pra igreja e vou descansar [...]9 e meia, 10 horas já to deitada” (Mulher 12, possui 51 anos, desenvolve a atividade produtiva há mais de 10 anos).

“Eu me acordo 5horas porque tenho uma filha que estuda de manhã e vou fazer o café dela e de lá vou colocar o milho pra galinha e vou cuidar dos pinto também. Aí de lá depois de fazer tudo isso eu molho meu canteiro. De lá, eu volto e vou tomar café. Depois vou cuidar das minhas filha, ajudar fazer o dever de casa. Aí de lá vou colher os ovos e armar o cheiro verde. Aí dou um tempinho pra descansar, nesse momento vou tecer meu crochê. Vou fazer o almoço de 11 e meia pro meio dia, aí vou cuidar da casa [...] janto umas 8horas e vou dormir 21hs” (Mulher1, possui 41 anos, desenvolve a atividade produtiva há mais de 10 anos).

“Meu filho acorda 5 e meia. Tem que fazer o café, que 6horas ele sai daqui pro trabalho. Aí faz o café pra ele tomar, aí de lá vou arrumar a casa, varrer a casa, depois lavar as louças. Aí vem a merenda pra fazer 9horas. Da merenda já passa pro almoço, aí do almoço tem a roupa pra lavar... aí lavo a roupa de tarde. Aí de tarde que já vou pra horta quando esfria mais o sol, depois vem a janta, depois vou jantar e dormir. Aqui a gente costuma dormir cedo, janta as vezes 6h, 7horas e 8horas tá todo mundo deitado” (Mulher 2, possui 53 anos, desenvolve a atividade produtiva há mais de 10 anos).

O resultado alerta para uma questão de desigualdade na divisão das tarefas entre os membros da família, demonstrando a exploração existente no processo produtivo não remunerado deixando invisível o esforço da mulher no ambiente familiar. Observou-se a concepção de inferioridade das entrevistadas, não contabilizando todas as tarefas realizadas em sua rotina cotidiana, como as atividades domésticas e de

cuidado com unidade familiar, atribuindo como de maior importância as ocupações que ajudam na obtenção da renda. Gomes Junior e Andrade (2013) mostram que elas são “[...] as principais responsáveis pela manutenção da unidade familiar, assumindo o controle pelos hábitos alimentares da família” (GOMES Jr; ANDRADE, 2013, p.398). Conforme a figura abaixo:

Figura 8. Rotina diária das pesquisadas



Fonte: esta pesquisa.

Essa realidade diverge da lógica do novo paradigma da teoria econômica feminista, que busca promover a visibilidade da contribuição feminina de forma mais ampla, abrangendo o esforço produtivo remunerado e não remunerado (NOBRE; FARIA, 2002). Esse novo olhar soma-se às conquistas já adquiridas pelas mulheres ao longo da história, como direito ao voto, a inserção nos espaços públicos e políticos entre outros, mas ainda existem algumas desigualdades sociais que interferem nas relações de gênero. Na concepção de Fassarella (2007, p.46), “a divisão sexual do trabalho e as relações de sexo assumiram formas históricas em conjunturas distintas, porém independentemente das esferas ocupadas pelos atores sociais, o trabalho de homens e mulheres deve ser valorizado como produtivo”.

As mulheres participantes da pesquisa não percebem sua atuação no processo produtivo e reprodutivo dentro da sua unidade familiar, deixando assim de reconhecer a importância de sua mão de obra no processo de produção. Mesmo assim, essas mulheres que pescam e cultivam identificam as atividades produtivas desempenhadas como um dos fatores essenciais em sua percepção de qualidade de vida.

4.4 Considerações Finais

O estudo teve o objetivo de descrever a percepção da qualidade de vida na visão das mulheres que pescam e cultivam à margem de um lago na cidade de Santarém, Pará. Por meio da análise das suas percepções sobre qualidade de vida, é possível concluir que as mesmas estão ligadas a fatores relacionados à saúde, família, trabalho, religião e relação comunitária, que se complementam na promoção de sua realização pessoal e do bem-estar familiar. O fator saúde não está relacionado apenas com ausência de doença, mas sim com a condição delas desenvolverem todas suas atividades.

A relação harmoniosa familiar é um fator de realização pessoal e o trabalho um fator motivacional na vida dessas mulheres, inclusive demonstrando que não sentem vontade de mudar de atividade. Na sua rotina de trabalho, elas não percebem a importância das atividades domésticas e cuidado com a família que elas desenvolvem. Dessa forma, as atividades ligadas ao cuidado com a família e a casa não são mensuradas como carga horária diária de trabalho, assim como não são valorizados os esforços dedicados a essas atividades.

Percebeu-se que o resultado encontrado apresenta um olhar feminino da qualidade de vida, transcendendo a questão da atividade produtiva, pois, elas vivem no mesmo espaço geográfico e partilham de sonhos e desafios semelhantes. A percepção da qualidade de vida na visão das mulheres que pescam e cultivam, residentes nos Bairros Maicá e Pérola do Maicá, contribui para ampliação das discussões sobre a temática e que colabora com a formulação ou ajustes de políticas públicas que envolvam as mulheres pela importância econômica que exercem dentro do município de Santarém.

4.5 Referências

- ALMEIDA, M. A. B. de; GUTIERREZ, G. L.; MARQUES, R. **Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa** – São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades– EACH/USP, 2012. p. 142.
- ANGELIN, R. M.. **Ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?**. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Qualidade de Vida e ambiente: uma temática em construção**. In: BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas (org.). A temática ambiental e a pluralidade do Ciclo de Seminários do NEPAM. Campinas: UNICAMP, NEPAM, 1998, p. 401-423.
- BELTRÃO, K. I.; SUGAHARA, S. **Infraestrutura dos Domicílios Brasileiros: uma análise para o período 1981-2002**. Rio de Janeiro: IPEA, MAR. 2005. (texto para discussão, n. 1.077). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4257. Acessado em: 16 de Ago. de 2018.
- BUONFIGLIO, F. et al. **Qualidade de vida: conceitos, dimensões e aplicações**. São Paulo: Midia Alternativa Comunicação e Editora CESCO – Centro de Estudos de Saúde Coletiva. *Coleção Temas Interdisciplinares*, v.2. p.36, 2005.
- CAMPOS, A. C. V. et al. **Empoderamento e qualidade de vida de adolescentes trabalhadores assistidos por uma entidade filantrópica de apoio ao adolescente**. Saúde Soc. São Paulo, v.23, n.1, 2014, p.238-250.
- CASTRO, M. C.A. **Mobilização do Trabalho na Amazônia: O Oeste do Pará entre Grilos, Latifúndios, Cobiça e Tensos**. 221f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2008.
- CEZARETTO, T. **Educação e Desenvolvimento Sustentável: um estudo sobre o Bem-estar Subjetivo e a Qualidade de Vida de docentes universitários**. 141f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida), Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino UNIFAE. São João da Boa Vista, 2015.
- DAVIS, K.; NEWSTROM, J.W. **Comportamento humano no trabalho: uma abordagem psicológica**. São Paulo: Pioneira, 1992.
- D'AGOSTINI, L. R.; FANTINI, A. C. Quality of life and quality of living conditions in rural areas: distinctively perceived and quantitatively distinguished. **Social Indicators Research**, v. 89, n.3, pp.487-499, 2008.
- DIENER, E. Guidelines for national indicators of subjective well-being and ill-being. **Applied Research in Quality of Life**, v.1, p. 151–157, 2006.

DIEGUES, A.C. S.. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6ª EDIÇÃO. Revista e Ampliada. Editora Hucitec. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP/Hucitec, 2008.

FASSARELA, Simone S. **A vez e a voz das mulheres que atuam em atividade de pesca da vila** São Miguel (RS) Trajetórias e Perspectivas. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental), Fundação Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2007.

FIGUEIREDO, M. M. A.; PROST, C. **O Trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal**. Revista Feminismo. vol.2, n.1 Jan. - Abr. 2014. p.93. Disponível em: www.feminismos.neim.ufba.br. Acessado em 10 de setembro de 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil** – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 120

GHORAYEB, N.; BARROS, T. **O exercício: preparação fisiológica, avaliação médica - aspectos especiais e preventivos**. São Paulo: Atheneu, 2004.

GONÇALVES, A.; VILARTA, R.. **Qualidade de Vida: identidades e indicadores**. In: GONÇALVES, A. e VILARTA, R. (orgs.). **Qualidade de Vida e atividade física: explorando teorias e práticas**. Barueri: Manole, 2004, p.03-25.

GUERRA, E. L.de A. **Manual Pesquisa Qualitativa Produzido, conforme contrato assinado, para uso em ambiente virtual pelo Centro Universitário UNA**. Belo Horizonte. 2014. p.48. Disponível em: http://disciplinas.nucleoad.com.br/pdf/anima_tcc/gerais/manuais/manual_quali.pdf. Acessado em: 18 de Jul. de 2018.

GUIMARÃES, J. F. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): influências sobre o trabalho das mulheres agricultoras do Trevo de Belterra, Estado do Pará**. 132p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Belém, 2014.

ISAAC, V. J.; CERDEIRA, R. G. P. **Avaliação e monitoramento de impactos dos acordos de pesca na região do Médio Amazonas**. Manaus: Ibama/ Pró Várzea, *Documentos Técnicos*, v. 3, 2004, p. 64

KOENIG, H. G. **Spirituality and Health Research: methods, measures, statistics, and resources**. Philadelphia: Templeton Press; 2011.b

LAKATOS, E, M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas 2003.

LEMONS, L. L; MACHADO, I. C; PICOLLO, N. I. **A Qualidade de vida e as condições para se viver na pesca artesanal do município de Bertiooga-SP**. 16ª Congresso Nacional de Iniciação Científica - SEMESP. 2016. p. 10. Disponível em: <http://conic->

semesp.org.br/anais/files/2016/trabalho-1000021479.pdf. Acessado em 18 de julho de 2018.

MAZO, G. Z. **Atividade física, qualidade de vida e envelhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MICHELONE, A. P. C. **Qualidade de vida de adultos com câncer colorretal com e sem ostomia**. 2002. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MICHELATO-GHIZELINI, A. A. **O Desenvolvimento Local como Condição para a Emergência dos atores sociais**. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009, Rio de Janeiro. Sociologia: Consensos e Controvérsias. Rio de Janeiro: SBS, 2009.

MINAYO, M. C.; HARTZ, Z. M.; BUSS, P. M. (2000). **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário**. Ciência & Saúde Coletiva, 5 (10), p. 7-18. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232000000100002>. Acessado em: 01 de Jan. de 2018.

MINAYO, M. C. S (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p.109 (Coleção temas sociais)

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. **Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces**. Ciência & Educação, v. 12, n. 1, 2006, p. 117-128. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v12n1/08.pdf>. Acessado em: 28 de agosto de 2018.

MORAES, R. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. Ciência & Educação: Bauru, SP, v. 9, n. 2, p. 191-210, 2003.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2007.

MOREIRA-ALMEIDA, A. **O crescente impacto das publicações em espiritualidade e saúde e o papel da Revista de Psiquiatria Clínica**. Rev. Psiquiatr. Clín. 2010; 37(2):p. 41-4. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v37n2/a01v37n2>. Acessado em 10 de setembro de 2018.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceito e sugestões para um estilo de vida ativo**. 3 ed. Londrina: Midiograf, 2003.

NOBRE, M.; FARIA, N.. (orgs). **Economia feminista**. São Paulo: SOF, 2002. Cadernos Sempre Viva, p.104

OLIVEIRA, J. M. G. C. de. et.al. **Espaços Híbridos e Espacialidades Rural-Urbanas na Amazônia: o caso de uma periferia urbana em Santarém-PA**. Anais XVI. Encontro Nacional dos Geógrafos. Crises, práxis e autonomia: espaço de resistência e esperanças. Espaço de Dialogo e Práticas. Porto Alegre - RS, 2010.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

O'NEIL, M. M.; NATAL, M. C.. **Mobilidade Residencial**: alguns comentários. Revista Brasileira de Geografia, RJ, v. 50, n.2, IBGE, 1998.

PACHECO, R. M. D; MICHELENA, G. M. Á; MORA, G. R. S; MIRANDA, G. O. **Calidad de vida relacionada con la salud en estudiantes universitarios**. *Rev Cub Med Mil*. [Internet]. 2014; 43(2): 157-168. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0138-65572014000200004&lng=es. Acessado em 20 de agosto de 2018.

PEREIRA, A. dos S. **Análise das tendências de aplicação do conceito de periurbano**. *Terr@Plural*, Ponta Grossa, v.7, n.2, jul/dez. 2013. p. 287-304. Disponível em: http://www.academia.edu/25436057/An%C3%A1lise_das_tend%C3%Aancias_de_aplicac%C3%A7%C3%A3o_do_conceito_de_periurbano_An%C3%A1lisis_de_las_tendencias_de_aplicaci%C3%B3n_del_concepto_periurbano_Analysis_of_trends_in_the_application_of_the_concept_of_peri-urban. Acessado em: 10 de junho de 2018.

PMS- Prefeitura Municipal de Santarém. **Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Centro Municipal de Informações Ambientais – CIAM**. In: INFORMAÇÕES MUNICIPAIS DE SANTARÉM SEMMA_ CIAM. Publicado em 2013. Disponível em: http://www.santarem.pa.gov.br/arquivosdb/basico1/0.668764001357580532informacoes_2.pdf. Acesso em: 24 de março de 2016.

RABELO, Y. G. S.; VAZ, E. de M.; ZACARDI, D. M. **Perfil Socioeconômico dos Pescadores Artesanais de dois Lagos Periurbanos de Santarém, Estado do Pará**. *Revista Desafios* – v. 04, n. 03, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2359-3652.2017v4n3p73>. Acessado em: 10 de junho de 2018.

RUFINO, M. B. C. **Transformação da periferia e novas formas de desigualdades nas metrópoles brasileiras**: um olhar sobre as mudanças na produção habitacional. *Caderno Metrópole*, São Paulo, v. 18, n. 35, abr 2016. pp. 217-236. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3510>

SERPA, A. (org.). **Fala periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano**. Salvador: Ed UFBA, 2001.

SCHALOCK, R.L; VERDUGO, M.A. **Calidad de Vida. Manual para profesionales de educación, salud y servicios sociales**. Madrid: Alianza Editorial; 2003.

SILVA, D. M. G. V; SOUZA, S.S; FRANCONI, F.F; MEIRELLES, B.H.S. **Qualidade de vida na perspectiva de pessoas com problemas respiratórios crônicos: A contribuição de um grupo de convivência**. *Rev Latino-Americana de Enfermagem*. 2005; 13(1): p.7-14.

SIMONIAN, L. T.L. **Mulheres, cultura e mudanças nos castanhais do sul do Amapá**. In: Mulheres da Amazônia Brasileira: entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

TAVARES, J. P. A. & NUNES, L. N. V. (2007). **Comportamento de Saúde e de Evitamento do risco em Operários Fabris**. Revista Referência, 5, p. 23-35.

THE WHOQOL GROUP. **The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper form the World Health Organization**. SocCci Med. 41, 1403-10, 1995.

VEIGA, J. E. **Indicadores de Sustentabilidade. Estudos Avançados**, 62 ED., VOL. 24, N. 62, 2010, PP. 39. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142010000100006>. Acessado em: 15 de agosto de 2018.

VIEIRA, J. C. **Quilombolas na Cidade: Dilemas do Planejamento Urbano Frente ao Território do Quilombo do Maicá em Santarém-Pará**. In: XXII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2013, Curitiba-PR. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br /artigos/?cod=6f8805c87ad 80ed9>. Acessado em: 22 de novembro de 2017.

VINUTO, J. A **Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa**: um debate em aberto. Temáticas, Campinas, 22, 2014.

YIN, R.K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

5. CONSIDERAÇÕES GERAIS

As mulheres que desenvolvem a atividade da pesca artesanal e agricultura familiar onde a pesquisa foi realizada, não dispõem de acesso aos principais serviços públicos como saneamento básico e sistema de abastecimento de água. Além disso, os bairros Maicá e Pérola do Maicá estão passando por constantes transformações, principalmente pela eminente instalação de um grande empreendimento portuário, situação que tem preocupado os moradores, em especial as pescadoras artesanais, que temem a representação e o futuro de sua atividade pelo risco de desequilíbrio ambiental que podem ser causados por esses empreendimentos. Essa realidade dificulta o acesso às informações de forma mais profunda, devido os moradores estarem desconfiados com a presença de pessoas estranhas no local.

As atividades produtivas (pesca artesanal, cultivo de hortaliças e plantas frutíferas e criação de pequenos animais) desenvolvidas pelas participantes da pesquisa, são bastante expressivas e representam segurança alimentar e nutricional para as famílias envolvidas no estudo, e abastecem o mercado local. Nesse aspecto, existe claramente a necessidade de políticas públicas voltadas para melhorar as condições de vida, da produção e a capacitação para beneficiamento adequado de seus produtos, o que poderia ajuda-las a conquistar os mercados institucionais e como resultado agregar mais valor a sua produção.

A qualidade de vida das mulheres que participaram da pesquisa não é influenciada pela renda obtida com seu esforço produtivo, mas sim por um conjunto de fatores entre eles: saúde, trabalho, família, religião e relação comunitária. Esses fatores são responsáveis pela realização pessoal dessas mulheres. As pescadoras artesanais veem o lago Maicá de forma diferenciada das agricultoras familiares, o que pode ser entendido pela dependência direta dos recursos pesqueiros.

Espera-se que este estudo sirva como instrumento de empoderamento das pescadoras artesanais e agricultoras familiares para ajudá-las na discussão de políticas públicas voltadas para a questão de gênero a fim de fortalecer suas atividades produtivas. Além disso, que possa estimular o debate teórico dentro das instituições de pesquisa sobre o modelo de desenvolvimento inclusivo.

APÊNDICES

APÊNDICE 01: Formulário usado na Pesquisa de Campo com Pescadoras Artesanais dos Bairros Maicá e Pérola do Maicá.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

Formulário para Pesquisa de Campo com Pescadoras dos Bairros Maicá e Pérola do Maicá com o **objetivo geral:** Compreender as condições socioeconômicas e a qualidade de vida a partir da percepção das pescadoras artesanais e agricultoras familiares, a partir de um recorte espacial em Santarém, Pará.

1. Dados Pessoais e de Moradia

Local: _____ Data: _____
 1.1. Nome: _____
 1.2 Idade: _____ Data do Nascimento _____
 1.3 Cidade: _____ UF: _____ Contato: _____
 1.4 Estado civil: () solteiro () casado () viúvo () união estável () separado
 Possui filhos? () sim, quantos? _____ () não
 1.5 Quanto a Moradia: () própria () alugada () cedido.
 1.6 Estrutura da moradia: () alvenaria () madeira () mista.
 1.7 Abastecimento de água: () Rede geral de distribuição de água () Poço ou nascente dentro da propriedade encaçada () poço ou nascente fora da propriedade () outras formas ()
 1.8 Energia elétrica: () sim () não.
 1.9 Esgotamento Sanitário: () Rede de esgoto ou pluvial () fossa séptica () Outras formas. Destinação dos dejetos: _____
 1.10 Qual destino dado para o lixo doméstico? () Coleta Pública () Enterrado no quintal () Queimado () Jogado a Céu aberto () Outro: _____
 Qual? _____

2. Dados Socioeconômicos da Família

2.1 Local de origem da família: _____
 2.2 Tempo estimado de residência nesse local: _____ ano (s)
 2.3 Número de pessoas que moram na residência, incluindo o (a) Sr. (a): _____ pessoas
 2.4 Em relação à escolaridade da família, incluindo o (a) Sr. (a):

Nome	Integrante	Idade	Escolaridade

2.5 Qual foi a principal dificuldade para frequentar a escola ou concluir os estudos?

2.6 Como a senhora obtêm sua renda?

Principal fonte econômica	() Agricultura () Pesca artesanal () Comércio () Criação de pequenos animais () Criação de Bovino () Criação de Bubalino () outro _____	() Serviço público remunerado () Direitos ou programas sociais () Construção Civil () Diarista () Marceneiro () Benefícios () Aposentadoria
Outra, qual?		
Fonte complementar de renda	() Agricultura () Pesca artesanal () Comércio () Criação de pequenos animais () Criação de Bovino () Criação de Bubalino	() Serviço público remunerado () Direitos ou programas sociais () Construção Civil () Diarista () Marceneiro () outro _____
Outra, qual?		

2.7 Qual a renda familiar em reais? _____

2.8. Nº Familiares dependentes? _____

2.9 Para o desenvolvimento de suas atividades econômicas a família recebe ajuda de órgãos municipais? () Não () Sim. Qual (is)? _____

2.10 Os demais familiares ajudam na complementação da renda da família?() Não () Sim. Como? () Mão de obra familiar () Trabalhos externos () Programas sociais

2.11 A família tem auxílio financeiro de alguns Programas de transferência de renda do governo (Bolsa Família)? () Não () Sim.

Quais? _____

Qual valor? _____

2.12 A senhora já teve acesso a algum financiamento bancário ? () Sim () Não.

Qual? _____ Valor? _____

Qual a finalidade? _____

2.13 Somando as finanças, qual a renda total familiar mensal? _____

3. Organização Social

3.1 Participa de alguma entidade;? () Não () Sim. Qual (is)?

() STTR () Cooperativa () Associação () () Colônia de Pescadores Z-20
Outros _____

3.1.1 Qual sua religião? _____

4. Qual a sua opinião em grau de importância do ambiente local em relação à (ao):

Utilidade do ambiente	Grau de importância
Sua residência	() 0 () 1 () 2 () 3 () 4
O Bairro	() 0 () 1 () 2 () 3 () 4
Práticas de atividades de subsistência	() 0 () 1 () 2 () 3 () 4
Lazer da família	() 0 () 1 () 2 () 3 () 4
O que acha da atividade de Turismo no Bairro	() 0 () 1 () 2 () 3 () 4
Rio/ Lago/ Igarapé	() 0 () 1 () 2 () 3 () 4
Florestas do entorno	() 0 () 1 () 2 () 3 () 4
Fauna Silvestre	() 0 () 1 () 2 () 3 () 4
Outro? _____	() 0 () 1 () 2 () 3 () 4

0= Sem importância; 1= Baixa importância; 2= Média importância; 3= Importante 4= Alta importância

4.2 Onde você mora existe problemas ambientais? () Sim () Não () Não sabe responder

4.2.1 Em seu Bairro existem problemas ambientais? () Sim () Não. Caso a resposta seja positiva. Quais?

() Lixo jogado a céu aberto () Poluição da água () Desmatamento () Queimadas
 () Assoreamento de corpos d'água (lago e igarapés) () Pesca Predatória ()
 Diminuição dos anhangas () Diminuição da Oferta de Peixes () Diminuição da Oferta de
 Caça () Aumento da Temperatura () Diminuição das Chuvas () Criação de Búfalos ()
 Outros:

4.3 A Senhora acha que a prática de suas atividades produtiva e doméstica afeta o meio ambiente?

() Não () Sim. Por quê? _____

4.4 Quanto aos recursos naturais da comunidade

Recursos hídricos	
a) Acesso da população à água potável	() Sim () Não
b) O lago do Maicá é usado para que?	() Lazer () Turismo () Atividade econômica () Doméstico
c) Medidas de conservação da água	() Sim () Não
Se sim, qual? () Racionamento de água () Não joga lixo em corpos d'água	
Outro, qual?	
Uso da Fauna (animais) e Flora (plantas)	
a) Revitalização da vegetação nativa degradada	() Sempre () Nunca () As vezes
b) Corte e/ou uso da vegetação nativa	() Sempre () Nunca () As vezes
Se sim, qual propósito? () Consumo () Comercialização () Limpeza do terreno Quais espécies? _____	
Usa da fauna nativa: () Sim () Não	
Se sim, qual propósito? () Consumo () Comercialização () Limpeza do terreno Quais espécies? _____ _____ _____	
Você cria animais? () Sim () Não	
Se sim, quais:	
Se sim, qual propósito? () Consumo () Comercialização	

Uso do Solo

a) Utilização de produto químico no solo	() Sim () Não
b) Tipo de agricultura praticada	() Convencional () Orgânica

Atividade Agrícola

5.1 Há quanto tempo você planta ou cria () 1 a 5 anos () 5 a 10 anos () mais de 10 anos

5.2 Qual a finalidade de plantar ou criar? () consumo () comercializa () troca () envia para parentes (comunidade, Santarém e etc)

5.2.1 Quantas vezes a senhora se dedica na agricultura por semana?

5.3 Esta é a sua principal ocupação? () Sim () Não

5.4 Tem outra ocupação além da agricultura? () Sim () Não

5.6 Caso tenha, identifique-as: () pesca () serviços () comércio () indústria () construção civil () turismo () extrativismo

5.7 Quanto as culturas cultivadas

Produtos cultivados	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Produção (kg; saca, maços...)	Rendimento Semanal	Destino Principal

5.7.1 Quanto a criação e derivados existentes

Criação	Quantidade	Rendimento Semanal	Destino Principal

5.8 Quem trabalha na produção? () mãe () conjugue () filhos () terceiros

5.9 Para qual finalidade? () consumo () comercialização

5.10 Quantos reais semanal a senhora adquire com a comercialização do seu produto agrícola?

() R\$ 50 a 100 () R\$ 101 a 300 () R\$ 301 a 500

() R\$ 501 a 1.000 () R\$ 1.001 a 2.000 () R\$ mais de 2.000

5.11 Onde é comercializado sua produção? () No Bairro () Nas feiras () Mercado.

Quais? () Supermercados () Programas Institucionais PAA e PNAE () Na sua própria casa () Atravessadores () Em outros locais. Quais ?? _____

5.12 Tem alguma dificuldade para a comercialização da sua produção agrícola? () Não () Sim.
Qual? _____

6) Atividade Pesqueira

6.1 Há quanto tempo você pesca () 1 a 5 anos () 5 a 10 anos
() mais de 10 anos _____

6.2 Qual a finalidade de pescar? () consumo () comercializa () troca () envia para parentes (comunidade, Santarém e etc)

6.2.1 Quantas vezes, a senhora pesca por semana? _____

6.3 Esta é a sua principal ocupação? () Sim () Não

6.4 Tem outra ocupação além da pesca? () Sim () Não

6.6 Caso tenha, identifique-as: () agricultura () serviços () comércio () indústria
() construção civil () turismo () extrativismo

6.7 Na execução do seu trabalho de pesca, qual o tipo de embarcação usada?

() Canoa () Rabeta () Barco de arrasto () bajara () bote () barco () outros: _____

6.8 Tipos de Artefatos de pesca usados:

() Rede de emalhe () Rede de arrasto com portas () Curral () Tarrafa () Caniço () Anzol
() Outros: _____

6.9 Principais espécies pescadas na região:

Espécie	Kg/semana	Espécie	Kg/semana
Acarás		Jaú	
Acarí		Mapará	
Apapá		Pacu	
Aracú		Pescada	
Aruanã		Piramutaba	
Branquinha		Piranha	
Charuto		Pirapitinga	
Curimatá		Pirara	
Dourada		Pirarucu	
Filhote		Sardinha	
Jaraqui		Surubim	
Outro:		Tambaqui	
Outro:		Trairá	
Outro:		Tucunaré	

6.10 Como o pescado é vendido? () vivo () tratado. () no gelo () congelado () filetado
() Outro. Qual? _____

6.11 Quantos reais semanais, a senhora adquire com a comercialização do pescado?

() R\$ 50 a 100 () R\$ 101 a 300 () R\$ 301 a 500
() R\$ 501 a 1.000 () R\$ 1.001 a 2.000 () R\$ mais de 2.000

5.12 Tem alguma dificuldade para a comercialização do pescado?

() Não () Sim. Qual? _____

5.13 A senhora cumpri o período do defeso? () Sim () Não. Porque _____

Conflitos o que isso tem a ver com os objetivos? Cuide para que os dados não fiquem soltos	
a) Existem algum tipo de conflitos em sua comunidade	() Sim () Não
Se a resposta for sim. Quais?	
Quais os atores envolvidos?	

7. Qualidade de Vida

7.1 Para a senhora como é viver aqui no bairro?

7.2 Como a senhora se sente realizando a sua atividade produtiva?

7.3 Porque a senhora mora nesse bairro?

7.4 Porque a senhora pesca?

7.5 Porque prática agricultura?

7.6 A senhora sente vontade de mudar de lugar de sua morada?

7.7 A senhora tem vontade de mudar de sua atividade produtiva?

7.8 Como a senhora usa seu tempo ao longo do dia? (Como é sua rotina diária)

7.9 A senhora está satisfeita com essa rotina?

Porque ?

7.10 O que a senhora entende como qualidade de vida?

7.11 Para a senhora, o que é ter uma boa qualidade de vida?

7. 12 Para a senhora, como é a sua qualidade de vida?

Porque?

7.13 Quais os fatores que influenciam em sua qualidade de vida?

Observações:

APÊNDICE 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
 CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

Título da Pesquisa: Condições Socioeconômicas e Ambientais das Pescadoras e Agricultoras Familiares dos Bairros Maicá e Perola do Maicá, em Santarém-Pa.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Diversidade Cultural e Desenvolvimento Amazônico

Wandicleia Lopes de Sousa (mestranda do PPGSAQ/UFOPA)

Thiago Almeida Vieira (orientador)

A senhora está sendo convidada a participar como voluntária de uma pesquisa, que tem como objetivo geral “Analisar as condições socioeconômicas e ambientais das pescadoras e agricultoras familiares dos bairros Maicá e Perola do Maicá, em Santarém – Pará, enfocando os aspectos que subsidiem a construção de políticas estratégicas que contribuam na qualidade de vida das famílias, bem como, na implementação de política socioambiental”. As participantes do estudo são agricultoras familiares e pescadoras artesanais dos Bairros Maicá e Perola do Maicá.

Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, tem a finalidade garantir os seus direitos e deveres como participante, será elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com as participantes da pesquisa e outra com a pesquisadora. Por gentileza, leia com atenção, tranquilidade, e caso tenha dúvida aproveite para esclarecer. Caso tenha perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Se achar melhor, pode levar para sua residência para consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Caso você não tenha interesse em participar ou deseje retirar sua autorização, a qualquer momento, não haverá nenhum tipo de punição ou prejuízo.

Participando do estudo a senhora está sendo convidada a responder um questionário semiestruturado que fala sobre assuntos relacionadas a sua vida social, econômica, ambiental e sobre a qualidade de vida. A entrevista será realizada em uma única visita, na qual a pesquisadora se deslocará até o local de trabalho ou moradia da participante da pesquisa. Como recurso de apoio durante a aplicação do questionário é possível a pesquisadora gravar em áudio. O material produzido durante a aplicação do questionário (áudio gravado e imagens) e o roteiro de entrevista aplicado, poderão ser disponibilizados para o(a) participante da pesquisa. Observa-se que o áudio da entrevista e as repostas prestadas durante a aplicação do questionário farão parte do arquivo pessoal da pesquisadora, o qual terão seus conteúdos analisados para produzir uma sistematização das repostas dadas com o objetivo de promover a análise das ações desenvolvidas pela pesquisada. As repostas do questionário serão transcritas na íntegra no trabalho da pesquisadora. O questionário será produzido e encaminhado após a análise das entrevistas buscando complementar as informações necessárias à pesquisa. O resultado da pesquisa será encaminhado no prazo de seis meses, após a conclusão dos resultados.

A Senhora tem liberdade de se recusar a participar e ainda a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone (93) 99156- 5400, pelo e-mail: wandicleia@hotmail.com, ou no endereço: Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 137, Bairro Uruará, Santarém – Pará.

Acreditamos que esta pesquisa não gere constrangimentos. Para tanto, as entrevistas serão realizadas nas suas residências (se autorizado), o qual deixará a pesquisada à vontade e onde serão esclarecidos os princípios éticos da pesquisa, dentre eles: o anonimato dos

sujeitos. Caso você se sinta prejudicada pela participação neste estudo seja física, psíquica ou emocionalmente você tem o direito de não participar desta. A pesquisa será realizada durante o horário disponível da participante, em local por ela definido, portanto, não será necessário o ressarcimento de despesas com eventuais deslocamentos.

As informações coletadas serão utilizadas única e exclusivamente para a presente pesquisa e ninguém será identificado. O destino dos dados escritos e gravados em áudio – entrevista – será arquivado pela pesquisadora e após cinco anos da finalização da pesquisa serão incinerados e os gravados apagados.

Os riscos na participação da pesquisa podem ser a divulgação de dados distorcidos, afetando a sua imagem como membro da instituição em que você faz parte. Além disso, as perguntas do questionário podem conduzi-la a prestar informações que não são de seu interesse divulgar havendo discordância com o conteúdo da pesquisa. A pesquisa também pode causar desconforto pelo desconhecimento da temática em estudo.

Os benefícios (vantagens) de participação na pesquisa são referentes à contribuição para a produção de conhecimentos sobre a realidade socioeconômica e ambiental das pescadoras e agricultoras familiares dos Bairros Maicá e Perola do Maicá. Além disso, os conhecimentos identificados podem contribuir para a melhoria da sua instituição e para maior conhecimento, entre os membros da sua equipe. O resultado também pode servir como fundamentação teórica que auxilie no desenvolvimento de políticas públicas para o público participantes da pesquisa no município de Santarém.

Ao final, escreverei um trabalho dissertativo sobre as contribuições e apontamentos percebidos a partir desta pesquisa. Comprometo-me a voltar, e divulgar os resultados desse trabalho no lócus da investigação.

Este estudo foi analisado e em seguida aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), e em caso de dúvida sobre os padrões éticos aplicados à pesquisa você poderá entrar em contato com este comitê. O CEP é formado por vários professores que analisam os aspectos éticos da pesquisa a fim de proteger os participantes da pesquisa. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem:

Consentimento Livre e Esclarecido

Estou ciente que e me disponho a assinar esse termo em duas vias e que uma delas ficará em minha posse. Desta forma, concordo voluntariamente em participar do presente estudo, podendo retirar meu consentimento em qualquer momento da pesquisa, sem que isso traga penalidade ou prejuízos algum para mim. Autorizo que utilizem, divulguem e publiquem os resultados obtidos pela minha participação neste estudo, incluindo trechos da minha fala e imagens para fins científicos.

Santarém, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do (a) participante da pesquisa

Eu, pesquisadora responsável, declaro que obtive de forma voluntária e ética o consentimento livre e esclarecido do participante.

Wandicleia Lopes de Sousa - Pesquisadora
Mestranda do PPGSAQ/UFOPA

ANEXOS

ANEXO 1: Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética da Pesquisa

INSTITUTO ESPERANÇA DE
ENSINO SUPERIOR / IESPEs



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS DAS PESCADORAS E AGRICULTORAS FAMILIARES DOS BAIRROS MAICÁ E PEROLA DO MAICÁ, EM SANTARÉM-PA. **Pesquisador:** WANDICLEIA LOPES DE SOUSA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 79293617.8.0000.8070

Instituição Proponente: Universidade Federal do Oeste do Pará

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.452.021

Apresentação do Projeto:

Na Região do Baixo Amazonas, a dinâmica de ocupação se diferencia do modelo adotado em todo o país, tendo algumas particularidades, pois, durante os seis primeiros meses do ano, a região vive um período intensamente chuvoso denominado de inverno, no restante do período do ano, o fenômeno ocorre de forma inversa, aproximando-se da foz do rio. O objetivo geral do estudo é analisar as condições socioeconômicas e ambientais das pescadoras e agricultoras familiares dos bairros Maicá e Perola do Maicá, em Santarém – Pará, enfocando os aspectos que subsidiem a construção de políticas estratégicas que contribuam na qualidade de vida das famílias, bem como, na implementação de política socioambiental. As fases que abrangem a execução desta pesquisa constituem-se do levantamento do referencial teórico-metodológico, preparação dos documentos de autorização da pesquisa, apresentação da proposta ao público alvo, preparação dos instrumentos de coleta de dados, definição dos sujeitos da pesquisa e aplicação das técnicas de coleta de informações descritas anteriormente e, por fim, análise, sistematização dos dados. Dessa forma, o estudo busca compreender de forma significativa as várias formas de uso do território escolhido como lócus de pesquisa, tendo como base a região do Maicá, e servirá de material que poderá ser usado pelos comunitários como forma de empoderamento de informações para subsidiá-los nas discussões do modelo de desenvolvimento adotado na região amazônica e na elaboração de políticas públicas que ordenem o desenvolvimento social, econômico e ambiental desse território.

Página 01 de Continuação do Parecer: 2.452.021

Objetivo da Pesquisa:

Geral:

Analisar as condições socioeconômicas e ambientais das pescadoras e agricultoras familiares dos bairros Maicá e Perola do Maicá, em Santarém – Pará, enfocando os aspectos que subsidiem a construção de políticas estratégicas que contribuam na

qualidade de vida das famílias, bem como, na implementação de política socioambiental.

Específicos:

- a) Descrever o perfil socioeconômico das pescadoras e agricultoras familiares residentes nos bairros de Maicá e Pérola do Maicá.
- b) Mapear as formas de ocupação e a percepção do espaço pelos diferentes atores sociais que utilizam os recursos naturais do território.
- c) Caracterizar a relação entre as atividades de pesca e agricultura familiar com qualidade de vida desses atores sociais

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e benefícios descritos adequadamente.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de pesquisa com boa descrição teórica e metodológica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todas as pendências foram atendidas plenamente.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_990432.pdf	20/12/2017 01:22:44		Aceito

Página 02 de Continuação do Parecer: 2.452.021

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	20/12/2017 01:22:19	WANDICLEIA LOPES DE SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoAlterado_Wandicleia.pdf	07/12/2017 23:19:56	WANDICLEIA LOPES DE SOUSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Wandicleia.pdf	01/09/2017 19:59:43	WANDICLEIA LOPES DE SOUSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTAREM, 20 de Dezembro de 2017.

Assinado por:

**Daniel Berretta Moreira Alves
(Coordenador)**

Página 03 de Continuação do Parecer: 2.452.021

ANEXO 2: Regras da Revista Ambiente & Sociedade.

Fonte: <http://www.scielo.br/revistas/asoc/pinstruc.htm>



ISSN 1414-753X versão
impressa

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

- [Normas para publicação](#)
- [Foco e escopo](#)
- [Novo sistema de submissão e acompanhamento de artigos](#)

Normas para publicação

PROCESSO DE ANÁLISE DE MANUSCRITOS DA REVISTA AMBIENTE & SOCIEDADE

O processo de análise dos manuscritos funciona da seguinte forma:

(1) Triagem inicial: Os editores assistentes da revista revisam o manuscrito para verificar a adequação as normas de publicação que constam no site. Nesta fase não há rejeição de artigos, os editores apenas sugerem aos autores adequações no manuscrito conforme os critérios editoriais da revista*. Quanto antes o autor atender às exigências, mais rápido será o processo de avaliação.

(2) Pré-análise: o manuscrito passará pelo crivo do editor chefe e editores adjuntos. Nesta etapa são analisados alguns requisitos, tais como atendimento ao escopo da revista, originalidade, solidez metodológica e discussão interdisciplinar. Nesta fase, há rejeição de trabalhos. A avaliação é feita sem a identificação dos autores.

(3) Designação: Caso os artigos sejam aprovados na etapa de pré-análise, os manuscritos serão designados aos editores associados da revista. Estes acompanham a avaliação e indicam os pareceristas que devem proceder com a revisão do artigo.

(4) Avaliação: Nesta última etapa, o manuscrito é avaliado por uma dupla de revisores em método duplo-cego, em alguns casos, segue para o desempate ou segunda rodada. É muito comum que os avaliadores sugiram uma série de adequações, novamente, quanto antes o autor providenciar as alterações, mais rápido é o processo de análise.

Se o artigo for aprovado na etapa 4, ele será aceito para a publicação em volume a ser agendado pela revista.

* *Consulte as regras de submissão da revista antes de submeter seu manuscrito no link abaixo:*

Mais informações sobre as regras de submissão: <http://submission.scielo.br/index.php/asoc/about/submissions#onlineSubmissions>

Os textos devem ser submetidos no link: <https://mc04.manuscriptcentral.com/asoc-scielo>

Foco e escopo

A **Revista Ambiente & Sociedade** é uma publicação quadrimestral da ANPPAS-Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, que busca contribuir com a produção do conhecimento na interface das questões do Ambiente e Sociedade, com foco interdisciplinar.

Publica trabalho de colaboradores nacionais e internacionais, mediante avaliação dos editores e pareceres emitidos por assessores ad hoc.

A revista publica artigos teóricos e resenhas de livros inéditos na área interdisciplinar que trata do processo de interação entre Sociedade e Meio Ambiente.

Novo sistema de submissão

A **Revista Ambiente e Sociedade** migrou para a plataforma de submissão Scielo ScholarOne e espera com isso otimizar todo o processo da submissão à publicação do periódico. Para enviar artigos acesse: <https://mc04.manuscriptcentral.com/asoc-scielo>

Pedimos aos autores que leiam com atenção todos os requisitos do processo de submissão abaixo.

A) FORMATO DO MANUSCRITO

Na redação do artigo os autores deverão observar as seguintes orientações:

1. O **manuscrito** deve ser estruturado da seguinte forma: Título, Resumos, Palavras-chave, *Abstract*, *Key-words*, introdução, desenvolvimento do texto, referências. Notas de rodapé e/ou de fim de página são opcionais.
2. Para a avaliação, o texto pode ser redigido nos idiomas: **português, espanhol ou inglês.**
3. O documento deve ser submetido em formato **doc. ou docx.**
4. Fonte **Arial 12** e **espaçamento 1,5** (um e meio) entre linhas.
5. Todas as folhas do manuscrito devem trazer o seu **número sequencial de página.**
6. O texto deverá apresentar **resumo, abstract, resumen e referências.**
7. O arquivo todo do manuscrito deverá ter o **mínimo de 35.000 e máximo de 50.000 caracteres**, considerados os espaços.
8. **Título do artigo** deve ter, no máximo, 15 palavras.
9. O **Resumo, abstract e resumen**, devem conter cada, de 100 a 150 palavras. Não deve ser redigido em primeira pessoa e deve incluir tema geral, problema de pesquisa, objetivos, métodos e principais conclusões.
10. As **Palavras-chave, keyword e palabra clave** devem ser no mínimo 3 e no máximo 5, nas três línguas.
11. **Agradecimentos** (opcionais) devem ser citados em nota de rodapé junto ao título. Eles não podem conter referências, diretas ou indiretas, à autoria.
12. **Elementos gráficos (Tabelas, quadros, gráficos, figuras, fotos, desenhos e mapas).** São permitidos apenas o total de cinco elementos ao todo, numerados em algarismos arábicos na sequência em que aparecerem no texto. Observar as normas da ABNT para referências e inserção de legendas e

fontes em cada elemento. Devem estar em formato original que permita edição, no corpo do texto.

13. **Imagens** coloridas e em preto e branco, digitalizadas eletronicamente em .jpg com resolução a partir de 300 dpi, apresentadas em dimensões que permitam a sua ampliação ou redução mantendo a legibilidade.

14. As **notas de fim de página** são de caráter explicativo e devem ser evitadas. Utilizadas apenas como exceção, quando estritamente necessárias para a compreensão do texto e com, no máximo, três linhas. As notas terão numeração consecutiva, em arábicos, na ordem em que aparecem no texto.

15. As **citações no corpo do texto e as referências** deverão obedecer as normas da ABNT para autores nacionais e Vancouver para autores estrangeiros. Consulte um guia rápido, caso tenha dúvidas no link: http://www.bvs-sp.fsp.usp.br:8080/html/pt/paginas/guia/i_cap_08.htm

16. **Avaliação cega:** Ao submeter o artigo pelo sistema eletrônico, o autor deve suprimir todas as identificações de autoria (diretas e indiretas) do texto que seguirá para as avaliações cegas de avaliadores externos. As informações autorais ficarão registradas no sistema. Ao salvar o documento, **retire os metadados do Word** (autor; última modificação por), de modo que não conste a identificação do autor. **Manuscritos com informações autorais de qualquer tipo não serão aceitos.**

17. **As Resenhas** podem ser redigidas em português, espanhol e inglês. O documento deve ser submetido em formato .doc ou docx. A fonte deve ser Arial 12 e espaçamento 1,5 (um e meio) entre linhas. Todas as folhas do original devem trazer o seu número sequencial de página. As resenhas devem ter entre 10 a 15 mil caracteres com espaços e conter a referência completa do livro, além de título e de identificação do(a) autor(a) no final do texto (nome completo e filiação institucional). Serão aceitas resenhas que versem sobre livros publicados nos últimos três anos. As resenhas consistem em revisão bibliográfica razoavelmente completa sobre determinado assunto. Em resenhas de livro editado, solicita-se rever o livro como um todo, evitando-se uma revisão de cada capítulo, se possível.

B) SISTEMA DE COBRANÇA

Em função da redução no suporte financeiro de agências de apoio e fomento à pesquisa, a Revista Ambiente & Sociedade, desde 2009, passou a cobrar a submissão online de manuscritos.

1. A partir de 01/01/2019 o valor da taxa de submissão é de R\$ 300,00 (Trezentos reais) por manuscrito submetido.
2. **O valor não será reembolsado no caso de recusa do manuscrito.** Os editores esperam contar com a colaboração de todos os autores, no sentido de garantir a continuidade da revista.

**A taxa poderá ser paga no Banco do Brasil:
ANPPAS**

Agência: 3559-9

Conta Corrente: 51117-X

3. A partir de 01 de Janeiro de 2019, o valor referente à submissão será de R\$ 300,00 (Trezentos Reais) por manuscrito submetido à avaliação. Este aumento se deve a necessidade de cobrir custos de produção que implicam fazer parte da coleção Scielo. Os recursos recebidos da agência financiadora pública para 2018 está muito aquém dos custos necessários para produzir os quatro volumes previstos por ano. Cabe lembrar que o valor não será reembolsado no caso de recusa do manuscrito. Os editores contam com a compreensão e colaboração de todos os autores, isto é fundamental para garantir a periodicidade e qualidade da revista.

4. O autor deve anexar o comprovante de pagamento da taxa no sistema de submissão Online junto com o manuscrito como "*Supplemental File NOT for Review*".

C) PUBLICAÇÃO BILÍNGUE OU EM INGLÊS

Para expandir o público da revista e atender à tendência do Scielo, a partir do Volume 16.1 (Jan/Mar 2013), a revista **Ambiente & Sociedade** passou a publicar todos os artigos na língua inglesa, além de seu idioma original (quando português ou espanhol).

1. **Os artigos traduzidos para o idioma inglês são obrigatórios apenas em caso de aprovação para publicação**, na etapa de análise é suficiente apenas o trabalho em idioma original (português ou espanhol). Para a tradução, indicamos uma lista de tradutores visando manter o padrão de tradução. **O custo de tradução dos artigos é de responsabilidade dos autores.**